



PROPOSTA N° 59. Prestação de Contas Consolidadas do Exercício de 2022.

O Município de Barcelos participa em diversas entidades, societárias e não societárias, sendo que para efeito de apresentação de **Contas Consolidadas** só releva a Empresa Municipal de Educação e Cultura de Barcelos, E.M. (EMEC), devido ao poder, determinação e controlo que detêm sobre a mesma.

Este processo de consolidação é desenvolvido em cumprimento das normas técnicas plasmadas na Lei n° 73/2013, de 3 de setembro, Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais, e no Decreto-Lei n° 192/2015, de 11 de setembro, diploma que estabelece o Sistema Contabilístico para as Administrações Públicas.

Aprovadas as contas individuais de ambas as entidades no passado recente, apresentam-se agora, no documento anexo, que faz parte integrante da presente proposta, as Contas Consolidadas relativas ao exercício findo.

Da consolidação com a EMEC e com base na Demonstração de Desempenho Orçamental resultam os seguintes movimentos: **Receita** 114.203.335,87€; **Despesa** 79.861.826,63€; para o exercício seguinte transita um **Saldo** no valor de 34.341.509,24€.

No que respeita ao Balanço Consolidado, apresenta as seguintes massas patrimoniais: **Ativo** 269.996.003,64 €, **Passivo** 79.151.412,64 €; e **Património Líquido** 190.844.591,00€.

A Demonstração Consolidada de Resultados resume **Rendimentos** no valor de 80.127.766,36€; **Gastos** no valor de 79.092.153,15€, sendo o **Resultado Líquido** do exercício de 1.035.613,21€.

Concluído o processo de Prestação de Contas Consolidadas devem as mesmas ser apresentadas aos órgãos competentes, para a sua aprovação e apreciação, nomeadamente ao Tribunal de Contas.

Nestes termos, e ao abrigo da alínea i), do n° 1, do art° 33, conjugado com o disposto na alínea l), do n° 2, do art° 25, ambos do Anexo da Lei n° 73/2013, de 3 de setembro, apresentam-se as Contas Consolidadas para aprovação e envio à Assembleia Municipal para apreciação e votação.

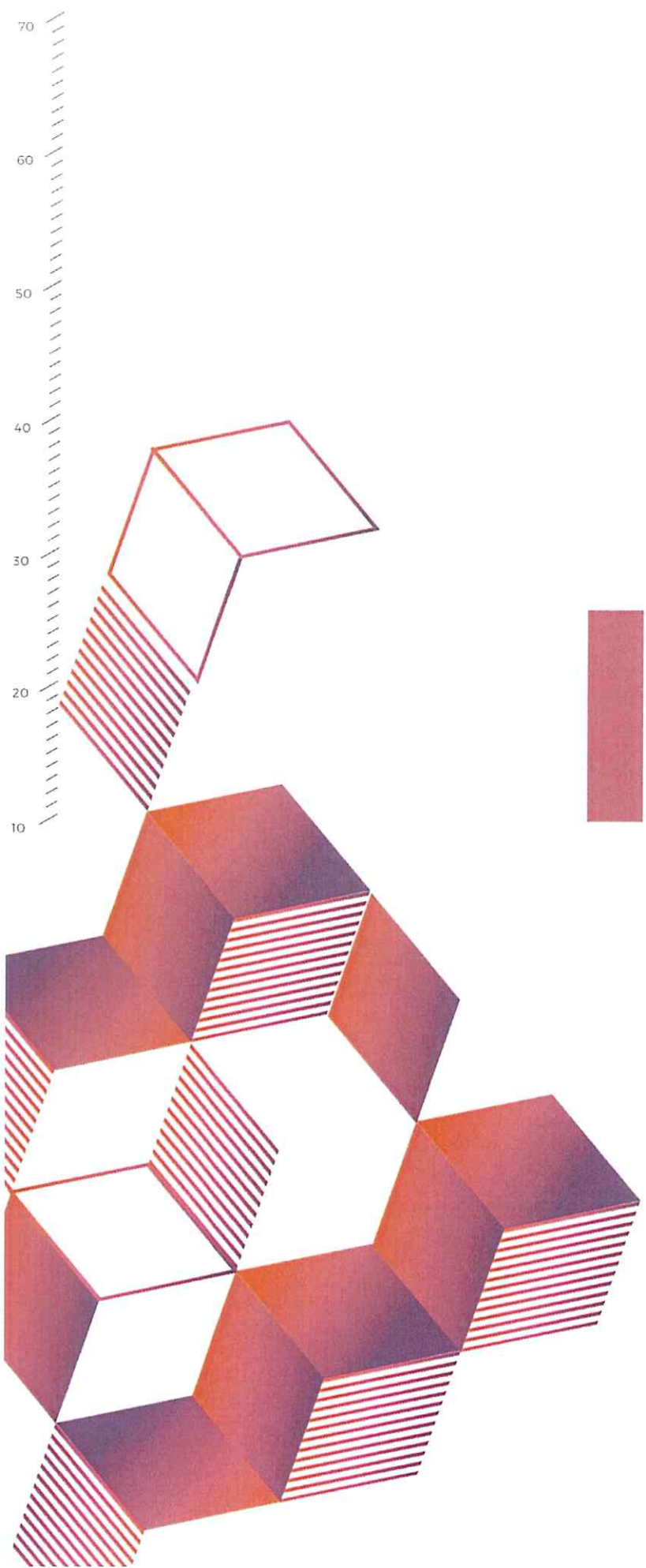
Barcelos, 21 de junho de 2023.

O PRESIDENTE DA CÂMARA,

Mário Constantino Lopes
(Mário Constantino Lopes, Dr.)

Reunião Ordinária 26/06/2023

Deliberado, por maioria, com a abstenção dos Srs. Vereadores eleitos pelo Partido Socialista, aprovar a presente proposta.



RELATÓRIO CONSOLIDADO DE GESTÃO










ÍNDICE

I RELATÓRIO CONSOLIDADO DE GESTÃO	1
1 - INTRODUÇÃO	2
2 - ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO	2
3 - PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO	4
3.1 Apresentação da Entidade Consolidada	5
4 - METODOLOGIA.....	6
5 - ANÁLISE ECONÓMICA, FINANCEIRA E ORÇAMENTAL	7
5.1 Análise do Balanço Consolidado	7
5.2 Análise à Demonstração Consolidada de Resultado por Naturezas	12
5.3 Dívida a Terceiros	14
5.4 Análise Orçamental.....	16
5.5 Apresentação de Rácios.....	17
6 - FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO	18
II DEMONSTRAÇÕES FIANANCEIRAS CONSOLIDADAS.....	20
7 - BALANÇO CONSOLIDADO.....	21
8 - DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS POR NATUREZAS.....	23
9 - DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO.....	24
10 - DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA.....	26
11 - ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS.....	28
12 - AGREGAÇÃO DOS DADOS E DE ELIMINAÇÃO DAS OPERAÇÕES INTRA PERÍMETRO.....	75
III DEMOSNTRAÇÕES ORÇAMENTAIS CONSOLIDADAS	76
13 - DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE DESEMPENHO ORÇAMENTAL.....	77
14 - DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES POR NATUREZA.....	78

1 - INTRODUÇÃO

Como introdução à apresentação das **Contas Consolidadas do ano 2022**, referir que o Município elabora contas consolidadas desde 2010, portanto há já 12 anos.

Até ao ano 2015 o Município consolidou com duas empresas municipais, a Empresa Municipal de Educação e Cultura, E.M. (EMEC) e a Empresa Municipal de Desporto, E.M. (EMD), tendo a atividade desta sido objeto de internalização nos serviços do Município, nos termos do artigo nº 65, da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, diploma que estabelece o Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais.

A Consolidação de Contas rege-se pelo disposto na Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais (RFALEI) e pelo Decreto-lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP).

Mais concretamente, nos termos do artigo 75º do RFALEI e da Norma Contabilística Pública nº 22 (NCP22), o **grupo autárquico** é composto pelo **Município** e pelas **entidades controladas**, de forma direta ou indireta, sendo que as condições para aferição da existência de controlo estão expressas na legislação citada.

Em resumo, o **perímetro de Consolidação de Contas** resulta da verificação da **existência de controlo, determinação e poder** sobre outra(s) entidade(s) participadas pelo Município, pelo que da análise objetiva dos pressupostos para a consolidação de contas, concluímos que apenas a **Empresa Municipal de Educação e Cultura**, E.M. (EMEC) cumpre tais requisitos.

Em face do referido, as Contas Consolidadas com a EMEC constituem as contas do grupo autárquico.

Por último referir que a empresa municipal não tem experiência de contabilidade orçamental tão cimentada como o Município, pelo que a consolidação ao nível orçamental não tratará as liquidações, cabimentos e compromissos.

2 - ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

Neste capítulo, pretendemos fazer uma breve abordagem ao cenário macroeconómico de 2022 e as suas implicações no resultado alcançado na sua execução.

Perante o cenário vivido antes de 2022, pela pandemia cóvid-19 e mais tarde, já em 2022, com o eclodir da guerra entre a Rússia e a Ucrânia o pessimismo mundial foi-se agravando no tocante à recuperação das economias em praticamente todos os países do mundo.

Os indicadores macroeconómicos que têm sido publicados por todas as instituições nacionais e internacionais, como o INE, o Banco de Portugal, o BCE e a UE dão conta de um cenário macroeconómico que coloca em causa todos os pressupostos que contribuiram para a retoma da economia com particular destaque nos países da zona euro.

Em 2021, quando foi elaborado o documento das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2022, nada fazia prever o comportamento de alguns indicadores macroeconómicos para aquele ano de 2022., com maior destaque nas subidas galopantes da taxa de juros; da taxa de inflação e de um crescimento económico significativo, mas aquém dos esperado, e, em alguns países com crescimentos até negativos.

Se tivermos em conta que a taxa de inflação (IPC), em 2021 foi de 1.3%, de acordo com os dados publicados pela Pordata, mas um ano mais tarde, em 2022 ter sido de 7.8% atingindo o seu máximo em outubro do mesmo ano com número acima de dois dígitos (10,14%). Esta taxa de inflação verificada em 2022, foi a mais alta desde 1992. Ora, nenhuma economia pode ser saudável, com uma espiral constante e descontrolada com índices de inflação desta grandeza, com graves prejuízos para os rendimentos das famílias e das empresas e até das instituições bancárias.

Foi com este galopante cenário inflacionista que os Bancos Centrais começaram a tomar medidas restritivas de acesso ao crédito às empresas e às famílias, e neste cenário, o BCE começou a adotar muito rápida e acentuadamente a subida das taxas de juro. E sem recuarmos muito no tempo, basta olharmos para o ano de 2020 (dados do INE) em janeiro a taxa de juro Euribor a 12 meses era de -0,491%; em janeiro de 2021, -0,579%; em dezembro de 2022 foi de 2,842%; atualmente, e quando escrevemos este Relatório, de acordo com o INE, a taxa é atualmente de 3,651%.

Naturalmente que uma taxa de inflação alta tem sempre reflexos negativos para todas atividades económicas sem exceção e também para os Municípios. Desde logo, porque os Municípios ficam sujeitos à mesma exposição dos custos na aquisição de bens e serviços e, ainda mais, porque prestam muitos apoios de natureza social. Mas também se tiver necessidade de financiamento ou de amortizar dívidas bancárias de curto ou médio e longo prazos. Ao mesmo tempo, se a inflação for elevada há maior pressão sobre o aumento dos salários e outras prestações sociais fazendo aumentar a massa salarial e, por essa via, um aumento das despesas correntes.

Decorrente deste cenário macroeconómico negativo para a economia verificado em 2022, o Município, na qualidade de entidade consolidante, foi afetado ao nível dos encargos com o serviço de dívida, principalmente pelo impacto na entidade consolidada que se financia por recurso a contas caucionadas, que refletem de imediato a conjuntura do mercado financeiro; No Município impacto colocou-se essencialmente nos preços dos bens e serviços relacionados com o setor energético, designadamente eletricidade e combustíveis.

3 - PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

O Município de Barcelos, a 31 de dezembro de 2022, participava num total de 21 entidades, de diferentes naturezas, 5 societárias e 16 não societárias, como pode ser observado no quadro abaixo.

Entidades societárias:

Entidade participada		TIPO de entidade (3)	CAE (4)	Capital (5)	Valor nominal Subscrito (6)	%	Valor nominal realizado (7)	Meios monetários (montante) (8)	Em espécie (montante)	Exercício de controlo
Denominação (1)	N.I.P.C.(2)									
1	Águas do Norte, S.A.*	SA	37002	108 095 468,00 €	1 560 000,00 €	1,40%	1 560 000,00 €	1 560 000,00 €		Não
2	Cooperativa Elétrica do Vale D'Este	SC	35130	15 000,00 €	250 €	1,67%	250 €	250 €		Não
3	Empresa Municipal de Educação e Cultura de Barcelos, E.M.	EM	80422	250 000,00 €	250 000,00 €	100%	250 000,00 €	250 000,00 €		Sim
4	Município, EM, S.A.	SA	71120	3 236 678,67 €	4 985,01 €	0,15%	4 985,01 €	4 985,01 €		Não
5	Resulima - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.	SA	38212	2 500 000,00 €	442 500,00 €	17,70%	442 500,00 €	442 500,00 €		Não

Entidades não societárias:

Entidade participada		TIPO de entidade (3)	CAE (4)	Capital estatutário (5)	Contribuição		Exercício de Controlo
Denominação (1)	N.I.P.C. (2)				Em 2022 (6)	Forma da realização	
						Meios monetários (7)	Em espécie (8)
1	Associação de Municípios de Fins Específicos Quadrilátero Urbano	ASU	94995	0,00 €	206.138,00 €	206.138,00 €	Não
2	Associação de Municípios Portugueses do Vinho	AMFE	91331	0,00 €	4.000,00 €	4.000,00 €	Não
3	Associação do Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular	AMFE	94995	0,00 €	15.750,00 €	15.750,00 €	Não
4	Associação Nacional de Municípios Portugueses	AM	94110	0,00 €	6.661,67 €	6.661,67 €	Não
5	Comunidade Intermunicipal do Cávado (CIM Cávado)	AM	94995	646 878,96 €	826.331,98 €	826.331,98 €	Não
6	Fundação de Serralves	FCU	91020	13 217 364,26 €	0	0	Não
7	Turismo do Porto e Norte de Portugal	OQA	84123	2 284 950,37 €	5.190,00 €	5.190,00 €	Não
8	RECEVIN - Rede Europeia das Cidades do Vinho	AM	91333	0,00 €	0,00 €	0,00 €	Não
9	Agência Energia do Cávado	AM	94995	0,00 €	5.000,00 €	5.000,00 €	Não
10	CIAB - Centro de Informação e Arbitragem de Braga	OQA	94995	70 000,00 €	9 635,64 €	9 656,64 €	Não
11	Associação Internacional de Cidades Educadoras	AM	91333	-	715,00 €	715,00 €	Não
12	Confraria do Vinho Verde	ASU	94110	0,00 €	748,20 €	748,20 €	Não
13	Associação Educacional, Social e Recreativa de Form Perm. Barcelos Sénior	ASU	85420	0,00 €	23.356,00 €	23.356,00 €	Não
14	Fundo de Apoio Municipal	FSA	84114	417 857 175,00 €	0,00 €	0,00 €	Não
15	ATAHCA - Associação de Desenvolvimento das Terras Altas do Homem Cávado e Ave	ASU	94995	-	203,40 €	203,40 €	Não
16	Associação Portuguesa de Cidades e Vilas de Cerâmica (AptCC)	ASU	94991	-	800,00 €	800,00 €	Não

Da análise dos normativos em vigor, designadamente da NCP22, e fazendo o enquadramento de cada uma das entidades participadas pelo Município, no que respeita ao exercício de controlo, no sentido

de poder e determinação, a única entidade que cumpre os requisitos base para consolidação é a Empresa Municipal de Educação e Cultura de Barcelos, E.M. (EMEC).

Assim, o **perímetro de consolidação** é composto pelo **Município de Barcelos** e a **EMEC**

A EMEC é detida na totalidade pelo Município de Barcelos, e, portanto, **controlada a 100%**.

3.1 APRESENTAÇÃO DA ENTIDADE CONSOLIDADA

Empresa Municipal de Educação e Cultura, E.M. (EMEC)

A EMEC foi constituída em 31 de agosto de 1999, ao abrigo da Lei nº 58/98, de 18 de agosto, diploma que criou as Empresas Municipais. O regime jurídico vigente é o estabelecido pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, à qual a EMEC teve de ajustar os seus estatutos.

A EMEC é uma pessoa coletiva de direito privado, com natureza municipal, designada como empresa local, que goza de personalidade jurídica, e é dotada de autonomia administrativa e financeira e património próprio, sujeita aos poderes de tutela e superintendência da Câmara Municipal de Barcelos.

Nos termos dos estatutos aprovados, a EMEC tem como objeto a promoção e gestão de equipamentos e bens educativos, culturais e recreativos que lhe estejam cometidos ou venham a ser cometidos pelo Município de Barcelos, bem como a prestação de serviços nas áreas da educação, ensino, formação profissional e cultura.

Apresenta como principais atribuições, a promoção e gestão de equipamentos e bens educativos, recreativos e culturais que lhe estejam cometidos ou venham a ser cometidos pelo Município de Barcelos; assegura a prestação de serviços nas áreas da educação, ensino, formação profissional e cultura; promover iniciativas de natureza diversa na área da educação, ensino e formação profissional; colaboração com o Município de Barcelos e outras entidades de natureza diversa na programação, promoção e realização de iniciativas nas áreas da educação, ensino, formação profissional e cultura, entre outras.

O Conselho de Administração que subscreveu o documento de Prestação de Contas foi designado no dia 8 de novembro de 2021, pelo que foi sob a sua responsabilidade que decorreu todo a atividade do exercício do ano 2022.

A EMEC, sendo uma entidade reclassificada nos termos do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais está sujeita ao SNC-AP, que aplica desde 2020, bem como à Lei de Enquadramento Orçamental (LEO).

Da atividade da EMEC destaca-se o ensino com a administração e gestão da Escola Tecnologia e Gestão de Barcelos, na qual são ministrados diversos Cursos Profissionais e Formação Modular Certificada, assim como as Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC'S) dirigidas ao 1º ciclo do ensino básico.

Toda esta atividade formativa é financiada no âmbito de candidaturas específicas, sendo que a comparticipação das AEC's provém do contrato programa assinado com o Município – aqui entidade consolidante.

Durante o exercício de 2022 a EMEC deu continuidade à gestão do Centro de Artesanato (Torre Medieval), do Pólo de Leitura de Arcozelo e do Museu Etnográfico de Chavão e à realização de eventos culturais, em parceria com o Município, designadamente a Festa das Cruzes, a Mostra de Artesanato e Feira do Livro, as mais significativas.

No que respeita à situação económica e financeira, a EMEC apresentou o documento de Prestação de Contas do exercício de 2022, aprovado em Assembleia Geral, realizada no passado dia 28 de março, o qual foi presente ao Órgão Executivo Municipal, em 3.04.2023 e à Assembleia Municipal, em 28 de abril último.

Foi com base na referida Prestação de Contas e demais documentos de suporte que foram preparadas as Contas Consolidadas do Município de Barcelos, enquanto entidade mãe.

O capital estatutário da EMEC, no montante de 250 000,00 €, é detido, na totalidade, pelo Município de Barcelos.

Das principais componentes económico-financeiras, destacam-se as seguintes:

Designação	2022 SNC-AP	2021 SNC-AP	Variação homóloga	
			Valor	%
Ativo	657 225	780 700	-123 474	-15,82%
Passivo	1 876 390	1 800 622	75 768	4,21%
Património Líquido	-1 219 165	-1 019 922	-199 243	19,54%
Resultado Líquido	-199 243	-135 149	-64 094	47,42%

Da análise comparativa dos valores das grandes massas patrimoniais com o verificado no ano transato, constata-se que o ano 2022 foi negativo em todas as dimensões.

A EMEC está exposta aos termos do artº nº 35 do Código das Sociedades Comerciais desde há alguns anos.

Esta empresa vem apresentando uma situação económico-financeira muito fragilizada e dependente do apoio financeiro do Município, entidade consolidante, através de contratos programa e da reposição do equilíbrio (ou reequilíbrio), nos termos do artº nº 40 do RFALEI.

4 - METODOLOGIA

O método de consolidação de contas adotado no grupo autárquico do Município de Barcelos, foi o método de consolidação integral, que consiste na integração no balanço e demonstração de resultados da entidade consolidante dos elementos dos balanços e demonstrações de resultados das entidades a consolidar.

Relativamente à consolidação orçamental foi adotado o **método simples**.

5 - ANÁLISE ECONÓMICA, FINANCEIRA E ORÇAMENTAL

5.1 ANÁLISE DO BALANÇO CONSOLIDADO

O **Balanço Consolidado** e a **Demonstração Consolidada de Resultados por Naturezas** são os documentos contabilísticos que apresentam a situação patrimonial, económica e financeira do **grupo municipal**, à data de encerramento de um exercício, habitualmente coincidente com o ano civil.

Para o efeito procedeu-se à integração nos documentos da entidade consolidante os elementos do Balanço e Demonstração de Resultados da entidade consolidada e subsequentemente à eliminação de todos os saldos e de operações intragrupo, ou seja, das operações entre as entidades que compõem o perímetro de consolidação, evitando-se deste modo a duplicação de valores.

Referir que a ordem de **grandeza da entidade consolidante**, o Município, face à entidade que integra o perímetro de consolidação, a **EMEC**, é de tal ordem que, de modo geral, **não se observam alterações significativas** entre as contas individuais e as consolidadas.

Todavia, sempre existirão aspetos a salientar neste processo de consolidação com a EMEC.

Análise do Ativo

Componentes do Ativo	Município		Consolidado		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Ativos fixos tangíveis	209 917 934	97,25%	209 958 234	97,24%	40 300	0,02%
Propriedades de investimento	196 083	0,09%	196 083	0,09%	0	0,00%
Ativos intangíveis	2 032 884	0,94%	2 032 884	0,94%	0	0,00%
Participações financeiras	3 702 116	1,72%	3 702 116	1,71%	0	0,00%
Diferimentos	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
Outros ativos financeiros	0	0,00%	21 178	0,01%	21 178	100,00%
Outras contas a receber	0	0,00%	462	0,00%	462	100,00%
Ativo não corrente	215 849 016	100,00%	215 910 957	100,00%	61 940	0,03%
Inventários	348 836	0,65%	373 961	0,69%	25 124	7,20%
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	0	0,00%	88 790	0,16%	88 790	100,00%
Clientes, contribuintes e utentes	789 760	1,48%	790 816	1,46%	1 056	0,13%
Estado e outros entes públicos	80 867	0,15%	80 867	0,15%	0	0,00%
Outras contas a receber	15 687 428	29,33%	16 112 085	29,79%	424 656	2,71%
Diferimentos	199 511	0,37%	202 173	0,37%	2 662	1,33%
Caixa e depósitos	36 383 359	68,02%	36 436 356	67,37%	52 996	0,15%
Ativo corrente	53 489 762	100,00%	54 085 047	100,00%	595 285	1,11%
Total Ativo	269 338 778		269 996 004		657 225	0,24%

O **Ativo Consolidado** assume o valor total de **269.996.004€**.

Da análise do Ativo Consolidado com o do Município, em termos individuais, resulta que o processo de consolidação **acrescenta** o valor de **657.225 €**, que equivale a 0,24%, ou seja, um valor pouco significativo face à grandeza da entidade mãe como revela a percentagem atrás referida.

O aumento do Ativo Consolidado reparte-se do seguinte modo: **Ativo não Corrente 61.940€** (0,03%); o **Ativo Corrente 595.285€** (1,11%).

No Ativo Corrente destaca-se o valor registado em “Outras contas a receber” 424.656€ e em “Devedores por transferências de subsídios não reembolsáveis” 88.790€.

De mencionar que este direito de receber de transferências respeita unicamente à entidade controlada, EMEC.

Ao nível do Ativo não Corrente, o valor de 21.178€ na conta “Outros ativos financeiros” resultam, na totalidade, das contas da entidade controlada.

Evolução do Ativo

Descrição	2022 SNC-AP	2021 SNC-AP	Variação homóloga %
Ativo			
Ativos fixos tangíveis	209 958 234	202 686 922	3,59%
Propriedades de investimento	196 083	197 924	-0,93%
Ativos intangíveis	2 032 884	2 013 866	0,94%
Participações financeiras	3 702 116	3 702 116	0,00%
Diferimentos	0	0	0
Outros ativos financeiros	21 178	20 616	2,73%
Outras contas a receber	462	462	0,00%
Ativo não corrente	215 910 957	208 621 906	3,49%
Inventários	373 961	370 164	1,03%
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	88 790	163 654	-45,75%
Clientes, contribuintes e utentes	790 816	583 394	35,55%
Estado e outros entes públicos	80 867	91 352	-11,48%
Outras contas a receber	16 112 085	15 445 293	4,32%
Diferimentos	202 173	469 544	-56,94%
Caixa e depósitos	36 436 356	31 757 858	14,73%
Ativo corrente	54 085 047	48 881 259	10,65%
Total Ativo	269 996 004	257 503 165	4,85%

Em termos comparativos com o ano transato, o **Ativo Consolidado** evidencia um **impacto positivo** no valor de **12.492.839€**, ou seja, teve um aumento de 4.85%, o qual é resultado, em larga medida, da atividade da entidade consolidante em termos individuais, pois que a EMEC apenas acrescenta 657.225€ (0,24%), como atrás se referiu.

O **Ativo não Corrente** cresceu **7.289.051€** (3.49%), sendo que a entidade consolidada incorpora 61.940€ que decorre essencialmente do valor de “Ativos fixos tangíveis” 40.300€ e de “Outros ativos financeiros” 21.178€.

O **Ativo Corrente** revela uma evolução favorável na ordem dos 5.203.788€ (10.65%), contribuindo a EMEC com 595.285€.

De "Clientes contribuintes e utentes" o valor a receber é superior ao do ano transato em 207.422€ e respeita essencialmente ao Município.

Os créditos do Estado registados nas contas "Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis" e "Estado e outros entes públicos" reduziram no seu conjunto 85.349€ comparativamente com o ano 2021.

Em "Outras contas a receber" verifica-se um acréscimo de 666.792€, tendo a entidade consolidada contribuído no exercício com 424.656€.

O valor registado em "Caixa e depósitos" aumentou no exercício 4.678.498€ sendo que a EMEC reduziu em 85.833€.

Património Líquido

Componentes do Património Líquido	Município		Consolidado		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Património/Capital	23 188 744,62	12,07%	23 188 744,62	12,15%	0,00	0,00%
Reservas	10 613 027,60	5,53%	10 664 484,06	5,59%	51 456,46	0,48%
Resultados transitados	116 759 453,85	60,79%	115 688 075,23	60,62%	-1 071 378,62	-0,92%
Outras variações no Património Líquido	40 267 673,88	20,97%	40 267 673,88	21,10%	0,00	0,00%
Resultado líquido do período	1 234 855,94	0,64%	1 035 613,21	0,54%	-199 242,73	-16,13%
Total do Património Líquido	192 063 755,89	100,00%	190 844 591,00	100,00%	-1 219 164,89	-0,63%

O **Património Líquido Consolidado** é de 190.844.591€, o qual absorve o impacto negativo do Património Líquido da EMEC de 1.219.165€, reduzindo-o em 0.63%.

É ao nível dos "Resultados Transitados" e do "Resultado Líquido" que se verificam as principais variações.

A EMEC, como se referir na parte inicial, apresenta uma situação financeira muito frágil a qual está traduzida no quadro acima.

Evolução do Património Líquido

Descrição	2022 SNC-AP	2021 SNC-AP	Variação homóloga %
Património Líquido			
Património/Capital	23 188 745	23 188 745	0,00%
Reservas	10 664 484	10 408 743	2,46%
Resultados transitados	115 688 075	106 213 390	8,92%
Ajustamentos em ativos financeiros	0	0	0,00%
Outras variações no Património Líquido	40 267 674	35 153 548	14,55%
Resultado líquido do período	1 035 613	4 979 667	-79,20%
Total do Património Líquido	190 844 591	179 944 093	6,06%

No que respeita à **evolução do Património Líquido Consolidado** é de salientar o valor positivo na ordem dos **10.900.498€**, ou seja, um aumento de 6.06%, acréscimo este da responsabilidade do Município.

Das várias contas que integram o Património Líquido registam a maior variação percentual face ao ano transato as contas: "Outras Variações do Património Líquido" com um efeito positivo 5.114.125€ (14.55%) e "Resultado Líquido do Período", cuja redução de 79.20% decorre do aumento do resultado negativo da entidade consolidada e da redução do resultado da entidade consolidante (passou de 5.114.815 € em 2021 para 1.234.856€ em 2022).

Os resultados transitados apresentam uma evolução favorável de 9.474.685€, traduzindo uma variação de 8,92%.

Análise do Passivo

Componentes do Passivo	Município		Consolidado		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Provisões	62 615 900,70	96,01%	62 615 900,70	96,01%	0,00	0,00%
Financiamentos obtidos	1 747 666,26	2,68%	1 747 666,26	2,68%	0,00	0,00%
Diferimentos	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Outras contas a pagar	853 655,67	1,31%	853 655,67	1,31%	0,00	0,00%
Passivo não corrente	65 217 222,63	100,00%	65 217 222,63	100,00%	0,00	0,00%
Credores por transf. e subs. não reemb. concedidos	215 652,40	1,79%	429 836,16	3,08%	214 183,76	99,32%
Fornecedores	2 963 098,36	24,57%	3 052 269,39	21,90%	89 171,03	3,01%
Estado e outros entes públicos	586 385,51	4,86%	731 650,29	5,25%	145 264,78	24,77%
Financiamentos obtidos	619 284,14	5,14%	1 869 284,14	13,42%	1 250 000,00	201,85%
Fornecedores de investimento	1 620 633,77	13,44%	1 634 761,61	11,73%	14 127,84	0,87%
Outras contas a pagar	4 991 947,31	41,40%	5 155 590,03	37,00%	163 642,72	3,28%
Diferimentos	2 389,45	0,02%	2 389,45	0,02%	0,00	0,00%
Outros passivos financeiros	1 058 408,94	8,78%	1 058 408,94	7,60%	0,00	0,00%
Passivo corrente	12 057 799,88	100,00%	13 934 190,01	100,00%	1 876 390,13	15,56%
Total Passivo	77 275 022,51		79 151 412,64		1 876 390,13	2,43%

No Balanço consolidado o **Passivo consolidado** assume o valor de **79.151.413€**.

A consolidação **acrescenta 1.876.390€** ao valor do **Passivo da entidade mãe**, representando um aumento de 2.43%.

A conta com maior impacto resultante da consolidação é a relativa a **Financiamentos Obtidos** de curto prazo, que soma **1.250.000€**; este valor de **Passivo Corrente da EMEC** é significativamente superior ao das responsabilidades da **entidade consolidante**, em termos individuais, de curto prazo, que se situam nos **619.284€**.

Outras contas com impacto substancial são as seguintes:

- "Credores por transferências e Subsídios não reembolsáveis Concedidos" aumenta 214.184€ em valor absoluto, ou seja 99.32%;
- "Outras Contas a Pagar" que acresce o valor de 163.643€, ou seja 3.28%;
- "Estado e Outros Entes Públicos" que adiciona 145.265€, representando 24.77%.

Evolução do Passivo

Descrição	2022 SNC-AP	2021 SNC-AP	Variação Homóloga %
Provisões	62 615 901	62 384 937	0,37%
Financiamentos obtidos	1 747 666	2 367 779	-26,19%
Diferimentos	0	0	0
Outras contas a pagar	853 656	272 339	213,45%
Passivo não corrente	65 217 223	65 025 055	0,30%
Credores por transf. e subs. não reemb. concedidos	429 836	487 288	-11,79%
Fornecedores	3 052 269	2 332 423	30,86%
Estado e outros entes públicos	731 650	435 379	68,05%
Financiamentos obtidos	1 869 284	2 125 657	-12,06%
Fornecedores de investimento	1 634 762	1 420 786	15,06%
Outras contas a pagar	5 155 590	4 662 761	10,57%
Diferimentos	2 389	5 058	-52,75%
Outros passivos financeiros	1 058 409	1 064 666	100,00%
Passivo corrente	13 934 190	12 534 017	11,17%
Total Passivo	79 151 413	77 559 072	2,05%
Total do Passivo e Património Líquido	269 996 004	257 503 164	4,85%

Da **comparabilidade** com o período homólogo o valor do **Passivo Consolidado aumenta 1.592.341€**, que representa 2.05%, sendo que ambas as entidades viram os seus Passivos aumentar.

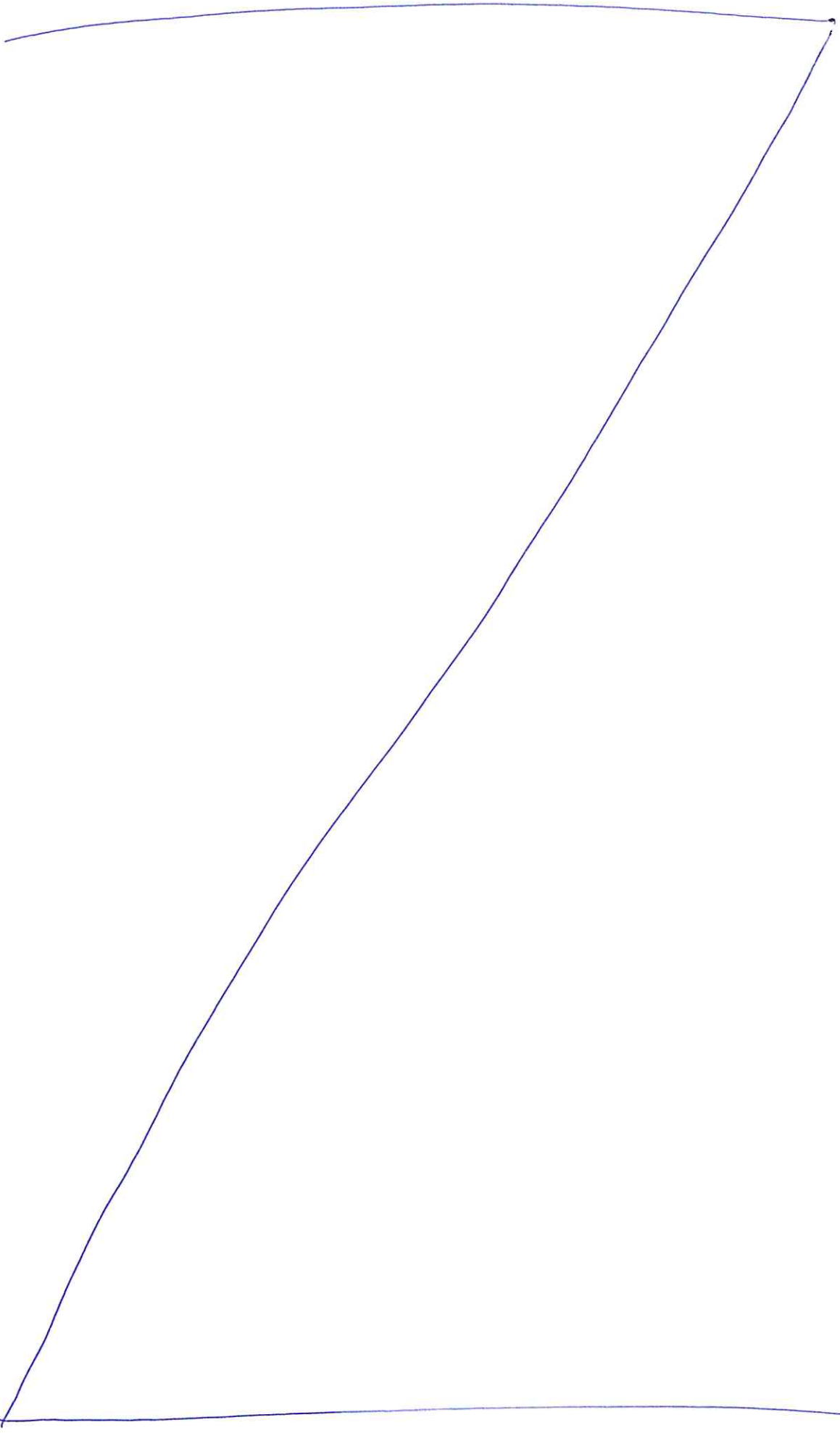
De mencionar que o **Passivo não Corrente** é na ordem dos **65.217.223€**, todo da responsabilidade da entidade consolidante; os valores de maior dimensão, respeitam à constituição de Provisões (62.615.901€) e a financiamentos obtidos (1.747.666€).

Referir que a EMEC não tem empréstimos de médio e longo prazo.

Relativamente ao ano transato o **Passivo não Corrente** apresentou um **aumento** pouco significativo, no valor de **192.168€**, ou seja 0,30%.

O **Passivo Corrente** aumenta no período **1.400.173€**, sendo as contas relativas a "Fornecedores" e a "Outras contas a pagar" as que registam maior variação em valor absoluto, 719.846€ (30.86%) e 492.829€ (10.57%), respetivamente.

A redução verificada em "Financiamentos obtidos" decorre do cumprimento das obrigações assumidas nos contratos de empréstimos pela entidade consolidante, pois que a EMEC manteve a utilização de contas caucionadas para financiamento da sua tesouraria num nível elevado, 1.250.000€.



Handwritten notes in blue ink, including a large stylized 'A' at the top, a downward-pointing arrow, and the text 'S4', 'd. p. 19.', and a signature.

5.2 ANÁLISE À DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE RESULTADO POR NATUREZAS

O **Resultado Consolidado** apresenta-se positivo em **1.035.613€**, como se verificou nas páginas anteriores, valor inferior quando comparado com o do exercício anterior, em virtude da redução do resultado líquido da entidade consolidante e do resultado líquido da consolidada ser mais negativo neste exercício.

Contudo, é importante conhecer o comportamento das variáveis que contribuíram para o referido resultado, pelo que se evidenciam de seguida os **Gastos** e os **Rendimentos** e a sua evolução relativamente ao exercício anterior.

Análise dos Gastos

Gastos	Município		Consolidado		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	1 129 352,10	1,45%	1 146 650,69	1,45%	17 298,59	1,53%
Fornecimentos e serviços externos	18 919 868,31	24,33%	19 558 293,08	24,73%	638 424,77	3,37%
Gastos com pessoal	25 332 788,75	32,58%	26 748 540,06	33,82%	1 415 751,31	5,59%
Transferências e subsídios concedidos	20 478 757,78	26,34%	19 472 667,19	24,62%	-1 006 090,59	-4,91%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	504 273,80	0,65%	504 273,80	0,64%	0,00	0,00%
Provisões (aumentos/reduções)	230 963,51	0,30%	230 963,51	0,29%	0,00	0,00%
Outros gastos	2 320 329,81	2,98%	2 543 160,19	3,22%	222 830,38	9,60%
Gastos/reversões de depreciação e amortização	8 740 491,57	11,24%	8 754 722,01	11,07%	14 230,44	0,16%
Juros e gastos similares suportados	97 666,20	0,13%	131 794,87	0,17%	34 128,67	34,94%
Imposto sobre o rendimento	0,00	0,00%	1 087,75	0,00%	1 087,75	100,00%
TOTAL	77 754 491,83	100,00%	79 092 153,15	100,00%	1 337 661,32	1,72%

Após a aplicação das “regras” de consolidação, designadas de eliminação ou adições, obteve-se os **Gastos Consolidados**, que totalizam **79.092.153€**.

O processo de consolidação **acresce** o valor de **1.337.661€**, (1,72%) aos gastos do Município, enquanto entidade individual.

O valor **mais significativo** provem dos **Gastos com o Pessoal**, que totalizam **26.748.540€** dos quais 1.415.751€ são acrescentados pela entidade consolidada, aumento este de 5.59%.

Por **ordem decrescente**, em valor absoluto dos restantes **Gastos** referem-se os seguintes:

“Fornecimentos e Serviços Externos”, cujo valor de 19.558.293€ integram um aumento de 638.425€ da EMEC, que representa 3.37% dos gastos desta natureza;

“Outros Gastos” que soma 2.543.160€ integra 222.830€ do processo de consolidação, ou seja 9.6%;

“Juros e gastos similares suportados” cifram-se em 131.795€; o aumentam de 34.129€, representa 34.94%; esta variação significativa evidencia que o gasto suportado com o financiamento da EMEC é elevado comparativamente com os custos suportados pelo Município

Evolução dos gastos

Gastos	2022 SNC-AP	2021 SNC-AP	Variação homóloga %
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	1 146 650,69	1 008 908,19	12,01%
Fornecimentos e serviços externos	19 558 293,08	13 789 527,51	29,50%
Gastos com pessoal	26 748 540,06	24 675 673,54	7,75%
Transferências e subsídios concedidos	19 472 667,19	18 767 603,79	3,62%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	504 273,80	559 594,88	-10,97%
Provisões (aumentos/reduções)	230 963,51	171 391,14	25,79%
Outros gastos	2 543 160,19	1 740 271,93	31,57%
Gastos/reversões de depreciação e amortização	8 754 722,01	7 173 357,99	18,06%
Juros e gastos similares suportados	131 794,87	138 288,90	-4,93%
Imposto sobre o rendimento	1 087,75	926,75	14,80%
TOTAL	79 092 153,15	68 025 544,62	13,99%

Em termos evolutivos os Gastos incorridos apresentam no exercício consolidado um **acréscimo** na ordem dos **11.066.608€**; este aumento é fortemente imputado à entidade consolidante em termos individuais, não obstante os custos da entidade consolidada também terem aumentado face ao exercício anterior.

No que respeita ao Município a justificação está suportada, em grande medida, no processo de transferência de competências da Administração Central para a Local, especificamente na área da educação.

Análise dos Rendimentos

Rendimentos	Município		Consolidado		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Impostos, contribuições e taxas	24 256 382,97	30,71%	24 256 382,97	30,27%	0,00	0,00%
Vendas	0,00	0,00%	30 242,66	0,04%	30 242,66	100,00%
Prestações de serviços e concessões	4 343 426,09	5,50%	4 481 404,70	5,59%	137 978,61	3,18%
Transferências e subsídios correntes obtidos	44 399 771,42	56,21%	45 355 852,02	56,60%	956 080,60	2,15%
Provisões (reduções)	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Outros rendimentos	5 989 767,29	7,58%	6 003 883,54	7,49%	14 116,25	0,24%
Juros e rendimentos similares obtidos	0,00	0,00%	0,47	0,00%	0,47	0,00%
TOTAL	78 989 347,77	100,00%	80 127 766,36	100,00%	1 138 418,59	1,44%

No final do exercício de 2022 os **Rendimentos Consolidados** apurados totalizam **80.127.766€**, valor que representa um **acréscimo** na ordem dos **1.138.419€** (1,44%).

O Rendimento mais significativo decorre de "Transferências e Subsídios correntes obtidos", cuja proveniência, em grande medida, é do Orçamento de Estado; nesta rubrica a entidade consolidada tem um contributo positivo de 956.081€, que representa 2.15%.

Salientar uma característica particular da EMEC, a atividade comercial de venda de bens, designadamente de peças de artesanato, da qual obteve o rendimento de 30.243€.

Evolução dos rendimentos

Rendimentos	2022 SNC-AP	2021 SNC-AP	Variação homóloga %
Impostos, contribuições e taxas	24 256 382,97	23 434 840,71	3,39%
Vendas	30 242,66	26 071,01	13,79%
Prestações de serviços e concessões	4 481 404,70	3 622 809,53	19,16%
Transferências e subsídios correntes obtidos	45 355 852,02	39 899 880,22	12,03%
Provisões (reduções)	0,00	0,00	0,00%
Outros rendimentos	6 003 883,54	5 974 541,55	0,49%
Juros e rendimentos similares obtidos	0,47	47 066,19	10013982,98%
TOTAL	80 127 766,36	73 005 209,21	8,89%

Analisando a **evolução dos Rendimentos Consolidados** com os obtidos no exercício anterior salienta-se o **acréscimo de 7.122.557€, (8.89%)**, o qual está relacionado com a transferência de competências da Administração Central para o Município na área da Educação.

Registrar o aumento verificado nos rendimentos de “Prestação de Serviços e concessões”, que aumentou 858.595€, ou seja 19.16%.

A atividade comercial da EMEC com a venda de peças de artesanato também aumentou, passou de 26.071€ para 30.243€, que representa um acréscimo de 13.79%.

Mencionar que no exercício não se registaram “Juros e rendimentos similares obtidos” que no ano anterior foram de 47.066€, situação que não merece grande relevância, por ser residual atividade de ambas as entidades.

5.3 Dívida a TERCEIROS

Dívida de Curto, Médio e Longo Prazo

Dívida a Terceiros

Designação	Município		Consolidado	
	Valor	%	Valor	%
Dívida a terceiros de curto prazo	5 628 908	68,39%	7 198 895	73,46%
Dívidas a terceiros de médio e longo prazo	2 601 322	31,61%	2 601 322	26,54%
TOTAL	8 230 230	100,00%	9 800 217	100,00%

O Passivo consolidado integra **Dívidas a Terceiros** no valor de **9.800.217€**, as quais se subdividem quanto à sua exigibilidade, em curto prazo e de médio e longo prazo; a **dívida de curto prazo** assume particular importância, pois representa **73.46%** da dívida a terceiros (7.198.895€).

As **Dívidas de curto prazo** totalizam **7.198.895€** e as **Dívidas de médio e longo prazo** **2.601.322€**.

No que respeita a **Dívidas a terceiros** a EMEC acrescenta responsabilidades ao Município, na ordem dos **1.569.987€**, as quais em termos de exigibilidade são de **curto prazo** e representam 18.87%. Esta dívida respeita fundamentalmente a **financiamento bancário** de curto prazo.

De mencionar que a EMEC não apresenta dívidas a terceiros de médio e longo prazo, pelo que o valor é na totalidade da responsabilidade do Município enquanto entidade individual.

Evolução de dívida a terceiros

Designação	2022 SNC-AP	2021 SNC-AP	Variação homóloga	
			Valor	%
Dívida a terceiros de curto prazo	7 198 895	6 939 252	259 643	3,74%
Dívidas a terceiros de médio e longo prazo	2 601 322	2 640 118	-38 796	-1,47%
TOTAL	9 800 217	9 579 370	220 847	

Em **termos comparativos** com o exercício do ano anterior, regista-se o **acréscimo** das responsabilidades para com terceiros em **259.643€**, ou seja, um aumento de 3.74%.

A dívida de curto prazo aumentou no exercício, sendo que a de médio e longo prazo apresenta o movimento inverso, ou seja, diminui no período 38.796€, ou seja cerca de 1.47%.

Empréstimos Obtidos

A Dívida de Empréstimos de médio e longo prazo respeita exclusivamente ao Município e assume no final do exercício o valor de 2.366.950€, sendo que, em termos de exigibilidade apresenta-se a seguinte modo:

- Curto prazo 619.284€;
- Médio e longo prazo 1.747.666€.

A exigibilidade a curto prazo a nível de empréstimos assume o valor de 1.869.284€, sendo 619.284€ a amortizar pelo Município e a diferença, 1.250.000€ pela entidade consolidada.

A dívida da EMEC a instituições bancárias tem natureza de curto prazo, pela utilização de crédito em regime de conta corrente, no final do exercício assumia o valor de 1.250.000€ (Caixa Geral de Depósitos – 500.000€ e Millennium BCP – 750.000€).

Designação	2022	2021
Empréstimos bancários		
Passivo corrente	1 869 284,14	2 125 656,68
Passivo não corrente	1 747 666,26	2 367 778,77
TOTAL	3 616 950,40	4 493 435,45

Conta	Município Barcelos	EMEC, EM	Grupo público consolidado
CGD 9015004681191	416 367,59	0,00	416 367,59
CGD 9015005090891	476 394,70	0,00	476 394,70
CGD 9015007594391	525 585,95	0,00	525 585,95
CA 56057797471	948 602,16	0,00	948 602,16
CGD	0,00	500 000,00	500 000,00
BCP	0,00	750 000,00	750 000,00
TOTAL	2 366 950,40	1 250 000,00	3 616 950,40

5.4 ANÁLISE ORÇAMENTAL

As demonstrações orçamentais consolidadas são uma representação estruturada da execução e desempenho orçamental de uma entidade. Consequentemente, os objetivos das demonstrações orçamentais são o de proporcionar informação do orçamento e da execução das receitas e despesas orçamentadas, dos recebimentos e pagamentos e do desempenho orçamental, conforme dispõe a NCP 26 do Dec-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro, Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP).

As presentes demonstrações orçamentais foram preparadas de acordo com a NCP 26 - Contabilidade e Relato Orçamental, estabelecida no SNC-AP.

De notar que a entidade consolidada, como foi referido na parte introdutória, não tem experiência na contabilidade orçamental comparável com a do Município, que desde longa data labora neste sistema de contas, pelo que não se abordará aspetos de liquidações, cabimentos e compromissos. l

O Orçamento consolidado do grupo autárquico resulta do alinhamento das rubricas do orçamento municipal com o da EMEC, expurgado das operações internas.

Operacionalizada esta dinâmica quanto às operações decorrentes do método adotado para a consolidação, o método de simples agregação, o **Orçamento Consolidado** apresenta o valor de 119.551.283€.

Salientar desde já a diferente dimensão entra as entidades que constituem o grupo, o Orçamento final do Município tem o valor de 116.251.267€ e o da EMEC o valor de 4.326.805€, ou seja, a entidade consolidada tem um peso pequeno no orçamento consolidado (3.62%).

No que respeita à execução, o grupo autárquico dispôs para gerir o exercício de receitas, que foram sendo executadas no decorrer do ano, que ascenderam a 114.203.282€ (valor que integra o saldo transitado).

Deste valor, 112.640.798€ foi recebido pelo Município (98.63%) e 2.589.273€ pela entidade consolidada, EMEC (2.27%).

Da execução orçamental o Município, enquanto entidade individual, terminou o ano com um saldo de gerência no valor de 34.288.513€ e a EMEC com um saldo de 52.996€, o que face aos compromissos reflete a falta de autonomia desta empresa.

A receita consolidada pode ser classificada, economicamente, em corrente e de capital, assim como as despesas, decomposição que está evidenciada no quadro abaixo.

Decorre ainda da análise que a EMEC não dispõe de receitas de capital que não sejam de empréstimos.

Dos movimentos orçamentais, ao nível da receita e da despesa, no período em evidência, o ano de 2022, resulta um saldo financeiro de operações orçamentais para a gerência seguinte no valor de 34.341.509€

O **Mapa de Fluxos de Caixa Consolidado** foi também elaborado e funciona como um documento síntese de todos os fluxos financeiros d

o grupo autárquico, articulando e equilibrando recebimentos e pagamentos, quer de operações orçamentais quer de operações de tesouraria.

Resulta da sua análise que durante o exercício os recebimentos totalizaram 83.911.199€ e os pagamentos de 79.861.774€, ou seja, do exercício resultou um saldo no valor de 4.678.497€ que acumulou ao inicial.

Desta forma, considerando o saldo inicial adicionado do que resultou do exercício transita para a gerência seguinte o montante de 36.436.356€, do qual 2.094.846€ respeita a operações de tesouraria.

Por último, referir que as operações de tesouraria são entradas e saídas de fundos extraorçamentais, movimentados contabilisticamente no sistema patrimonial, que se destinam a entidades terceiras.

5.5 APRESENTAÇÃO DE RÁCIOS

Indicadores económicos	Indicador		Município	Consolidado
Liquidez	Liquidez geral	Ativo corrente/Passivo corrente	4,44	3,90
	Liquidez Reduzida	(Ativo corrente-Inventários)/Passivo corrente	4,41	3,87
	Liquidez imediata	Disponibilidades/Passivo corrente	3,02	2,53
Rentabilidade	Rentabilidade do Património Líquido	Resultados líquidos/Património líquido	64,29%	276,73%
	Rentabilidade operacional do ativo	Resultados operacionais/Ativo	49,47%	196,96%
Estrutura Financeira	Autonomia Financeira	Património Líquido/Ativo	0,71	0,70
	Solvabilidade	Património Líquido/Passivo	2,49	2,32
	Grau de Cobertura dos gastos financeiros	Resultados Operacionais/Gastos financeiros	13,64	36,68
	Endividamento	Passivo/Ativo	0,29	0,30
Indicadores orçamentais	Indicador		Município	Consolidado
Execução orçamental	Receita	Receitas cobradas líquidas/Previsões corrigidas	0,97	0,66
	Despesa	Despesa paga líquida/Dotações corrigidas	0,67	0,57
	Liquidação da Receita	Receita cobrada líquida/Liquidações	0,99	0,66
	Pagamento de Obrigações	Despesa paga líquida/Obrigações	0,97	0,83
Outros Indicadores	Indicador		Município	Consolidado
Estrutura	Despesas com Pessoal	Pagamentos a pessoal/Despesa total	0,32	0,34
	Aquisição de Bens e serviços	Pagamentos de Bens e Serviços/Despesa total	0,98	0,22
	Investimento	Pagamento de Investimento/Despesa total	0,15	0,12
	Serviço de Dívida	Serviço de Dívida/Despesa corrente	0,03	0,04

6 - FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Sobre a concessão das redes públicas de abastecimento de água já muito se escreveu, já muitas contas se fizeram e já os Tribunais se pronunciaram. E o número de grandeza é tão elevado, que as contas já estão feitas há muito tempo e só resta analisá-las e tomar decisões políticas porque de outra natureza estão esgotadas. O mesmo é dizer que só através de negociações e acordos extrajudiciais alcançados entre as partes, será possível chegar a resultados que vão de encontro ao legítimo interesse de ambas as partes.

O executivo Municipal em funções desde outubro de 2021 estabeleceu como prioridade retomar as negociações com a concessionária depois de dois acordos alcançados e falhados: em 2015 e 2017 como já foi dado nota, neste relatório.

A componente acionista também foi alterada com a aquisição da Somague Ambiente detentora de 75% do capital da AdB por um Fundo de Capital de Risco através da sua participada empresa Plainwater, SA. Por sua vez, esta empresa foi alienada pelo Grupo INDÁQUA, detentora de várias concessões de redes públicas de água e saneamento, em Portugal e em Africa, incluindo agora 75% da AdB.

Foi neste cenário que o atual executivo encetou negociações imediatas com os novos acionistas do Grupo INDÁQUA com a prioridade máxima em suspender de novo a instância executiva de ação pendente no TAF de Braga. Portanto, o atual executivo municipal desde a sua tomada de posse, em outubro de 2021, deu total prioridade a este assunto que viria a ser alcançado um acordo particularmente positivo como adiante daremos nota.

Ninguém pode negar que a dívida vencida do Município até à presente data, incluindo juros, rondará os 150 milhões de euros; e será no fim da concessão, se nada for feito, superior a mais de 250 milhões de euros incluindo juros, nas prestações vencidas e vincendas.

Aqui chegados importa então dizer o seguinte:

1 – O processo de execução que corre no TAF de Braga em que a Águas de Barcelos é exequente e o Município de Barcelos é executado já se encontra nova e formalmente com a instância suspensa, conforme douto despacho prolatado em 10/01/2023 (que se anexa ao presente relatório). Mas fica suspenso o processo na condição de ser cumprido o calendário/cronograma apresentado ao tribunal entre as partes, para prosseguirem nas negociações para a reposição do reequilíbrio económico e financeiro a celebrar a nova versão do Contrato de Concessão, e do qual o tribunal seja informado da evolução das ditas negociações.

- O calendário acordado e avançado ao tribunal, foi o seguinte:
- Conclusão do acordo até final de fevereiro de 2023;
- Elaboração das minutas necessárias até final de março/meados de abril de 2023;
- Requerer parecer à ERSAR até meados de junho de 2023;
- Obter deliberação dos órgãos sociais e autárquicos e autorizações das entidades financiadoras da concessionária até ao final de agosto de 2023;
- Assinar os documentos do acordo até setembro de 2023.

2 – Todo o processo terá de estar concluído até setembro e a compensação financeira que adiante se dará nota, deverá ser paga até 90 (noventa) dias subsequentes ao da assinatura definitiva do contrato, ou seja, sempre até ao mês de dezembro de 2023, e a entrada em vigor do novo acordo, no primeiro dia de janeiro de 2024.

O acordo alcançado é, em síntese, o seguinte:

- O Município pagará 18 milhões de euros a título indemnizatório, até 90 dias da assinatura definitiva do acordo a assinar como supra se disse, em setembro de 2023;

- Fará um investimento de 7 milhões de euros até 2024 na construção de uma ETAR em Fragoso e na construção das redes de saneamento em Palme, Fragoso e Aldreu;
- Acaba a cobrança de todos os ramais por parte da concessionária;
- Acaba com os escalões de consumos até 5m³, passando de 0 a 10m³ com redução drástica do preço do metro cúbico para benefício dos baixos consumos e acabam também os consumos mínimos;
- Acaba o pedido do reequilíbrio financeiro pela concessionária se se verificar alteração dos consumos, mas, se acontecer farão baixar a Taxa Interna de Rentabilidade (TIR), (pecado original dos desequilíbrios financeiros);
- Acaba o pedido de reequilíbrio financeiro por variação das taxas bancárias dos spreads que, a acontecer, se repercutirão também na TIR;
- Acaba o foro do Tribunal Arbitral, em caso de litígio;
- Redução da TIR atual de 11,6 para 6,9;
- Foi elaborado um novo Caso Base que prevê o não aumento real das tarifas até final da concessão, a não ser nos ajustamentos baseados nos Índices de Preços ao Consumidor (IPC) com nova fórmula de cálculo prevista na adenda ao novo contrato;
- As tarifas previstas no novo Caso Base, são substancialmente mais baixas do que no acordo de 2017;
- Está previsto o tarifário Especial (Social);
- Está previsto o investimento da Concessionária em cerca de 25 Milhões;
- Aumenta para mais 20 anos o prazo da concessão.

Entretanto, e concretamente à evolução das negociações, foram já elaboradas todas as minutas e anexos que fazem parte do Terceiro Aditamento ao Contrato da Exploração e Gestão dos Serviços Públicos de Abastecimento de Águas e de Saneamento de Barcelos, nomeadamente, o acordo de reequilíbrio, bem como a proposta da terceira alteração ao contrato de concessão e respetivos anexos:

Anexo 1 – Minuta do Regulamento de Serviço revisto;

Anexo 2 – Caso Base Revisto;

Anexo 3 – Tarifário Revisto;

Anexo 4 – Protocolo Tarifário Especial (social);

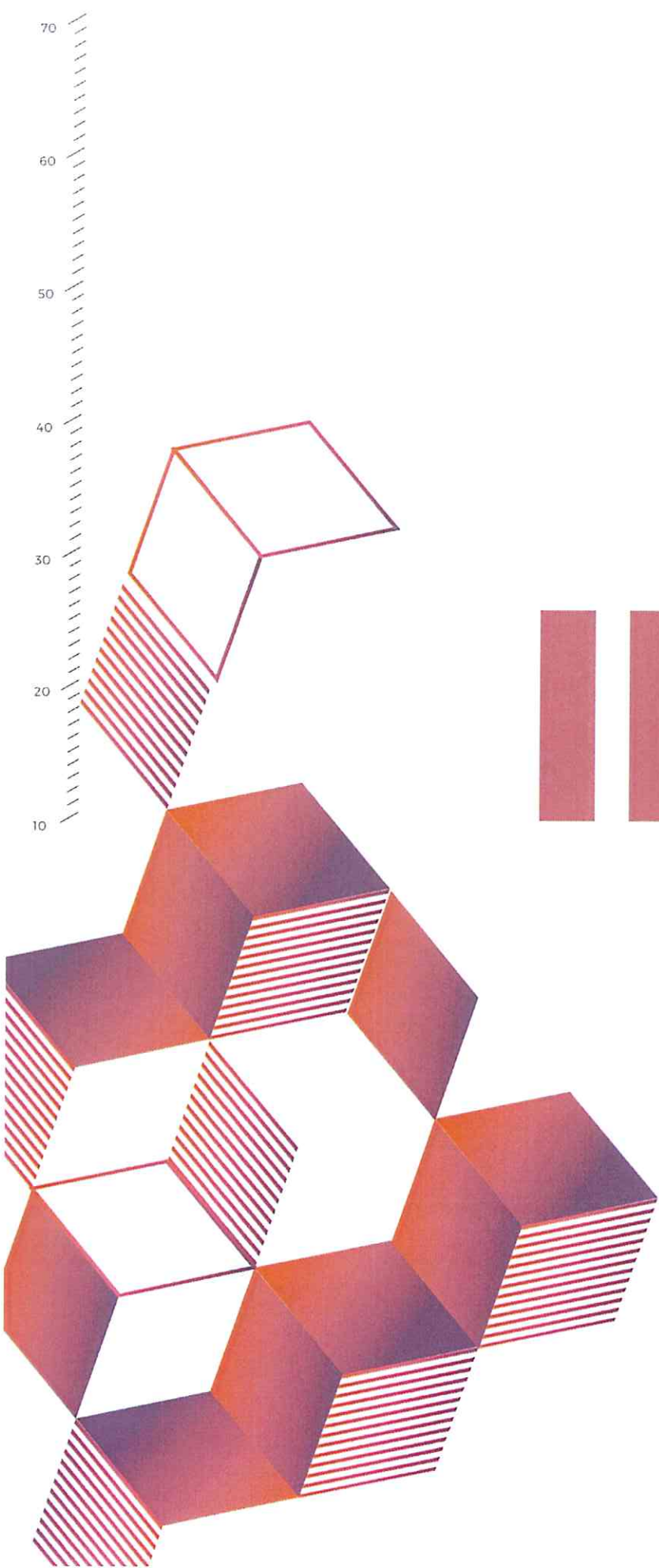
Anexo 5 – Plano de Investimentos Revisto;

Anexo 6 – Plano de Investimentos Municipal.

Todos estes documentos foram já enviados pela Câmara Municipal de Barcelos, para Pedido de Parecer à ERSAR, no passado dia 4 de abril de 2023.

O referido pedido de Parecer foi enviado à ERSAR, posteriormente às deliberações dos órgãos autárquicos do Município de Barcelos: a da Câmara Municipal datada de 17 de fevereiro de 2023; da Assembleia Municipal de Barcelos datada de 28 de fevereiro de 2023; e da deliberação do Concelho de Administração da SOCIEDADE, datada de 8 de fevereiro de 2023.

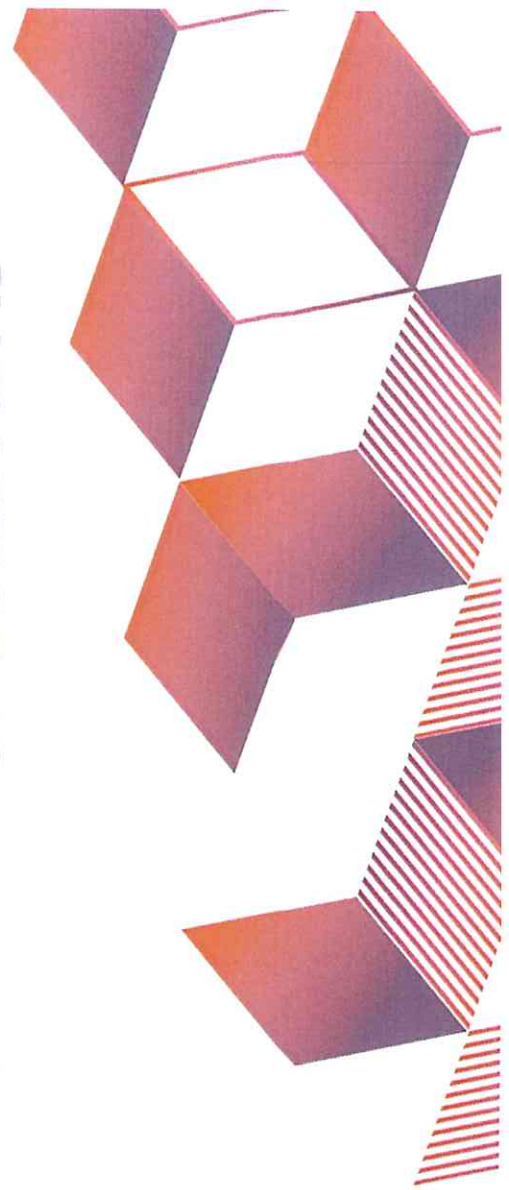
Portanto está a ser cumprido, até antecipadamente, a calendarização/cronograma apresentado e homologado pelo Tribunal como supra se deu nota.



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

01 02 03 04 05 06

[Handwritten signatures and initials in blue ink]



7 - BALANÇO CONSOLIDADO

RUBRICAS	NOTAS	31/12/2022 SNC-AP	31/12/2021 SNC-AP
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5.1, 5.2	209 958 234,43	202 686 922,27
Propriedades de investimento	8	196 083,21	197 924,47
Ativos intangíveis	3.1, 3.2	2 032 883,52	2 013 866,34
Ativos biológicos		0,00	0,00
Participações financeiras	18.1A	3 702 115,51	3 702 115,51
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis		0,00	0,00
Acionistas/sócios/associados		0,00	0,00
Diferimentos		0,00	0,00
Outros ativos financeiros		21 177,98	20 615,84
Ativos por impostos diferidos		0,00	0,00
Clientes, contribuintes e utentes		0,00	0,00
Outras contas a receber		462,00	462,00
Total do Ativo não corrente		215 910 956,65	208 621 906,43
Ativo corrente			
Inventários	10	373 960,66	370 163,86
Ativos biológicos		0,00	0,00
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis		88 790,31	163 653,76
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis		0,00	0,00
Clientes, contribuintes e utentes	18.1A	790 815,67	583 393,77
Estado e outros entes públicos		80 867,18	91 351,93
Acionistas/sócios/associados		0,00	0,00
Outras contas a receber	18.1.C	16 112 084,71	15 445 293,38
Diferimentos		202 172,86	469 543,50
Ativos financeiros detidos para negociação		0,00	0,00
Outros ativos financeiros		0,00	0,00
Ativos não correntes detidos para venda		0,00	0,00
Caixa e depósitos	1	36 436 355,60	31 757 857,77
Total do Ativo corrente		54 085 046,99	48 881 257,97
Total do Ativo		269 996 003,64	257 503 164,40

RUBRICAS	NOTAS	31/12/2022 SNC-AP	31/12/2021 SNC-AP
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património/Capital	18.2	23 188 744,62	23 188 744,62
Ações (quotas) próprias		0,00	0,00
Outros instrumentos de capital próprio		0,00	0,00
Prémios de emissão		0,00	0,00
Reservas	18.2	10 664 484,06	10 408 743,29
Resultados transitados	18.2	115 688 075,23	106 213 389,89
Ajustamentos em ativos financeiros		0,00	0,00
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Outras variações no Património Líquido	18.2	40 267 673,88	35 153 548,42
Resultado líquido do período		1 035 613,21	4 979 666,59
Dividendos antecipados		0,00	0,00
Interesses que não controlam		0,00	0,00
Total do Património Líquido		190 844 591,00	179 944 092,81
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões	15	62 615 900,70	62 384 937,19
Financiamentos obtidos	7, 18.3, 23.3	1 747 666,26	2 367 778,77
Fornecedores de investimentos		0,00	0,00
Responsabilidades por benefícios pós-emprego		0,00	0,00
Diferimentos		0,00	0,00
Passivos por impostos diferidos		0,00	0,00
Fornecedores		0,00	0,00
Outras contas a pagar	18.3.C	853 655,67	272 338,92
Total do Passivo não corrente		65 217 222,63	65 025 054,88
Passivo corrente			
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos	18	429 836,16	487 288,05
Fornecedores	18.3	3 052 269,39	2 332 423,12
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos		731 650,29	435 379,18
Acionistas/sócios/associados		0,00	0,00
Financiamentos obtidos	7, 18.3, 23.3.1	1 869 284,14	2 125 656,68
Fornecedores de investimentos	18.3	1 634 761,61	1 420 785,77
Outras contas a pagar	18.3C	5 155 590,03	4 662 760,57
Diferimentos	2	2 389,45	5 057,55
Passivos financeiros detidos para negociação		0,00	0,00
Outros passivos financeiros	18.3C	1 058 408,94	1 064 665,79
Total do Passivo corrente		13 934 190,01	12 534 016,71
Total do Passivo		79 151 412,64	77 559 071,59
Total do Património Líquido e Passivo		269 996 003,64	257 503 164,40

8 - DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	31-12-22 SNC-AP	31-12-21 SNC-AP
Impostos, contribuições e taxas	14	24 256 382,97	23 434 840,71
Vendas	13	30 242,66	26 071,01
Prestações de serviços e concessões	13	4 481 404,70	3 622 809,53
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos		0,00	0,00
Transferências e subsídios correntes obtidos	14	45 355 852,02	39 899 880,22
Variações nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	-1 146 650,69	-1 008 906,19
Fornecimentos e serviços externos	23.1	-19 558 293,08	-13 789 527,51
Gastos com pessoal	19.1	-26 748 540,06	-24 675 673,54
Transferências e subsídios concedidos	23.2	-19 472 667,19	-18 767 603,79
Prestações sociais		0,00	0,00
Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	18.1A	-504 273,80	-559 594,88
Provisões (aumentos/reduções)	15	-230 963,51	-171 391,14
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos	13;14	6 003 883,54	5 974 541,55
Outros gastos		-2 543 160,19	-1 740 271,93
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento		9 923 217,37	12 245 174,04
Gastos/reversões de depreciação e amortização	3,5,8	-8 754 722,01	-7 173 357,99
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)		1 168 495,36	5 071 816,05
Juros e rendimentos similares obtidos	13	0,47	47 066,19
Juros e gastos similares suportados	7	-131 794,87	-138 288,90
Resultado antes de impostos		1 036 700,96	4 980 593,34
Imposto sobre o rendimento		-1 087,75	-926,75
Resultado líquido do período		1 035 613,21	4 979 666,59
Resultado líquido do período atribuível a:		1 035 613,21	4 979 666,59
Detentores do capital da entidade-mãe		1 035 613,21	4 979 666,59
Interesses que não controlam			

9 - DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Demonstração Consolidada das Alterações no Patrimônio Líquido - 2022

Descrição	Notas	Capital/ Patrimônio Subscrito	Outros Instrum. de Capita Próprio	Outras Reservas	Reservas Legais	Resultados Transitados	Ajustamen- tos em Ativos Financeiros	Exceden- tes de Revalori- zação	Outras Variações Patrimônio Líquido	Resultado Líquido do Período	Total	Interesses que não controlam	Total Do Patrimônio Líquido
Posição no início do período	(1)	23 188 744,62	0,00	0,00	10 408 743,29	106 213 389,89	0,00	0,00	35 153 548,42	4 979 666,59	179 944 092,81	0,00	179 944 092,81
Alterações no período													
Primeira adoção de novo referencial contábilístico		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alterações de políticas contábilísticas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realização do excedente de revalorização		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Excedentes de revalorização e respetivas variações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências e subsídios de capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Correção de erros materiais		0,00	0,00	0,00	0,00	4 750 759,52	0,00	0,00	5 109 870,34	0,00	5 109 870,34	0,00	5 109 870,34
Outras alterações reconhecidas no Patrimônio Líquido		0,00	0,00	0,00	255 740,77	4 723 925,82	0,00	0,00	4 255,12	-4 979 666,59	4 255,12	0,00	4 255,12
	(2)	0,00	0,00	0,00	255 740,77	9 474 685,34	0,00	0,00	5 114 125,46	-4 979 666,59	9 864 884,98	0,00	9 864 884,98
	(3)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 035 613,21	1 035 613,21	0,00	1 035 613,21
	(4)=(2)+(3)					0,00	0,00	0,00	-3 944 053,38			0,00	786 900,11
Operações com detentores de capital no período													
Realizações de capital/patrimônio		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Entradas para cobertura de perdas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras operações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subscrições de prêmios de emissão		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	(5)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	(6)=(1)+(2)+(3)+(5)	23 188 744,62	0,00	0,00	10 664 484,06	115 688 075,23	0,00	0,00	40 267 673,88	1 055 613,21	190 844 591,00	0,00	190 844 591,00
Posição fim período													

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Demonstração Consolidada das Alterações no Patrimônio Líquido - 2021

Descrição	Notas	Capital Patrimônio Subscrito	Outros Instrum. de Capital Próprio	Outras Reservas	Reservas Legais	Resultados Transitados	Ajustamentos em Ativos Financeiros	Excedentes de Revalorização	Outras Variações Patrimônio Líquido	Resultado Líquido do Período	Total	Interesses que não controlam	Total do Patrimônio Líquido
Posição no início do período	(1)	23 506 702,22	0,00	0,00	10 199 526,39	89 092 611,37	0,00	0,00	30 208 678,54	4 192 766,44	157 200 284,96	0,00	157 200 284,96
Alterações no período													
Primeira adoção de novo referencial contabilístico		0,00	0,00	0,00	0,00	11 684 330,70	0,00	0,00	0,00	0,00	11 684 330,70	0,00	11 684 330,70
Alterações de políticas contabilísticas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realização do excedente de revalorização		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Excedentes de revalorização e respectivas variações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências e subsídios de capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4 759 040,52	0,00	4 759 040,52	0,00	4 759 040,52
Correção de erros materiais		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras alterações reconhecidas no Patrimônio Líquido	(2)	-317 957,60	0,00	0,00	209 216,90	5 436 447,82	0,00	0,00	185 829,36	-4 192 766,44	1 320 770,04	0,00	1 320 770,04
Resultado Líquido do Período	(3)	0,00	0,00	0,00	0,00	17 120 778,52	0,00	0,00	4 944 869,88	-4 192 766,44	17 764 141,26	0,00	17 764 141,26
Resultado Integral	(4)=(2)+(3)					0,00	0,00	0,00	0,00	4 979 666,59	4 979 666,59	0,00	4 979 666,59
										786 900,15	786 900,15		786 900,15
Operações com detentores de capital no período													
Realizações de capital/patrimônio		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Entradas para cobertura de perdas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras operações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subscrições de prêmios de emissão	(5)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Posição fim período	(6)=(1)+(2)+(3)+(5)	23 188 744,62	0,00	0,00	10 408 743,29	106 213 389,89	0,00	0,00	35 153 548,42	4 979 666,59	179 944 092,81	0,00	179 944 092,81

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

10 - DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA

Rubricas	Notas	31-12-22 SNC-AP	31-12-21 SNC-AP
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		3 713 681,90	3 074 449,92
Recebimentos de contribuintes		22 792 213,18	21 717 276,65
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		45 317 424,67	40 939 436,28
Recebimentos de utentes		0,00	299,40
Pagamentos a fornecedores		-20 805 385,25	-17 500 830,87
Pagamentos ao pessoal		-17 028 112,88	-15 870 548,54
Pagamentos a contribuintes / Utentes		0,00	0,00
Pagamentos de transferências e subsídios		-18 598 494,85	-16 990 864,84
Pagamentos de prestações sociais			0,00
Caixa gerada pelas operações		15 391 326,77	15 369 218,00
Recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Pagamento do imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Outros recebimentos		3 787 056,57	3 001 423,88
Outros pagamentos		-19 548 004,01	-15 797 410,71
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)		-369 620,67	2 573 231,17
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-3 272 907,16	-2 918 220,95
Ativos intangíveis		-99 882,00	-87 057,66
Propriedades de investimento		0,00	-8 123,31
Investimentos financeiros		-3 486,28	-809,78
Outros ativos		0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:		0,00	0,00
Ativos fixos tangíveis		293 445,55	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Propriedades de investimento		2 828 888,41	3 395 307,23
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros ativos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		3 064 668,72	2 244 224,25
Transferências de capital		3 171 583,00	3 582 274,00
Juros e rendimentos similares		0,48	0,00
Dividendos		42 058,55	47 066,19
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		6 024 369,27	6 254 659,97
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		190 000,00	803 500,00
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		-1 066 612,11	-2 647 720,35
Juros e gastos similares		-99 638,66	-115 820,47
Dividendos		0,00	0,00
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)		-976 250,77	-1 960 040,82
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)		4 678 497,83	6 867 850,32
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período	1	31 757 857,77	24 890 007,45
Caixa e seus equivalentes no fim do período	1	36 436 355,60	31 757 857,77

Rubricas	Notas	31-12-22 SNC-AP	31-12-21 SNC-AP
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GERÊNCIA			
Caixa e seus equivalentes no início do período		31 757 857,77	24 890 007,45
- Equivalentes a caixa no início do período			
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa			
- Variações cambiais de caixa no início do período			
Saldo da gerência anterior		31 757 857,77	24 890 007,45
De execução orçamental		30 153 253,89	23 653 692,39
De operações de tesouraria		1 465 774,97	1 236 315,06
Caixa e seus equivalentes no fim do período		36 436 355,60	31 757 857,77
- Equivalentes a caixa no fim do período			
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa			
- Variações cambiais de caixa no fim do período			
Saldo da gerência seguinte		36 436 355,60	31 757 857,77
De execução orçamental		34 341 509,24	30 292 082,79
De operações de tesouraria		2 094 846,36	1 465 774,97

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top, a signature with a checkmark, and several other initials and signatures below.

11 - ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

As presentes notas às demonstrações financeiras consolidadas facilitarão a compreensão de toda a informação relevante contida nas contas consolidadas.

Todos os valores encontram-se expressos em euros.

NOTA 1 – IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE, PERÍODO DE RELATO E REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

1.1. – Identificação da entidade e período de relato

Entidades incluídas na consolidação a 31.12.2022:

Designação da Entidade	NIPC	Sede Social	Atividade principal	Capital Social	Participação	% Controlo		Controlo Final	OBS
						Direto	Indireto		
Município de Barcelos	505584760	Largo do Município, 4750-323 Barcelos	Atribuições e competências no âmbito da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e demais legislação						a)
Empresa Municipal de Educação e Cultura	504635417	Rua da Feiteira , nº10 Apartado 5002 4750-001 Abade de Neiva	Serviços de educação, ensino e cultura	250 000,00	250 000,00	100,00%		100,00%	b)

a) Entidade consolidante, conforme estabelecido no n.º 1 do art.º 75 da Lei 73/2013

b) Entidade controlada pelo Município de Barcelos

1.2. – Referencial contabilístico e demonstrações financeiras consolidadas

a) **Indicação de que foi aplicado o referencial contabilístico SNC-AP e justificação das disposições deste normativo que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras consolidadas, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade**

As Demonstrações Financeiras Consolidadas de 2022 foram preparados de acordo com o SNC-AP.

No presente período não foram derogadas quaisquer disposições da normalização contabilística para as Administrações Públicas.

b) **Indicação e comentário das contas do balanço consolidado e da demonstração dos resultados consolidada cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior**

As contas são comparáveis com a exceção do descrito na nota 2.8.

c) **Quando a apresentação ou classificação de itens nas demonstrações financeiras consolidadas for alterada, as quantias comparativas devem ser reclassificadas, a menos que a reclassificação seja impraticável**

Face ao descrito na alínea anterior, por ser impraticável, o comparativo não foi reexpresso.

d) **Comentário do órgão de gestão sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estejam disponíveis para uso**

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários.

e) De seguida apresenta-se a desagregação dos saldos de caixa e seus equivalentes.

Quadro 1 – Desagregação de caixa e depósitos

DESAGREGAÇÃO DE CAIXA E DEPÓSITOS		
Conta	SNC-AP/2022	SNC-AP/2021
Caixa	1 668,89	2 936,24
Depósitos à ordem		
Depósitos bancários à ordem	34 339 840,35	30 289 146,56
Outros Depósitos		
Depósitos a prazo		
Depósitos consignados		
Depósitos de garantias e cauções	2 094 846,36	1 465 774,97
Total de caixa e depósitos	36 436 355,60	31 757 857,77

NOTA 2 – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015 de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP).

2.1 – Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas

Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se reconhecidos e mensurados pelo seu custo de aquisição, deduzido das correspondentes amortizações acumuladas e eventuais das perdas por imparidade, caso existam.

Compreende, essencialmente, projetos de desenvolvimento, licenças de software, programas de computador, entre outros.

Um ativo intangível, como o caso dos projetos de desenvolvimento, apenas é reconhecido quando for provável que dele advenham benefícios económicos futuros ou potencial de serviço esperado, e se o seu custo ou justo valor puder ser mensurado com fiabilidade.

A quantia amortizável de um ativo intangível é imputada numa base sistemática durante a sua vida útil, começando quando o ativo está disponível para uso. Para o efeito, são consideradas as vidas úteis de referência previstas no Classificador Complementar 2 (CC2) – Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, para os bens adquiridos a partir de 01/01/2020.

A amortização das licenças de software e programas de computador devem refletir o período pelo qual se espera que o ativo gere benefícios económicos futuros ou potencial de serviço, pelo que é definida

de acordo com o uso esperado desse ativo, período de utilização previsto em acordos e contratos, ou então determinada pela obsolescência resultante de fatores tecnológicos, de mercado ou de uso deficiente.

O método de amortização utilizado é o das quotas constantes (ou linha reta).

Na transição para o SNC-AP foram mantidas as vidas úteis dos ativos intangíveis, adquiridos até 31/12/2019. Também não foi feito o desreconhecimento dos referidos ativos correspondentes para o desenvolvimento e pesquisa que de acordo com o novo normativo não reúnem as condições para ser classificados como ativos.

Em 2021 e 2022 manteve-se a situação do parágrafo anterior, sendo que para os bens adquiridos nestes exercícios o reconhecimento foi efetuado de acordo com o preconizado no SNC- AP.

É aplicado o método de amortização das quotas constantes e as taxas de amortização utilizadas correspondem à vida útil estimada nos termos seguintes:

Ativos Intangíveis	Taxa de amortização
Programas de computador e sistemas de informação	33,33 %

Acordos de concessão de serviços (NCP4)

Os acordos de concessão de serviços envolvem o concessionário que proporciona serviços públicos relacionados com ativos em nome do concedente. O Município deve reconhecer um ativo construído, melhorado ou adquirido no âmbito dos acordos de concessão de serviços, desde que o Município, enquanto concedente detenha o controlo ou regule quais os serviços que o concessionário tem de prestar com o ativo, e a quem, e a que preço, controlando ainda através da propriedade o direito aos benefícios ou por outra forma, qualquer interesse residual no ativo final do termo do acordo. Este ativo deverá ser reconhecido pelo seu justo valor. Se se tratar de um ativo já existente do concedente, que o concessionário vai utilizar, tal ativo deve ser reconhecido com um ativo de concessão de serviços através de uma transferência da rubrica de onde estava registado e pela quantia que se estava registado. Após reconhecimento, ou reclassificação, conforme o caso, o ativo de concessão de serviços deve ser contabilizado de acordo com a respetiva norma.

Quando se reconhece um ativo de concessão de serviços, deve reconhecer-se um passivo pela mesma quantia, ajustado de eventuais remunerações do concedente ao concessionário, ou vice-versa. Se se tratar de um ativo de concessão de serviços já existente do concedente, não se reconhece qualquer passivo (exceto se existir qualquer nova obrigação).

Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se mensurados pelo seu custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade, caso existam.

O custo de um ativo fixo tangível é reconhecido se, e apenas se, for provável que fluirão para o Grupo benefícios económicos futuros ou potencial de serviço associados ao bem, e o seu custo ou justo valor, puder ser mensurado com fiabilidade.

As depreciações correspondem à desvalorização normal dos ativos fixos tangíveis, decorrentes do gasto com a sua utilização, imputadas numa base sistemática durante a sua vida útil, sendo estas calculadas pelo método das quotas constantes (ou linha reta), a partir da data em que os ativos estejam disponíveis para uso, em conformidade com o período de vida útil estimado no Classificador Complementar 2 (CC2) - Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, para cada grupo de bens, adquiridos após 01/01/2020, tendo em consideração a sua obsolescência técnica ou outro desgasto

que ocorra nas circunstâncias em que ele é utilizado. Para os bens registados até 31/12/2019 foi considerada a vida útil que consta na portaria n.º671/2000, de 17 de abril, que aprovou o Cadastro e Inventário dos Bens do Estado (CIBE).

	Vida útil CC2	CIBE
Edifícios e outras construções	10 a 100 anos	20 a 149 anos
Equipamento básico	4 a 10 anos	2 a 8 anos
Equipamento de transporte	4 a 20 anos	5 a 20 anos
Equipamento administrativo	4 a 8 anos	3 a 8 anos
Outros ativos fixos tangíveis	2 a 8 anos	2 a 8 anos

Os gastos de conservação e reparação em que se verifique que não incorrem num aumento da vida útil dos bens, nem resultem em outros benefícios económicos, como o aumento da capacidade ou potência, entre outros, são reconhecidos como gastos do período em que ocorrem.

Os investimentos em curso constituem ativos que se encontram na fase de construção, encontrando-se mensurados ao custo de aquisição. Estes ativos começam a ser depreciados a partir do momento em que estejam disponíveis para uso, ou seja, quando estiverem nas condições necessárias para serem capazes de operar da forma pretendida.

Na transição para o SNC-AP foram mantidas as vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, adquiridos até 31/12/2019, mesmo para os edifícios e outras construções, situação que ainda não foi alterada.

Porem no exercício de 2021 procedeu-se à apreciação de um conjunto de 271 ativos, os quais foram objeto de ajustamento ao novo normativo; em 2022 não houve alterações da situação do ano anterior.

Os bens adquiridos no exercício foram reconhecidos de acordo com o preconizado no SNC-AP.

Propriedades de Investimento

As propriedades de investimento, respeitam na íntegra ao Município de Barcelos e compreendem terrenos e edifícios detidos para a obtenção de rendimentos, através de rendas e/ou valorização do capital, não estando ao serviço da atividade operacional do Município.

As propriedades de investimento encontram-se reconhecidas e mensuradas pelo custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações acumuladas e quaisquer perdas por imparidade acumuladas, caso existam.

As depreciações são calculadas a partir da data em que os bens estejam disponíveis para uso, pelo método das quotas constantes (ou linha reta), em conformidade com as estimativas de utilização do ativo, tendo em consideração as vidas úteis de referência previstas no Classificador Complementar 2 (CC2) – Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, para cada grupo de bens, adquiridos após 01/01/2020.

Propriedades de Investimento	Vida útil CC2	CIBE
Edifícios e outras construções	10 a 100 anos	20 a 149 anos

Na transição do ano para SNC-AP foram mantidas as vidas úteis; no exercício não foram adquiridos novas Propriedades de Investimento, no entanto a existirem seria aplicado o novo normativo.

Para efeitos de divulgação informa-se o justo valor de propriedades de investimento, o qual foi determinado pelo perito avaliador imobiliário inscrito na C.M.V.M. sob o n.º PAI/2016/0006, Eng. Vasco Ferreira, técnico superior do Município de Barcelos:

- Terrenos e recursos naturais: 112.832,50€;
- Edifícios e outras construções: 338.497,50€.

Salienta-se que a avaliação não foi efetuada de forma autónoma para as duas rubricas, pelo que se efetuou a repartição de valor considerando o previsto a este respeito nas Notas de enquadramento ao plano de contas multidimensional, mais concretamente para a conta 432: 25% para terrenos e recursos naturais e 75% para edifícios e outras construções.

Locações

Uma locação é um acordo pelo qual o locador transfere para o locatário o direito de uso de um ativo durante um período de tempo acordado, em troca de um pagamento ou uma série de pagamentos.

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras se, através deles, forem transferidos todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade do ativo e como locações operacionais se, através deles, não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais depende da substância da transação e não da forma do contrato.

No caso de ser uma locação financeira, devem ser determinadas as quantias a reconhecer no início do prazo da locação, data a partir do qual o locatário pode exercer o direito de uso do ativo locado, nomeadamente, o reconhecimento do ativo fixo tangível e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro contratual. Os juros e as depreciações dos ativos fixos tangíveis são reconhecidos como gastos na Demonstração consolidada dos resultados por naturezas do exercício a que respeitam.

Nas locações operacionais, as rendas são reconhecidas como gastos na Demonstração consolidada dos resultados por naturezas numa base linear durante o período do contrato de locação.

Empréstimos Obtidos

Os custos de empréstimos obtidos são reconhecidos como um gasto no período em que são suportados independentemente de como esses empréstimos são aplicados, de acordo com o regime do acréscimo.

Os custos de empréstimos obtidos que sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo que se qualifica, isto é, um ativo que necessita de um período substancial de tempo para ficar disponível para o uso pretendido ou para venda, são capitalizados como parte do custo desse ativo quando for provável que deles resultem benefícios económicos futuros ou potencial de serviço para a entidade e os custos possam ser mensurados com fiabilidade.

Investimentos Financeiros

Os investimentos financeiros em entidades controladas e associadas foram mensurados pelo custo de aquisição, segundo a NCP 21 que permite a opção pelo modelo do custo nas suas demonstrações financeiras consolidadas, razão pela qual se manteve a política contabilística.

Imparidade de Ativos

A quantia escriturada de um ativo será reduzida para a sua quantia recuperável de serviço se, e apenas se, a quantia recuperável de serviço for menor do que a quantia escriturada, devendo a imparidade ser imediatamente reconhecida nos resultados.

Rendimentos e Gastos

O principal aspeto na contabilização do rendimento é determinar quando se deve reconhecê-lo. Como tal, este é reconhecido quando for provável que fluam para a entidade benefícios económicos futuros ou potencial de serviço e estes benefícios possam ser mensurados com fiabilidade.

Uma transação com contraprestação é aquela em que a entidade recebe ativos ou serviços, ou extingue passivos, e dá em troca à outra parte um valor aproximadamente igual. Por outro lado, numa transação sem contraprestação, uma entidade ou recebe valor de uma outra entidade sem receber diretamente em troca valor aproximadamente igual. Na distinção dos rendimentos deve ser considerada a substância das transações em vez da sua forma.

Os rendimentos são mensurados pelo justo valor da contraprestação recebida ou que se espera receber à data de aquisição.

Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

As provisões são reconhecidas quando existe uma obrigação presente como resultados de um acontecimento passado e é provável que seja exigido um exfluxo de recursos e possa ser feita uma estimativa fiável da quantia dessa obrigação.

Quando não é provável que seja exigido um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para liquidar essa obrigação ou a quantia de obrigação não pode ser mensurada com fiabilidade, então estamos perante um passivo contingente.

O passivo contingente não é reconhecido, mas divulgado (exceto se for remota a possibilidade de um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço).

Relativamente aos ativos contingentes, estes apenas são divulgados e não reconhecidos (quando seja provável a existência de um influxo de benefícios económicos ou potencial de serviços).

Os ativos contingentes são ativos possíveis que decorrem de acontecimentos passados e cuja existência apenas será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos que não está totalmente sob controlo da entidade.

Foi utilizada a melhor estimativa do risco fornecida pela Divisão Jurídica e pelos advogados contratados em regime de avença, sendo que o respetivo valor engloba o valor de processo, custas judiciais e juros compensatórios.

Dívidas a Receber e a Pagar

As dívidas a receber são mensuradas inicialmente pelo justo valor e, subsequentemente, mensuradas ao custo amortizado menos qualquer perda por imparidade acumulada, para que estas reflitam o valor realizável líquido à data de relato.

As dívidas a pagar são mensuradas inicialmente pelo justo valor da contraprestação e mensuradas subsequentemente ao custo amortizado.

Acréscimos

Estas contas registam a contrapartida dos rendimentos e dos gastos que devam ser reconhecidos no próprio período, ainda que não tenham documentação vinculativa, cuja receita ou despesa e respetivo recebimento e pagamento só venha a ocorrer em período ou períodos posteriores.

Foram considerados em acréscimos de rendimentos os relativos a impostos diretos correspondentes ao mês de dezembro e recebidos apenas em janeiro de 2023, bem como a imputação do rendimento relativo ao Imposto Municipal sobre Imóveis e Derrama do ano 2022 cuja cobrança apenas ocorrerá em 2023, transferências no âmbito de contratos de emprego e inserção, refeições escolares e do valor relativo a férias e subsídio de férias do pessoal não docente, do valor transferido no âmbito da Transferência de Competências relativo a 2022, entre outros.

Em acréscimos de gastos foi reconhecida a estimativa do valor de férias, subsídio de férias e encargos relacionados que em 31 de dezembro de 2021 os trabalhadores já tenham direito a receber, mas cujo processamento e pagamento apenas se verificará em 2022, consumo de eletricidade, água, comunicações, prestações de serviços, cuja despesa apenas irá ocorrer no exercício seguinte.

Diferimentos

Compreende os gastos e os rendimentos que devam ser reconhecidos em 2023 ou seguintes, em cumprimento do regime do acréscimo ou periodização económica, cujo pagamento/contabilização já ocorreu em 2022, nomeadamente, rendas, prestações de serviços, entre outros.

Benefícios aos Empregados

Benefícios dos empregados correspondem a todas as formas de retribuição dadas pelo Município em troca dos serviços prestados pelos empregados. Estes benefícios dos empregados podem ser categorizados como benefícios de curto prazo, outros benefícios de longo prazo, benefícios pós-emprego e benefícios de cessação de emprego.

Os benefícios aos empregados considerados como despesas correntes incluem vencimentos, subsídio de férias e de Natal, subsídio de refeição, horas extraordinárias, senhas de presença, despesas de representação, ajudas de custo, abono para falhas, subsídio de prevenção, trabalho noturno e de turno, contribuições e outros encargos para a Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações e outros encargos sociais.

Inventários

Os inventários englobam bens comprados e detidos para revenda incluindo, por exemplo, mercadoria comprada e detida para venda, produtos acabados ou trabalhos em curso que estejam

a ser produzidos pela entidade, materiais e consumíveis aguardando o seu uso no processo de produção e bens comprados ou produzidos, para distribuir a terceiros gratuitamente ou por um valor simbólico e prestação de serviços.

A mensuração de inventários é efetuada pela quantia mais baixa entre o custo e o valor realizável líquido. Foi adotado o custo médio ponderado, em que o custo de cada item é determinado a partir da média ponderada do custo de itens semelhantes no começo de um período de relato e do custo de itens semelhantes comprados durante esse período.

Quando os inventários são vendidos ou consumidos, a quantia escriturada desses inventários é reconhecida como um gasto do período em que o respetivo rendimento é reconhecido.

O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de transformação e outros custos suportados para colocar os inventários no seu local e condições atuais.

2.2 - Outras políticas contabilísticas relevantes

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas teve em consideração os seguintes princípios:

Continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas com o pressuposto de que o Grupo continuará a sua atividade.

Regime do Acréscimo ou da Periodização Económica

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando ocorrem, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

Consistência de Apresentação

Foram mantidas as práticas e políticas contabilísticas, pelo que a informação é consistente.

Materialidade e Agregação

Uma informação é materialmente relevante se influenciar as decisões económicas, com base nas demonstrações financeiras, tomadas por parte dos seus utilizadores.

Compensação

Os ativos e passivos, assim como os rendimentos e gastos, não devem ser compensados.

Informação Comparativa

A comparabilidade é um requisito qualitativo das demonstrações financeiras, característica esta que foi garantida neste documento de consolidação de contas, não obstante o descrito na nota 2.8.

2.3 - Julgamento (excetuando os que envolvem estimativas) que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras consolidadas

Não foram efetuados juízos de valor.

2.4 - Principais pressupostos relativos ao futuro (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos, durante o ano financeiro seguinte)

As demonstrações foram elaboradas numa perspetiva de continuidade.

2.5 - Aplicação inicial de uma NCP com efeitos no período corrente ou em qualquer período anterior, ou pudesse ter tais efeitos, mas é impraticável determinar a quantia do ajustamento, ou com efeitos em períodos futuros.

Não aplicável.

2.6 - Principais fontes de incerteza das estimativas (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante a ano financeiro seguinte).

Todas as estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, bem como, os pressupostos subjacentes, foram determinadas por referência à data do relato, no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como, na experiência de eventos passados.

Poderão existir situações em períodos consolidados subseqüentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras consolidadas serão corrigidas de forma prospetiva.

2.7 - Alterações em estimativas contabilísticas com efeito no período corrente ou que se espera que tenham efeito em períodos futuros.

Não aplicável.

2.8 - Erros materiais de períodos anteriores.

Mencionar que decorrente do processo de transferência de competências na área da educação o Município recebeu vários ativos, designadamente imóveis afetos à educação, habitualmente designados de estabelecimentos de ensino; no exercício foi regularizado no Património Municipal o valor atribuído a dois estabelecimentos escolares, designadamente a Escola Básica Gonçalo Nunes e a Escola Secundária de Barcelinhos, que originaram os movimentos na conta 56.2 – Regularização de Património, no valor em cerca de 3 940 000,00 €. Esta situação não foi reexpressa por não ser praticável.

NOTA - 3 – ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis compreendem fundamentalmente os dispêndios com softwares e sistemas de informação, bem como projetos de desenvolvimento entre outros, estando reconhecidos ao custo de aquisição, deduzidos das respetivas amortizações acumuladas e de eventuais perdas por imparidades.

A norma dos ativos intangíveis (NCP 3) determina o reconhecimento destes ativos pelo seu custo de aquisição, deduzidas das amortizações acumuladas. As amortizações foram calculadas pelo método das quotas constantes, de acordo com o estabelecido no Classificador Complementar 2 do PCM, publicado no anexo ao Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro.

Estes ativos intangíveis no exercício tiveram um aumento de 112.220,84 €, em valor absoluto.

Vida útil

Para os ativos intangíveis adquiridos após 01/01/2020, o período de vida útil é definido pelo previsto no CC2. Para os bens anteriores ainda decorre o ajustamento das vidas úteis, pelo que parte dos bens mantêm as taxas definidas no CIBE.

Nas fichas de cadastro, para cada bem reconhecido como ativo intangível, consta a informação atualizada relativa à sua vida útil, valor de aquisição, amortização acumulada, valor líquido, bem como outras informações.

Métodos de amortização

As amortizações foram calculadas utilizando o método das quotas contantes (ou linha reta).

Durante os exercícios findos, em 31 de dezembro de 2022 e de 31 de dezembro de 2021, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

Quadro 3.1 – Ativos intangíveis – variação das amortizações e perdas por imparidade acumuladas 2022

RUBRICAS	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta	Amortizações acumuladas	Perdas por Imp. Acum.	Quantia escriturada	Quantia Bruta	Amortizações acumuladas	Perdas por Imp. Acum.	Quantia escriturada
440 Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
441 Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
432 Projetos em desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
443 Programas de computador e sistemas de informação	1 280 289,31	1 255 632,36	0,00	24 656,95	1 392 381,07	1 348 552,11	0,00	43 828,96
444 Propriedade industrial e intelectual	4 174,08	457,00	0,00	3 717,08	4 303,16	740,91	0,00	3 562,25
446 Outros	1 504 604,41	1 504 604,41	0,00	0,00	1 504 604,41	1 504 604,41	0,00	0,00
454 Ativos intangíveis em curso	1 985 492,31	0,00	0,00	1 985 492,31	1 985 492,31	0,00	0,00	1 985 492,31
TOTAL	4 774 560,11	2 760 693,77	0,00	2 013 866,34	4 886 780,95	2 853 897,43	0,00	2 032 883,52

Quadro 3.1 – Ativos intangíveis – variação das amortizações e perdas por imparidade acumuladas 2021

RUBRICAS	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta	Amortizações acumuladas	Perdas por Imp. Acum.	Quantia escriturada	Quantia Bruta	Amortizações acumuladas	Perdas por Imp. Acum.	Quantia escriturada
440 Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
441 Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
432 Projetos em desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
443 Programas de computador e sistemas de informação	1 219 721,34	1 189 262,08	0,00	30 459,26	1 280 289,31	1 255 632,36	0,00	24 656,95
444 Propriedade industrial e intelectual	3 324,08	186,00	0,00	3 138,08	4 174,08	457,00	0,00	3 717,08
446 Outros	1 504 604,41	1 504 604,41	0,00	0,00	1 504 604,41	1 504 604,41	0,00	0,00
454 Ativos intangíveis em curso	1 985 492,31	0,00	0,00	1 985 492,31	1 985 492,31	0,00	0,00	1 985 492,31
TOTAL	4 713 142,14	2 694 052,49	0,00	2 019 089,65	4 774 560,11	2 760 693,77	0,00	2 013 866,34

Quadro 3.2 – Ativos intangíveis – quantia escriturada e variações do período 2022

	Rubricas	Quantia Escriturada Inicial	Variações						Quantia Escriturada final
			Adições	Transf. Internas	Revalorizações	Reversões Perdas	Amortizações do período	Diminuições	
440	Ativos intangíveis de domínio público, patrimônio histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
441	Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
432	Projetos em desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
443	Programas de computador e sistemas de informação	24 656,95	112 091,76	0,00	0,00	0,00	-92 919,75	0,00	43 828,96
444	Propriedade industrial e intelectual	3 717,08	129,08	0,00	0,00	0,00	-283,91	0,00	3 562,25
446	Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
454	Ativos intangíveis em curso	1 985 492,31	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 985 492,31
TOTAL		2 013 866,34	112 220,84	0,00	0,00	0,00	-93 203,66	0,00	2 032 883,52

Quadro 3.2 – Ativos intangíveis – quantia escriturada e variações do período 2021

	Rubricas	Quantia Escriturada Inicial	Variações						Quantia escriturada final
			Adições	Transf. Internas	Revalorizações	Reversões Perdas	Amortizações do período	Diminuições	
440	Ativos intangíveis de domínio público, patrimônio histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
441	Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
432	Projetos em desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
443	Programas de computador e sistemas de in- formação	30 459,26	60 567,97	0,00	0,00	0,00	-66 370,28	0,00	24 656,95
444	Propriedade industrial e intelectual	3 138,08	850,00	0,00	0,00	0,00	-271,00	0,00	3 717,08
446	Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
454	Ativos intangíveis em curso	1 985 492,31	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 985 492,31
TOTAL		2 019 089,65	61 417,97	0,00	0,00	0,00	-66 641,28	0,00	2 013 866,34

Desagregação das adições

A desagregação das adições ocorridas no período consta do quadro seguinte:

Quadro 3.2A – Ativos intangíveis – adições 2022

RUBRICAS	Adições									
	Internas	Compra	Cessão	Transf. Ou troca	Doação	Dação em pagamento	Locação Fin.	Fusão, cisão, ...	Outras	Total
440	Ativos intangíveis de domínio público, patrimônio histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
441	Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
432	Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
443	Programas de computador e sistemas de informação	0,00	106 147,45	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5 944,31	112 091,76
444	Propriedade industrial e intelectual	0,00	129,08	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	129,08
446	Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
454	Ativos intangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL		0,00	106 276,53	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5 944,31	112 220,84

Quadro 3.2A – Ativos intangíveis – adições 2021

RUBRICAS	Adições									
	Internas	Compra	Cessão	Transf. Ou troca	Doação	Dação em pagamento	Locação Fin.	Fusão, cisão, ...	Outras	Total
440 Ativos intangíveis de domínio público, patri- mônio histórico, artístico a cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
441 Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
432 Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
443 Programas de computador e sistemas de informação	0,00	60 567,97	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	60 567,97
444 Propriedade industrial e intelectual	0,00	850,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	850,00
446 Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
454 Ativos intangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	61 417,97	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	61 417,97

Desagregação das diminuições

No seguinte quadro, encontram-se as diminuições do período:

Quadro 3.2B – Ativos intangíveis – diminuições 2022

RUBRICAS	Diminuições				
	Alienações a título oneroso	Transferência ou troca	Fusão, cisão, reestruturação...	Outras	Total
440 Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico a cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
441 Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
432 Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
443 Programas de computador e sistemas de informação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
444 Propriedade industrial e intelectual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
446 Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
454 Ativos intangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Quadro 3.2B – Ativos intangíveis – diminuições 2021

RUBRICAS	Diminuições				
	Alienações a título oneroso	Transferência ou troca	Fusão, cisão, reestruturação...	Outras	Total
440 Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico a cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
441 Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
432 Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
443 Programas de computador e sistemas de informação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
444 Propriedade industrial e intelectual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
446 Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
454 Ativos intangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

NOTA 4 – ACORDOS DE CONCESSÃO DE SERVIÇOS: CONCEDENTE

No quadro seguinte estão identificados os contratos de concessão. De salientar que relativamente aos acordos de concessão não existem pagamentos efetuados aos concessionários. Nos acordos de concessão está previsto o recebimento de rendas, as quais têm sido recebidas relativamente aos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica em baixa tensão e redes de iluminação pública.

A concessionária do contrato de abastecimento de água e saneamento não paga a renda anual em virtude do conflito do edificado entre as partes, mais bem descrito na nota 15 relativa às provisões. Considerando que não dispomos ainda de informação suficiente relativamente aos contratos em vigor, não foi possível proceder à sua contabilização nos termos previstos na NCP4.

Quadro 4.1 Acordos de concessão de serviços

Acordos de Concessão de Serviço	Concessionário	Ativo de Concessão	Período de concessão
Concessão da distribuição de energia elétrica	• Cooperativa Eléctrica do Vale D'Este, CRL	Distribuição de energia elétrica em baixa tensão a diversas freguesias do concelho de Barcelos	20 Anos
	• E- Redes - Distribuição de Eletricidade, SA.	Distribuição de energia elétrica em baixa tensão do concelho de Barcelos	20 Anos
Contrato de concessão da exploração e gestão de serviços públicos de abastecimento de água e saneamento do concelho de Barcelos	• AdB - Águas de Barcelos, SA.	Concessão da exploração e gestão do serviço público de abastecimento de água para consumo e de águas residuais no concelho de Barcelos	30 Anos

NOTA - 5 – ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os bens do ativo fixo tangível foram mensurados pelo seu custo e o gasto de depreciação dos ativos inicia quando fica disponível para uso e cessa quando o ativo é desreconhecido.

Excetua-se desta regra os ativos adquiridos sem contraprestação, os quais foram mensurados conforme o estatuído no parágrafo 19, da NCP 5, do SNC-AP, designadamente:

Imóveis: Valor Patrimonial Tributário (VPT);

Outros ativos: custo do bem recebido, ou na falta deste, o respetivo valor de mercado.

As depreciações e amortizações correspondem à desvalorização normal dos ativos fixos tangíveis e intangíveis, decorrentes do gasto com a sua utilização, sendo o método das quotas constantes (ou da linha reta) o método utilizado, considerando a vida útil que consta no Classificador Complementar 2 do Plano de Contas Multidimensional, publicado no Anexo ao Decreto-Lei n.º192/2015, de 11 de setembro, e o CIBE – Cadastro e Inventário dos Bens do Estado, Portaria n.º671/2000, de 17 de abril, para os bens móveis adquiridos até 31/12/2019.

Não foi possível no ano 2021 e 2022, inventariar a totalidade dos bens decorrentes do processo de transferência na área da Educação, não obstante de serem tomadas diligências nesse sentido.

Das 9 escolas que passaram para o domínio do Município, quatro já foram reconhecidas patrimonialmente:




2021

Escola Básica e Secundária do Vale do Tamel, Lijó;

Escola Básica de Manhente;

2022

Escola Básica Gonçalo Nunes;

Escola Secundária de Barcelinhos

Encontram-se por reconhecer as escolas:

Escola Básica Abel Varzim;

Escola Básica de Fragoso;

Escola Básica e Secundária de Vila Cova;

Escola Básica Rosa Ramalho;

Escola Básica e Secundária Vale D' Este.



Quadro 5.1 – Ativos fixos tangíveis - variação das depreciações e perdas por imparidade acumuladas 2022

RUBRICAS	Início do período			Final do período				
	Quantia Bruta	Amortizações acumuladas	Perdas por Imp. Acum.	Quantia escriturada	Quantia Bruta	Amortizações acumuladas	Perdas por Imp. Acum.	Quantia escriturada
Bens de domínio público, patrimônio histórico, artístico e cultural								
Terrenos e recursos naturais	9 965 419,52	0,00	0,00	9 965 419,52	10 005 554,44	0,00	0,00	10 005 554,44
Edifícios e outras construções	10 599 098,21	4 274 229,81	0,00	6 324 868,40	10 611 933,86	4 599 510,52	0,00	6 012 423,34
Infraestruturas	172 834 441,25	138 615 793,15	0,00	34 218 648,10	172 933 533,35	147 438 789,42	0,00	30 494 743,93
Patrimônio histórico, artístico e cultural	841 826,74	12 104,99	0,00	829 721,75	897 868,48	12 104,99	0,00	885 763,49
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens de domínio público em curso	16 630 930,65	0,00	0,00	16 630 930,65	25 726 186,09	0,00	0,00	25 726 186,09
Ativos fixos em concessão								
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Patrimônio histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis								
Terrenos e recursos naturais	66 147 916,57	0,00	0,00	66 147 916,57	66 779 678,78	0,00	0,00	66 779 678,78
Edifícios e outras construções	92 135 746,48	27 586 925,72	0,00	64 548 820,76	96 447 425,27	30 540 891,14	0,00	65 906 534,13
Equipamento básico	12 693 834,04	10 535 990,32	0,00	2 157 843,72	13 479 632,31	10 943 265,55	0,00	2 536 366,76
Equipamento de transporte	6 535 009,37	5 185 242,64	0,00	1 349 766,73	6 928 746,02	5 906 804,83	0,00	1 021 941,19
Equipamento administrativo	4 027 244,16	3 808 334,07	0,00	218 910,09	4 111 424,95	3 839 028,17	0,00	272 396,78
Equipamentos biológicos	750,50	709,94	0,00	40,56	750,51	734,54	0,00	15,97
Outros	2 506 332,43	2 213 037,23	0,00	293 295,20	2 560 577,51	2 295 200,37	0,00	265 377,14
Ativos fixos tangíveis em curso	740,21	0,00	0,00	740,21	51 252,39	0,00	0,00	51 252,39
TOTAL	394 919 290,13	192 232 367,87	0,00	202 686 922,26	410 534 563,96	200 576 329,53	0,00	209 958 234,43

Quadro 5.1 – Ativos fixos tangíveis - variação das depreciações e perdas por imparidade acumuladas 2021

RUBRICAS	Início do período			Final do período			
	Quantia Bruta	Amortizações acumuladas	Perdas por Imp. Acum.	Quantia escriturada	Amortizações acumuladas	Perdas por Imp. Acum.	Quantia escriturada
Bens de domínio público, patrimônio histórico, artístico e cultural							
Terrenos e recursos naturais	9 682 685,27	0,00	0,00	9 682 685,27	0,00	0,00	9 965 419,52
Edifícios e outras construções	10 547 146,55	4 914 491,32	0,00	5 632 655,23	4 274 229,81	0,00	6 324 868,40
Infraestruturas	171 356 470,27	134 768 483,26	0,00	36 587 987,01	138 615 793,15	0,00	34 218 648,10
Patrimônio histórico, artístico e cultural	798 843,25	12 104,99	0,00	786 738,26	12 104,99	0,00	829 721,75
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens de domínio público em curso	12 171 830,04	0,00	0,00	12 171 830,04	0,00	0,00	16 630 930,65
Ativos fixos em concessão							
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Patrimônio histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis							
Terrenos e recursos naturais	65 755 200,07	0,00	0,00	65 755 200,07	0,00	0,00	66 147 916,57
Edifícios e outras construções	89 379 943,85	36 818 275,54	0,00	52 561 668,31	27 586 925,72	0,00	64 548 820,76
Equipamento básico	11 844 196,04	9 912 195,10	0,00	1 932 000,94	10 535 990,32	0,00	2 157 843,72
Equipamento de transporte	6 438 685,89	4 545 108,06	0,00	1 893 577,83	5 185 242,64	0,00	1 349 766,73
Equipamento administrativo	3 949 318,03	3 722 539,09	0,00	226 778,94	3 808 334,07	0,00	218 910,09
Equipamentos biológicos	750,51	655,05	0,00	95,46	709,94	0,00	40,56
Outros	2 396 939,88	2 132 000,08	0,00	264 939,80	2 213 037,23	0,00	295 295,20
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	740,21	0,00	740,21
TOTAL	384 322 009,65	196 825 852,49	0,00	187 496 157,16	192 232 367,87	0,00	202 686 922,26

Quadro 5.2 – Ativos fixos tangíveis - quantia escriturada e variações do período 2022

RUBRICAS	Quantia Escriturada Inicial	Variações					Deprec. Período	Diminuições	Quantia Escriturada Final
		Adições	Transf. Internas	Revalorizações	Reversões perdas	Perdas por imparidade			
Bens de domínio público, patrimônio histórico, artístico e cultural									
Terrenos e recursos naturais	9 965 419,52	40 134,92	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10 005 554,44
Edifícios e outras construções	6 324 868,40	12 835,65	0,00	0,00	0,00	-325 280,71	0,00	6 012 423,34	
Infraestruturas	34 218 648,10	99 176,38	0,00	0,00	0,00	-3 823 030,76	-49,79	30 494 743,93	
Patrimônio histórico, artístico e cultural	829 721,75	59 221,48	-3 179,74	0,00	0,00	0,00	0,00	885 763,49	
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Bens de domínio público em curso	16 630 930,65	9 095 255,44	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25 726 186,09	
Ativos fixos em concessão									
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Patrimônio histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ativos fixos em concessão em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outros ativos fixos tangíveis									
Terrenos e recursos naturais	66 147 916,57	1 486 226,68	0,00	0,00	0,00	0,00	-854 464,47	66 779 678,78	
Edifícios e outras construções	64 548 820,76	4 311 678,79	0,00	0,00	0,00	-2 953 965,42	0,00	65 906 534,13	
Equipamento básico	2 156 656,93	1 008 463,77	0,00	0,00	0,00	-617 317,07	-11 658,83	2 536 144,80	
Equipamento de transporte	1 349 766,73	407 726,55	0,00	0,00	0,00	-727 158,15	-8 393,94	1 021 941,19	
Equipamento administrativo	220 096,89	182 004,94	3 179,74	0,00	0,00	-127 404,75	-5 258,07	272 618,75	
Equipamentos biológicos	40,56	0,00	0,00	0,00	0,00	-24,60	0,00	15,96	
Outros	293 295,20	59 311,17	0,00	0,00	0,00	-85 495,63	-1 733,60	265 377,14	
Ativos fixos tangíveis em curso	740,21	50 512,18	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	51 252,39	
TOTAL	202 686 922,27	16 812 547,95	0,00	0,00	0,00	-8 639 677,09	-881 558,70	209 958 234,43	

Quadro 5.2 – Ativos fixos tangíveis - quantidade escriturada e variações do período 2021

RUBRICAS	Quantia Escriturada Inicial	Variações						Quantia Escriturada Final	
		Adições	Tranf. Internas	Revalorizações	Reversões perdas	Perdas por im-paridade	Deprac. Período		Diminuições
Bens de domínio público, patrimônio histórico, artístico e cultural									
Terrenos e recursos naturais	9 682 685,27	40 691,85	242 042,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9 965 419,52
Edifícios e outras construções	5 632 655,23	51 951,66	0,00	0,00	0,00	640 261,51	0,00	0,00	6 324 868,40
Infraestruturas	36 587 987,01	11 104,81	1 466 866,17	0,00	0,00	-3 847 309,89	0,00	0,00	34 218 648,10
Patrimônio histórico, artístico e cultural	786 738,26	42 983,49	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	829 721,75
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens de domínio público em curso	12 171 830,04	5 925 966,78	-1 466 866,17	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16 630 930,65
Ativos fixos em concessão									
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Patrimônio histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis									
Terrenos e recursos naturais	65 755 200,07	3 938 113,38	-242 042,40	0,00	0,00	0,00	0,00	-3 303 354,48	66 147 916,57
Edifícios e outras construções	52 561 668,31	2 784 457,61	0,00	0,00	0,00	9 237 466,59	-34 771,75	0,00	64 548 820,76
Equipamento básico	1 932 000,94	897 797,06	0,00	0,00	0,00	-624 982,02	-48 159,06	0,00	2 156 656,92
Equipamento de transporte	1 893 577,83	96 323,48	0,00	0,00	0,00	-640 134,58	0,00	0,00	1 349 766,73
Equipamento administrativo	226 778,94	102 739,57	0,00	0,00	0,00	-84 608,18	-24 813,44	0,00	220 096,89
Equipamentos biológicos	95,46	0,00	0,00	0,00	0,00	-54,90	0,00	0,00	40,56
Outros	264 939,80	114 396,98	0,00	0,00	0,00	-81 037,15	-5 004,43	0,00	293 295,20
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00	740,21	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	740,21
TOTAL	187 496 157,16	14 007 266,88	0,00	0,00	0,00	4 599 601,38	-3 416 103,16	0,00	202 686 922,26

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Quadro 5.2a – Ativos fixos tangíveis - adições 2022

RUBRICAS	Adições										Total
	Internas	Compra	Cessão	Transf. ou Troca	Expropri.	Doação	Dação em pagamento	Locação Fin.	Fusão, cisão, ...	Outras	
Bens de domínio público, patrimônio histórico, artístico e cultural											
Terrenos e recursos naturais	0,00	12 195,00	0,00	0,00	0,00	2 225,52	0,00	0,00	0,00	25 714,40	40 134,92
Edifícios e outras construções	0,00	12 835,65	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12 835,65
Infraestruturas	0,00	99 134,24	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	42,14	99 176,38
Patrimônio histórico, artístico e cultural	0,00	57 191,88	0,00	0,00	0,00	2 029,60	0,00	0,00	0,00	0,00	59 221,48
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens de domínio público em curso	0,00	9 095 255,44	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9 095 255,44
Ativos fixos em concessão											
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Patrimônio histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis											
Terrenos e recursos naturais	0,00	353 206,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 133 019,88	1 486 226,68
Edifícios e outras construções	0,00	900 680,37	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3 410 998,42	4 311 678,79
Equipamento básico	740,61	1 004 391,81	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3 331,35	1 008 463,77
Equipamento de transporte	0,00	407 726,55	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	407 726,55
Equipamento administrativo	0,00	182 004,94	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	182 004,94
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	59 311,17	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	59 311,17
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00	50 512,18	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50 512,18
TOTAL	740,61	12 234 446,03	0,00	0,00	0,00	4 255,12	0,00	0,00	0,00	4 573 106,19	16 812 547,95

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Quadro 5.2a – Ativos fixos tangíveis - adições 2021

RUBRICAS	Adições										Total	
	Internas	Compra	Cessão	Transf. ou Troca	Expropri.	Doação	Doação em pagamento	Locação Fin.	Fusão, cisão, ...	Outras		
Bens de domínio público, patrimônio histórico, artístico e cultural												
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	19 270,00	950,00	0,00	20 471,85	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40 691,85
Edifícios e outras construções	0,00	51 951,66	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	51 951,66
Infraestruturas	0,00	11 104,81	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11 104,81
Patrimônio histórico, artístico e cultural	0,00	42 983,49	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	42 983,49
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens de domínio público em curso	0,00	5 925 966,78	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5 925 966,78
Ativos fixos em concessão												
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Patrimônio histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis												
Terrenos e recursos naturais	0,00	2 000 000,00	0,00	0,00	0,00	1 313 426,86	0,00	0,00	0,00	624 686,52	0,00	3 938 113,38
Edifícios e outras construções	0,00	98 446,47	0,00	0,00	0,00	2 295 445,78	0,00	0,00	0,00	390 565,36	0,00	2 784 457,61
Equipamento básico	0,00	897 797,06	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	897 797,06
Equipamento de transporte	0,00	96 323,48	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	96 323,48
Equipamento administrativo	0,00	102 759,57	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	102 759,57
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	114 396,98	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	114 396,98
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00	740,21	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	740,21
TOTAL	0,00	9 342 450,51	19 270,00	950,00	0,00	3 629 344,49	0,00	0,00	0,00	1 015 251,88	0,00	14 007 266,88

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Quadro 5.2b – Ativos fixos tangíveis – Diminuições 2022

RUBRICAS	Diminuições					Total
	Alienações a título oneroso	Transferência ou troca	Devolução ou reversão	Fusão, cisão, reestruturação...	Outras	
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	-49,79	-49,79
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens de domínio público em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis						
Terrenos e recursos naturais	-71 464,47	0,00	0,00	0,00	-783 000,00	-854 464,47
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento básico	0,00	0,00	0,00	0,00	-11 658,83	-11 658,83
Equipamento de transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	-8 393,94	-8 393,94
Equipamento administrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	-5 258,07	-5 258,07
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	-1 388,67	0,00	0,00	0,00	-344,93	-1 733,60
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	-72 853,14	0,00	0,00	0,00	-808 705,56	-881 558,70

Quadro 5.2b – Ativos fixos tangíveis – Diminuições 2021

RUBRICAS	Diminuições					Total
	Alienações a título oneroso	Transferência ou troca	Devolução ou reversão	Fusão, cisão, reestruturação...	Outras	
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens de domínio público em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis						
Terrenos e recursos naturais	0,00	-950,00	0,00	0,00	-3 302 404,48	-3 303 354,48
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	-28 654,98	-28 654,98
Equipamento básico	0,00	0,00	0,00	0,00	-48 159,06	-48 159,06
Equipamento de transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	-24 813,44	-24 813,44
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	-5 004,43	-5 004,43
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	-950,00	0,00	0,00	-3 409 036,39	-3 409 986,39

NOTA - 6 – LOCAÇÕES

6.1 – Locações Financeiras

Não existem locações financeiras.

6.2 – Locações operacionais

Não existem locações operacionais

NOTA - 7 – CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Em 31 de dezembro de 2022 o detalhe da rubrica de financiamento obtido consolidado, decomposto em corrente e não corrente, é o seguinte: 1 747 666,26€ Passivo não Corrente e 1 869 284,14€ Passivo Corrente.

O financiamento da entidade consolidante teve um custo no exercício de 131 794,87€, e sendo 97 666,20€ da entidade individual e 34 128,67€ da EMEC.

Designação	2022	2021
Empréstimos bancários		
Passivo Corrente	1 869 284,14	2 125 656,68
Passivo não corrente	1 747 666,26	2 367 778,77
TOTAL	3 616 950,40	4 493 435,45

Conta	Município de Barcelos	EMEC, E.M.	Grupo público consolidado
CGD 9015004681191	416 367,59 €	0,00 €	416 367,59 €
CGD 9015005090891	476 394,70 €	0,00 €	476 394,70 €
CGD 9015007594391	525 585,95 €	0,00 €	525 585,95 €
CA 56057797471	948 602,16 €	0,00 €	948 602,16 €
CGD	0,00 €	500 000,00 €	500 000,00 €
BCP	0,00 €	750 000,00 €	750 000,00 €
TOTAL	2 366 950,40 €	1 250 000,00 €	3 616 950,40 €

NOTA - 8 – PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

As Propriedades de Investimento são mensuradas ao custo. O justo valor foi determinado pelo perito avaliador imobiliário inscrito na CMVM sob o n.º PAI/2016/0006 – Eng.º Vasco Ferreira, Técnico Superior deste Município.

A avaliação não foi efetuada de forma autónoma para as duas rubricas, pelo que se procedeu à repartição do valor considerando o previsto na nota 8 do Classificador Complementar 2, do SNC-AP, ou seja, 25% para terrenos e 75% para edifícios e outras construções.

De seguida apresenta-se o quadro com as propriedades de investimento no início e no final do ano.

Quadro 8 – Propriedades de Investimento: Quantia escriturada e variações do período 2022

RUBRICAS	Quantia Escriturada inicial	Variações						Quantia Escriturada Final
		Adições	Transf. Internas	Depreciações período	Perdas por imparidade	Dif. Cambiais	Diminuições	
Propriedades Investimento								
Bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Terrenos e recursos naturais	45 100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	45 100,00
Edifícios e outras construções	152 824,47	0,00	0,00	-1 841,26	0,00	0,00	0,00	150 983,21
Outras Propriedades de Investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedades de Investimento em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	197 924,47	0,00	0,00	-1 841,26	0,00	0,00	0,00	196 083,21

Propriedades de Investimento: Quantia escriturada e variações do período 2021

RUBRICAS	Quantia Escriturada inicial	Variações						Quantia Escriturada Final
		Adições	Transf. Internas	Depreciações período	Perdas por imparidade	Dif. Cambiais	Diminuições	
Propriedades Investimento								
Bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Terrenos e recursos naturais	45 100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	45 100,00
Edifícios e outras construções	94 741,73	0,00	0,00	58 082,74	0,00	0,00	0,00	152 824,47
Outras Propriedades de Investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedades de Investimento em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	139 841,73	0,00	0,00	58 082,74	0,00	0,00	0,00	197 924,47

NOTA - 9 – IMPARIDADE DE ATIVOS

Não foram detetados nos ativos perdas por imparidade ao abrigo da NCP9.

NOTA - 10 – INVENTÁRIOS

O custo de cada item de inventário é determinado através da média ponderada do seu custo inicial e do custo de itens semelhantes adquiridos durante o ano de 2022 – custo médio ponderado. De seguida apresenta-se o quadro com a informação dos valores da conta de inventários e os movimentos do período.

Quadro 10.1 – Inventários - 2022

Ativo	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável
Mercadorias	25 124,39	0,00	25 124,39
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	348 836,27	0,00	348 836,27
Produtos acabados e intermédios	0,00	0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00
TOTAL	373 960,66	0,00	373 960,66

Inventários – 2021

Ativo	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável
Mercadorias	19 971,35	0,00	19 971,35
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	350 192,51	0,00	350 192,51
Produtos acabados e intermédios	0,00	0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00
TOTAL	370 163,86	0,00	370 163,86

Quadro 10.2 – Inventários: Movimentos do período – 2022

Rubrica	Quantia Escriturada inicial (1)	Movimentos do período							Quantia escriturada final (9)=(1)+(2)-(3)-/(4)-(5)+(6)-(7)+(8)
		Compras líquidas (2)	Consumos /gastos (3)	Variações nos Inventários da produção (4)	Perdas por imparidade (5)	Reversões de perdas por imparidade (6)	Outras reduções de inventários (7)	Outros aumentos de inventários (8)	
Mercadorias	19 971,35	32 439,37	27 485,70	0,00	0,00	0,00	0,00	199,37	25 124,39
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	350 192,51	1 144 058,78	1 137 754,99	0,00	0,00	0,00	10 988,59	3 328,56	348 836,27
Produtos acabados e intermédios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	370 163,86	1 176 498,15	1 165 240,69	0,00	0,00	0,00	10 988,59	3 527,93	373 960,66

Inventários: Movimentos do período – 2021

Rubrica	Quantia Escriturada inicial (1)	Movimentos do período							Quantia escriturada final (9)=(1)+(2)-(3)-/(4)-(5)+(6)-(7)+(8)
		Compras Liquidadas (2)	Consumos /gastos (3)	Variações nos Inventários da produção (4)	Perdas por imparidade (5)	Reversões de perdas por imparidade (6)	Outras reduções de inventários (7)	Outros aumentos de inventários (8)	
Mercadorias	33 400,65	17 139,40	27 965,76	0,00	0,00	0,00	2 602,94	0,00	19 971,35
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	334 937,51	1 029 172,79	988 082,43	0,00	0,00	0,00	34 342,94	8 507,58	350 192,51
Produtos acabados e intermédios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	368 338,16	1 046 312,19	1 016 048,19	0,00	0,00	0,00	36 945,88	8 507,58	370 163,86

NOTA - 13 – RENDIMENTO DE TRANSAÇÕES COM CONTRAPRESTAÇÃO

As notas têm por objetivo prescrever o tratamento contabilístico do rendimento proveniente de transações e acontecimentos que tenham uma contraprestação, destacando como aspeto principal a determinação do momento do reconhecimento.

O rendimento é reconhecido quando for provável que fluam para a entidade benefícios económicos futuros ou potencial de serviço e estes benefícios possam ser mensurados com fiabilidade. De seguida apresenta-se o detalhe destes rendimentos.

Quadro 13 - Rendimentos com contraprestação

Tipo de Rendimento (1)	Rendimento do período reconhecido ANO 2022	Rendimento do período reconhecido ANO 2021
Prestações de Serviços	4 481 404,70	3 622 809,53
Resíduos Sólidos	2 149 165,67	2 045 265,06
Transportes Coletivos de pessoas e mercadorias	116 890,32	3 570,76
Trabalhos por conta de particulares	0,00	0,00
Cemitérios	57 984,86	41 804,74
Mercados e feiras	0,00	0,00
Parques de Estacionamento	25 383,72	19 470,86
Serviços Sociais - refeições escolares	1 247 316,58	969 120,42
Serviços Culturais	19 529,00	2 752,00
Serviços Desporto	248 455,74	96 478,45
Arrendamento	169 992,48	47 627,15
Renda Concessão serv. fornecimento água	396 085,34	396 720,09
Outros subcontratos ou concessões	45 018,19	0,00
Outros	5 582,80	0,00
Venda de bens	30 242,66	26 071,01
Juros	0,47	0,00
Alienações	241 409,15	0,00
Alienações de Ativos Fixos Tangíveis	0,00	0,00
Rendas em propriedades de investimento	8 032,45	8 001,08
Outros	2 906 163,91	3 511 915,21
Dividendos e outros rendimentos similares	0,00	47 066,19
Outros rendimentos similares	0,00	0,00
TOTAL	7 667 253,34	7 215 863,02

NOTA - 14 – RENDIMENTO DE TRANSAÇÕES SEM CONTRAPRESTAÇÃO

As transações sem contraprestação subdividem-se em impostos e transferências. Os impostos são benefícios económicos ou potencial de serviço obrigatoriamente pagos ou a pagar a entidades públicas, de acordo com disposições legais adequadas, criadas para proporcionar rendimento às administrações públicas. As transferências são influxos de benefícios económicos futuros ou potencial de serviço provenientes de transações sem contraprestação que não sejam impostos.

De seguida apresenta-se o detalhe destes rendimentos.

Quadro 14 - Rendimentos sem contraprestação 2022

Tipo de Rendimento	Rendimento do período reconhecido		Quantias por receber		Adiantamentos Recebidos
	Resultados	Património Líquido	Início do Período	Final do Período	
Impostos Diretos	16 889 154,49				
Derrama	3 000 000,00				
Imposto Municipal Sobre Imóveis	10 350 000,00				
Imposto Único de Circulação	3 539 154,49				
Outros	0,00				
Impostos Indiretos	6 346 756,04				
Imposto Municipal Sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis	5 164 287,23				
Outros	1 182 468,81				
Taxas, Multas e Outras Penalidades	1 020 472,44		283 247,86	277 010,93	
Taxas	931 720,10				
Multas e outras Penalidades	88 752,34				
Transferências e Subsídios Correntes Obtidos	45 355 852,02				
Fundo de Equilíbrio Financeiro	24 212 444,00				
Fundo Social Municipal	2 528 346,00				
Participação no IRS	3 508 860,00				
Transferência de Competências - Lei n.º 50/2018	10 010 624,38				
Participação do IVA	327 708,53				
Outras	3 376 455,89				
FEDER	19 815,12				
Outras	1 371 598,10				
Reversões	36 112,33				
Perdas Por Imparidade	36 112,33				
Imputação de Subsídios e Transferências para Investimentos	997 183,08				
Outros	1 851 094,95				
TOTAL	72 496 625,35				

Rendimentos sem contraprestação 2021

Tipo de Rendimento	Rendimento do período reconhecido		Quantias por receber		Adiantamentos Recebidos
	Resultados	Património Líquido	Início do Período	Final do Período	
Impostos Diretos	15 813 036,60				
Derrama	2 400 000,00				
Imposto Municipal Sobre Imóveis	10 200 000,00				
Imposto Único de Circulação	3 213 036,60				
Outros	0,00				
Impostos Indiretos	6 605 062,68		277 316,45		
Imposto Municipal Sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis	5 434 654,37				
Outros	1 170 408,31				
Taxas, Multas e Outras Penalidades	1 016 741,43		25 843,93	1 214,86	
Taxas	944 482,86				
Multas e outras Penalidades	72 258,57				
Transferências e Subsídios Correntes Obtidos	39 899 880,22				
Fundo de Equilíbrio Financeiro	22 897 711,00				
Fundo Social Municipal	2 658 456,00				
Participação no IRS	3 270 996,00				
Transferência de Competências – Lei n.º 50/2018	9 075 032,85				
Participação do IVA	332 826,57				
Outras	599 845,88				
FEDER	101 648,78				
Outras	963 363,14			163 653,76	
Reversões	28 972,39				
Perdas Por Imparidade	28 972,39				
Imputação de Subsídios e Transferências para Investimentos	1 137 007,29				
Outros	1 317 617,97				
TOTAL	65 818 318,58				

NOTA - 15 – PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

15.1 – Provisões

O valor relevado na conta de provisões para processos judiciais em curso, refere-se aos diversos processos judiciais que se encontram em curso, após reapreciação jurídica para efeitos de prestação anual das contas. A quantia escriturada final é de 62.615.900,70 €, que se estima suficiente para fazer face a eventuais indemnizações de processos onde existe um risco significativo de ocorrerem decisões desfavoráveis ao Município.

Dado ao elevado valor do processo relativo à AdB – Águas de Barcelos S.A, apresentamos detalhe:

Por contrato de concessão celebrado em 27 de setembro de 2004, tal como aditado em 7 de janeiro de 2005 e em 12 de junho de 2008, entre o Município de Barcelos e a Água de Barcelos, SA (concessionária) foi atribuída a esta última a concessão da exploração e gestão dos serviços públicos municipais de abastecimento de água e de saneamento de Barcelos.

No âmbito do processo de arbitragem instaurado pela concessionária em 2010, foi proferido em 18.01.2012 acórdão arbitral aprovado por unanimidade, que julgou integralmente procedente os pedidos da concessionária quanto à reposição do equilíbrio económico-financeiro condenando o Município no pagamento à concessionária de uma compensação financeira direta da seguinte forma: i) pagamento do montante necessário para a reposição do equilíbrio em relação a 2005 a 2009, 24.602.600 € e ii) pagamento de uma prestação anual desde 2010 até ao termo da concessão (2034) no valor de 5.897.179 € (preços 2010).

Posteriormente, foi instaurado pela concessionária contra o Município uma ação executiva para pagamento da compensação financeira na parte, entretanto, vencida, com base no Acórdão Arbitral referido no considerando anterior (Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga, 1ª unidade orgânica, sob o nº408/12.9BELSB).

Por sua vez o Município instaurou contra a concessionária uma ação de anulação do Acórdão Arbitral (Tribunal Central Administrativo Norte, sob o nº1/12.6BCPRT).

Para além disso, existe ainda relacionado com o Contrato de Concessão uma ação intentada pela concessionária contra o Município relativa à garantia bancária (Comarca de Lisboa - Instância Central - 1ª Secção Cível - J18 Proc. Nº788/13.9TVLSB).

Por acórdão de 14.03.2014 do Tribunal Central Administrativo Norte foi a ação de anulação do Acórdão Arbitral (Tribunal Central Administrativo Norte, sob o nº1/12.6BCPRT) julgada totalmente improcedente, tendo o Município interposto recurso deste acórdão para o Supremo Tribunal Administrativo, o qual foi julgado improcedente, tendo o Município novamente interposto recurso agora para o Tribunal Constitucional, que decidiu não conhecer do mesmo, tendo o Município reclamado para a conferência desta decisão.

A concessionária obteve já ganho de causa para as suas pretensões, por acórdão do Tribunal Central Administrativo Norte proferido no processo nº1/12.6BCPRT, do Tribunal Central Administrativo Norte, confirmado, entretanto pelo Supremo Tribunal Administrativo.

Neste contexto, é pretensão do Município, em defesa da manutenção e qualidade dos sistemas de abastecimento de águas e recolha de afluentes e do interesse da concessionária, dar cumprimento ao Acórdão Arbitral através de uma solução negociada que permita, em termos menos onerosos e mais sustentáveis para o Município, repor o equilíbrio económico-financeiro da concessão e viabilizar a extinção dos processos judiciais existentes.

O primeiro resultado mais visível das negociações entre o Município e a concessionária para um acordo extrajudicial, havia dado origem a um Acordo de Princípio em 2015, que em termos gerais, orientava para o resgate do contrato de concessão de exploração e gestão conjunta dos sistemas de abastecimento de água para consumo público e de recolha, tratamento e rejeição de afluentes do concelho de Barcelos com o pagamento de uma indemnização pelos danos sofridos e lucros cessantes que ascendia a 87.000.000 €, acrescido da taxa SWAP no valor de cerca 9,8 milhões de euros.

Entretanto durante 2017, e após novas negociações, é assinado um "memorando de entendimento" entre os acionistas da concessionária e o Município com novas condições para o acordo extrajudicial desejado.

Em traços gerais as partes entenderam cumprir o Acórdão Arbitral e concretizar a reposição do equilíbrio económico-financeiro da concessão da seguinte forma:

i) Revisão do tarifário, revisão do plano de investimento e eliminação da obrigação de pagamento de retribuição ao Município nos termos previstos no terceiro aditamento ao contrato de concessão (que se encontra em apreciação pela ERSAR).

ii) Pagamento de compensação financeira à concessionária nos seguintes termos:

a) 44.500.000 €, que servirão para a concessionária liquidar diversas dívidas a fornecedores, sendo o mais relevante a Somague, Alexandre Barbosa Borges, ACE e realizar os investimentos previstos no plano revisto.

b) 7.000.000 €, que comprarão 24% da participação financeira que a Somague Ambiente - SGPS, SA detém, atualmente, na Águas de Barcelos, SA (ações, suprimentos, juros de suprimentos e prestações acessórias).

c) 7.500.000 €, que comprarão 25% da participação financeira que a Alexandre Barbosa Borges, SA e Gaspar Barbosa Borges detêm, atualmente, na Águas de Barcelos, SA (ações, suprimentos, juros de suprimentos e prestações acessórias).

iii) Prorrogação do prazo de vigência de contrato de prestação de serviços entre a Hidurbe e a concessionária até ao termos de vigência da concessão e integração no respetivo objeto das novas infraestruturas decorrentes no plano de investimentos revisto.

Este acordo carece, ainda, da verificação de autorizações prévias e de formalidades que se encontram em execução.

Para já a adenda ao contrato de concessão foi aprovada em reunião de Câmara realizada em 7 de novembro de 2017 e na Assembleia Municipal de 29 de novembro de 2017, aguardando-se o parecer favorável da ERSAR.

Foi, ainda, aprovado em sessão da Assembleia Municipal de 23 de dezembro de 2017, por proposta da Câmara Municipal aprovada em 15 de dezembro de 2017, um empréstimo bancário no valor de 50.530.000 € que se destinará a financiar o referido acordo.

Após a receção do parecer favorável da ERSAR o acordo será enviado para o Tribunal de Contas fiscalizar no âmbito das suas competências.

Dado que o contrato de concessão existente ainda permanece, para todos os efeitos, em vigor, o Município contabilizou a retribuição anual de 2022 em Outros proveitos e ganhos operacionais, num montante igual a 396.085,34 €. Este valor foi, desta forma, adicionado ao valor das retribuições anuais relativas aos anos que se encontram em dívida.

O valor global da dívida da concessionária, relativa às retribuições anuais no âmbito do contrato de concessão, ascendia, no final de 2022, a cerca de 4,24 milhões de euros. No âmbito do acordo extrajudicial em apreço este valor não será recebido pelo Município pelo que foi incluído no valor da perda por imparidade.

Enviado o processo para colher o parecer da ERSAR, ao longo do ano foram prestados diversos esclarecimentos e efetuadas reuniões entre o Município e a entidade reguladora para clarificar o mais possível os termos e o interesse da solução do Acordo proposto.

A ERSAR teceu várias considerações e por imposição foram introduzidos alguns ajustamentos propostos, designadamente ao nível do tarifário, que permitirá cobrar saneamento aos utilizadores que não disponham de serviço de abastecimento de água; foi retirada a possibilidade da prorrogação do prazo de contrato vigente assinado com a Hidurbe e a revisão do caso base a ser efetuada pela entidade que elaborou o contrato original.

Estas sugestões aceites foram submetidas e aprovadas em reunião do órgão executivo realizada em 18-01-2019 e deliberativo na sessão de 26-01-2019, estando o processo a ser preparado para envio ao Tribunal de Contas para efeito de visto prévio.

Entretanto e dado o tempo decorrido sobre a consulta ao mercado para o financiamento deste Acordo, consubstanciado no terceiro aditamento ao Contrato de Concessão, procedeu-se a nova consulta às entidades bancárias para o mesmo valor e condições, tendo a Câmara Municipal deliberado, em reunião realizada no dia 5-04-2019 a submissão do processo à Assembleia Municipal, entidade competente para autorizar a aprovação.

Em 31 de maio de 2021 as partes não outorgaram a escritura por motivos alheios ao Município, no entanto mantiveram-se contactos e negociações com vista a manter o acordo com a aquisição de 49% do capital das Águas de Barcelos. Foi entendimento à data expresso pela sociedade de advogados de que a ação executiva continua suspensa, dado que nenhuma das partes requereu que prosseguisse; foi também referido que a Câmara dispunha de pelo menos duas outras soluções legais a implementar, que impediram a execução da decisão arbitral. Em função do atrás referido a dívida não foi considerada exequível.

Depois de todo este percurso e diligencias consideramos que a resolução deste diferendo só será possível através de negociações e acordos extrajudiciais que vão o encontro ao legítimo interesse de ambas as partes.

O atual executivo, que tomou posse em 18.10.2021, tem mantido negociações com os acionistas da empresa concessionária, AdB – Águas de Barcelos S.A. no sentido de encontrar a melhor solução para a problemática que decorre da execução do contrato de concessão. De referir que a 19/10/2021 a AdB requereu o procedimento da ação executiva mencionando que suspenderá a mesma se vier a entender que as negociações assim o justificam.

O executivo Municipal em funções desde outubro de 2021 estabeleceu como prioridade retomar as negociações com a concedente depois de dois acordos alcançados e falhados: em 2015 e 2017 como já foi dado nota, neste relatório.

A componente acionista também foi alterada com a aquisição da Somague Ambiente detentora de 75% do capital da AdB por um Fundo de Capital de Risco através da sua participada empresa Plainwater, SA. Por sua vez, esta empresa foi alienada pelo Grupo INDÁQUA, detentora de várias concessões de redes públicas de água e saneamento, em Portugal e em Africa, incluindo agora 75% da AdB.

Foi neste cenário que o atual executivo encetou negociações imediatas com os novos acionistas do Grupo INDÁQUA com a prioridade máxima em suspender de novo a instância executiva de ação pendente no TAF de Braga. Portanto, o atual executivo municipal desde a sua tomada de posse, em outubro de 2021, deu total prioridade a este assunto que viria a ser alcançado um acordo particularmente positivo como adiante daremos nota.

Ninguém pode negar que a dívida vencida do Município até à presente data, incluindo juros, rondará os 150 milhões de euros; e será no fim da concessão, se nada for feito, superior a mais de 250 milhões de euros incluindo juros, nas prestações vencidas e vincendas.

Aqui chegados importa então dizer o seguinte:

1 – O processo de execução que corre no TAF de Braga em que a Águas de Barcelos é exequente e o Município de Barcelos é executado já se encontra nova e formalmente com a instância suspensa, conforme duto despacho prolatado em 10/01/2023 (que se anexa ao presente relatório). Mas fica suspenso o processo na condição de ser cumprido o calendário/cronograma apresentado ao tribunal entre as partes, para prosseguirem nas negociações para a reposição do reequilíbrio económico e financeiro a celebrar a nova versão do Contrato de Concessão, e do qual o tribunal seja informado da evolução das ditas negociações.

- O calendário acordado e avançado ao tribunal, foi o seguinte:
- Conclusão do acordo até final de fevereiro de 2023;
- Elaboração das minutas necessárias até final de março/meados de abril de 2023;

- Requerer Parecer à ERSAR até meados de junho de 2023;
- Obter deliberação dos órgãos sociais e autárquicos e autorizações das entidades financiadoras da concessionária até ao final de agosto de 2023;
- Assinar as minutas aprovadas em setembro de 2023.

2 – Todo o processo terá que estar concluído até setembro e a compensação financeira que adiante se dará nota, deverá ser paga até 90 (noventa) dias subsequentes ao da assinatura definitiva do contrato, ou seja, sempre até de mês de dezembro de 2023, e a entrada em vigor do novo acordo, no primeiro dia de janeiro de 2024.

O acordo alcançado é, em síntese, o seguinte:

- O Município pagará 18 milhões de euros a título indemnizatório, até 90 dias da assinatura definitiva do acordo a assinar como supra se disse, em setembro de 2023;
- Fará um investimento de 7 milhões de euros até 2024 na construção de uma ETAR em Fragoso e na construção das redes de saneamento em Palme, Fragoso e Aldreu;
- Acaba a cobrança de todos os ramais por parte da concessionária;
- Acaba com os escalões de consumos até 5m³, passando de 0 a 10m³ com redução drástica do preço do metro cúbico para benefício dos baixos consumos e acabam também os consumos mínimos;
- Acaba o pedido do reequilíbrio financeiro pela concessionária se se verificar alteração dos consumos, mas, se acontecer farão baixar a Taxa Interna de Rentabilidade (TIR), (pecado original dos desequilíbrios financeiros);
- Acaba o pedido de reequilíbrio financeiro por variação das taxas bancárias dos spreads que, a acontecer, se repercutirão também na TIR;
- Acaba o foro do Tribunal Arbitral, em caso de litígio;
- Redução da TIR atual de 11,6 para 6,9;
- Foi elaborado um novo Caso Base que prevê o não aumento real das tarifas até final da concessão, a não ser nos ajustamentos baseados nos Índices de Preços ao Consumidor (IPC) com nova fórmula de cálculo prevista na adenda ao novo contrato;
- As tarifas previstas no novo Caso Base, são substancialmente mais baixas do que no acordo de 2017;
- Está previsto o tarifário Especial (Social);
- Está previsto o investimento da Concessionária em cerca de 25 Milhões;
- Aumenta para mais 20 anos o prazo da concessão.

Entretanto, e concretamente à evolução das negociações, foram já elaboradas todas as minutas e anexos que fazem parte do Terceiro Aditamento ao Contrato da Exploração e Gestão dos Serviços Públicos de Abastecimento de Águas e de Saneamento de Barcelos, nomeadamente, o acordo de reequilíbrio, bem como a proposta da terceira alteração ao contrato de concessão e respetivos anexos:

Anexo 1 – Minuta do Regulamento de Serviço revisto;

Anexo 2 – Caso Base Revisto;

Anexo 3 – Tarifário Revisto;

Anexo 4 – Protocolo Tarifário Especial (social);

Anexo 5 – Plano de Investimentos Revisto;

Anexo 6 – Plano de Investimentos Municipal.

Todos estes documentos foram já enviados pela Câmara Municipal de Barcelos, para Pedido de Parecer à ERSAR, no passado dia 4 de abril de 2023.

O referido pedido de Parecer foi enviado à ERSAR, posteriormente às deliberações dos órgãos autárquicos do Município de Barcelos: a da Câmara Municipal datada de 17 de fevereiro de 2023; da Assembleia Municipal de Barcelos datada de 28 de fevereiro de 2023; e da deliberação do Concelho de Administração da SOCIEDADE, datada de 8 de fevereiro de 2023.

Um passivo contingente deve ser apenas divulgado, pela natureza do seu passivo contingente e as quantias associadas aos mesmos, por se considerar o baixo grau de probabilidade de gerar exfluxos. Da análise efetuada, à listagem dos processos judiciais, remetidos pelos advogados que prestam patrocínio judicial ao Município, divulgam-se os processos judiciais para os quais não foram constituídas provisões, por se considerar o baixo grau de probabilidade de perda, sendo os mesmos periodicamente reavaliados.

Quadro 15.1A – Provisões 2022

Provisão	Quantia escriturada inicial (1)	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada final (10)=(1)+(5)-(9)	
		Reforços (2)	Aumentos da quantia escriturada (3)	Outros aumentos (4)	Total aumentos (5)=(2)+(3)+(4)	Utilizações (6)	Reversões (7)	Outras diminuições (8)	Total diminuições (9)=(6)+(7)+(8)		
Impostos, contribuições e taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Garantias a clientes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Processos judiciais em curso	62 384 937,19	230 963,51	0,00	0,00	230 963,51	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	62 615 900,70
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias ambientais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratos onerosos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reestruturação e reorganização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras provisões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Provisões 2021

Provisão	Quantia escriturada inicial (1)	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada final (10)=(1)+(5)-(9)	
		Reforços (2)	Aumentos da quantia escriturada (3)	Outros aumentos (4)	Total aumentos (5)=(2)+(3)+(4)	Utilizações (6)	Reversões (7)	Outras diminuições (8)	Total diminuições (9)=(6)+(7)+(8)		
Impostos, contribuições e taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Garantias a clientes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Processos judiciais em curso	62 213 546,05	458 066,63	0,00	0,00	458 066,63	0,00	286 675,49	0,00	286 675,49	0,00	62 384 937,19
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias ambientais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratos onerosos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reestruturação e reorganização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras provisões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Quadro 15.1B – Descrição das Provisões

Nº de Processo	Entidade	Ação	Valor proposto das ações/Outros	Valor provisão
1665/10.0BEBRG	José Ferreira Viana	Ação Administrativa peticionando a invalidade do despacho do Presidente da Câmara de Barcelos de 07/01/2010, 10/05/2010 e 07/06/2010	30 000,01 €	30 000,01 €
2088/11.0BEBRG	José Moreira Fernandes e Filhos, SA.	Ação Administrativa comum – Resolução de um contrato de empreitada	1 231 357,62 €	549 842,22 €
1723/12.7BEBRG	Alexandre Barbosa Borge, S.A.	Ação Administrativa Comum	1 166 748,74 €	583 374,37 €
2082/12.3BEBRG	Alexandre Barbosa Borge, S.A.	Ação Administrativa	109 539,91 €	54 769,96 €
378/13.6BEBRG	ABB – Alexandre Barbosa Borges	Ação Administrativa Comum	248 075,93 €	124 037,97 €
817/15.1BEBRG	Maria de Fatima Ramires	Ação de Responsabilidade Civil decorrente de Acidente de Viação	1 958,32 €	979,16 €
344/16.0BEBRG	Avelino dos Santos e Outros	Ação administrativa – resolução de contrato promessa e consequente restituição do prédio objeto da mesma	15 000,00 €	7 500,00 €
3519/15.5BEBRG	Maria de Fátima da Silva Oliveira	Ação administrativa especial de pretensão conexa – anulação de despacho	30 000,01 €	15 000,01 €
598/16.1BEBRG	António Paulo Serra Areal da Silva	Ação de Responsabilidade Civil decorrente de Acidente de Viação	11 892,48 €	11 892,48 €
789/16.5BEBRG	Fernando Jorge Carvalho Maciel	Ação de Responsabilidade Civil decorrente de Acidente de Viação	40 800,00 €	20 400,00 €
1932/16.0BEBRG	José Joaquim Pereira Correia e outros	Ação Administrativa Comum peticionando reparação de danos em prédios urbanos	80 000,00 €	40 000,00 €
169/17.5BEBRG	Ana Catarina Magalhães da Costa e Silva	Ação administrativa – impugnado a decisão do recurso hierárquico em sede de procedimento concursal	30 000,01 €	15 000,01 €
204/14.7BEBRG	Martins da Cruz & Cruz	Ação administrativa peticionando que seja declarada a reversão de uma parcela de terreno anteriormente cedida ao domínio público	30 000,01 €	15 000,01 €
436/17.8/BEBRG	Maria do Carmo Miranda Eiras Novo de Sousa	Condenação do Município e do Estado Português ao pagamento de uma indemnização	280 122,00 €	140 061,00 €
897/17.5BEBRG	Ilidio Ferreira Molhos Martins Morim e mulher	Ação Administrativa – Indemnização por danos	5 000,01 €	2 500,00 €
1395.372	José Porfirio da Costa Ferreira	Ação Administrativa Comum – Reconhecimento da propriedade e pagamento de indemnização	200 000,00 €	100 000,00 €
2074/17.6BEBRG	Emilia Jesus Abreu Miranda	Ação de Responsabilidade Civil decorrente de Acidente de Viação	559,85 €	279,50 €
1719/18.5BEBRG	Rosa da Piedade Duarte Faria	Ação Administrativa Comum – Reparação de danos solidariamente	30 000,00 €	15 000,00 €
1395.423	Manuel Oliveira Ribeiro	Ação Declarativa Comum de Condenação	45 000,00 €	15 000,00 €
335.19.9BEBRG	Maria Elvira Faria da Silva Rego e Outros	Ação Administrativa de condenação	14 495,75 €	7 247,88 €
512/19.2BEBRG	ABB – Alexandre barbosa Borges, SA	Ação Administrativa de Condenação	815 014,54 €	397 507,23 €
2022/19.9BEBRG	ABB – Alexandre Barbosa Borges II – Imobiliária SA	Ação Declarativa Comum de Condenação	598 719,32 €	299 359,66 €
2107/19.1BEBRG	Agostinho Malheiro Coelho – Construções Lda	Ação Administrativa de Condenação	116 762,79 €	58 023,73 €
2302/19.3BEBRG	Costa & Carreira Lda	Ação Administrativa – Exclusão de proposta de procedimento concursal	140 000,00 €	70 000,00 €
587/20.1BEBRG	Crédito Agrícola Seguros – Companhia de Seguros de Ramos Reais, SA	Ação Administrativa – Responsabilidade Civil	2 079,32 €	1 039,66 €
1006/20.9BEBRG	G Protect – Segurança Privada Unipessoal, Lda	Ação Administrativa – Peticionando a modificação de contrato público	63 364,70 €	31 682,35 €
1397/20.1BEBRG	Júlia da Conceição Silva Soares	Ação Administrativa de responsabilidade civil	30 124,98 €	17 384,74 €



Nº de Processo	Entidade	Ação	Valor proposto das ações/Outros	Valor provisão
1064/20.6BEBRG	Liberty Seguros	Ação Administrativa de responsabilidade civil	19 679,93 €	9 839,97 €
1685/20.7BEBRG	Jaime Manuel Vilas Boas da Costa	Petição inicial com fundamento na responsabilidade civil	1 888,30 €	944,15 €
1986/20.4BEBRG	Teresa Diana Rodrigues Queirós	Ação Administrativa – peticionando o pagamento de indemnização por danos sofridos em consequência de uma suposta queda	97 809,51 €	48 904,76 €
1002/19.9BEBRG	STAL – Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local e Regional	Ação administrativa de condenação à prática do ato devido	30 000,01 €	15 000,01 €
1527/18.3BEBRG	Carlos Manuel Alves Tavares	Peticiona a reintegração num departamento da CMB	80 000,00 €	40 000,00 €
2953/17.0T8BCL	João Carlos Pereira Correia	Acidente de trabalho	6 000,00 €	6 000,00 €
2626/17.7BEBRG	STAL – Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local e Regional	Ação Administrativa de condenação	30 000,01 €	30 000,01 €
576/20.6BEBRG e 21/21.0T8BCL	João Carlos Pereira Correia	Ação Administrativa	20 000,00 €	10 000,00 €
1472/21.5BEBRG	Ana Fernanda Pontes Lopes	Lide Administrativa, por via da qual a autora impugnou o ato administrativo	22 597,13 €	11 298,57 €
2097/21.0BEBRG	Maria Goreti Silva Miranda	Ação relativa a danos patrimoniais e não patrimoniais	21 142,92 €	10 571,46 €
1570/21.5BEBRG	Mário Manuel de Miranda Furtado Campos Cunha e Margarida Maria Carvalho Dias Costa Correia Campos Cunha	Declaração de ilegalidade do ato administrativo	30 000,01 €	15 000,01 €
5264/21.3T8VNF	Bruno César de Oliveira Xavier e Maria Paula Barreto Miranda	Para o recebimento da quantia respeitante às obras que pretendem sejam realizadas por terceiros	79 950,00 €	39 975,00 €
23/22.9BEBRG	João Manuel Miranda Andrade	Responsabilidade civil Extracontratual	9 688,24 €	4 844,12 €
192/22.8BEBRG	Bruno Alberto Ferreira Lomba	Declaração de invalidade de ato de cessação da comissão de serviço de cargo de chefe de Divisão de Contratação Pública	30 000,01 €	15 000,01 €
223/22.1BEBRG	Rosa Oliveira Reis	Responsabilidade civil Extracontratual	59 709,00 €	29 854,50 €
322/22.0BEBRG	Juliana Fernandes Gomes	Responsabilidade civil Extracontratual	28 572,45 €	14 286,23 €
396/22.3BEBRG	Maribel Duarte Ferreira	Trabalhadora do Agrupamento – Declaração de invalidade do ato administrativo que indeferiu o pedido de gozo de 67 dias de férias	30 000,01 €	15 000,01 €
659/22.8BEBRG	José Porfírio da Costa Ferreira e Maria Rodrigues da Costa Ferreira	Condenação do Município no pagamento de indemnizações por erro na elaboração do PDM ao não considerar como área de indústria existente	651 500,00 €	651 500,00 €
1214/22.8BEBRG	Faria da Costa - Peúgas e confeções, Lda	Ação administrativa de condenação à prática do ato administrativo devido	50 000,01 €	25 000,01 €
	AdB - Águas de Barcelos SA		59 000 000,00 €	59 000 000,00 €
TOTAL			65 665 153,84 €	62 615 900,75 €

15.2 – Passivos Contingentes

Um passivo contingente deve ser apenas divulgado, pela natureza do seu passivo contingente e as quantias associadas aos mesmos, por se considerar o baixo grau de probabilidade de gerar exfluxos. Da análise efetuada, à listagem dos processos judiciais, remetidos pelos advogados que prestam patrocínio judicial ao Município, divulgam-se os processos judiciais para os quais não foram constituídas provisões, por se considerar o baixo grau de probabilidade de perda, sendo os mesmos periodicamente reavaliados.

Quadro 15.2 – Descrição dos Passivos Contingentes

Nº de Processo	Entidade	Ação	Valor proposto das ações/outros
520/22.6BEBRG	Pedro Manuel de Sousa Rodrigues	Intimação para homologação da lista de ordenação final do procedimento concursal	30 000,01 €
1004/22.8BEBRG	Pedro Manuel de Sousa Rodrigues	Ação Administrativa de condenação à prática do ato administrativo devido	30 000,01 €
1082/22.0BEBRG	Teresa Salgueira Paula	Peticiona a condenação dos réus para a remoção de abrigo	30 000,01 €
1087/22.0BEPRT	M Couto Alves, SA	Procedimento Concursal - Empreitada	3 519 310,80 €
1106/22.0bebrg	Vanessa Patrícia da Guia Roboredo, Ana Rita Gomes da Silva, Elsa Joana Carvalho Coutinho e Marta Alexandra Carvalho Coutinho	Impugnação de ato administrativo	30 000,01 €
659/18.2BEBRG	Associação Comercial e Industrial de Barcelos	Fiscal - Impugnação - Liquidação de Tributos	304 884,42 €
1395.171	Maria Celeste Leiras Lopes	Ação de responsabilidade civil decorrente de Acidente de viação	192 133,71 €
1395.183	Alexandre Barbosa Borges, SA	Ação administrativa comum - peticionando o pagamento relativo a revisão de preços de diversas empreitadas	337 275,30 €
1306/12.1BEBRG	ANORTE - Construção e Engenharia, Lda	Ação administrativa comum - Trabalhos realizados e não pagos no âmbito de um contrato de empreitada	149 845,24 €
1395.367	Manuel Correia Martins e outros	Ação administrativa especial de impugnação de ato administrativo	30 000,01 €
1395.494	António Alves Rodrigues	Ação Administrativa de condenação à prática de ato devido	
172/21.0BEBRG	Assismática - Equipamentos Informáticos	Ação administrativa de contencioso pré-contratual	283 976,23 €
442/21.8BEPRT	ZENITHSLICE - Lda	Ação administrativa - peticiona a exclusão da proposta graduada em primeiro lugar no concurso público	206 853,77 €
1395.511	Baltor Engenharia e Construção, Lda	Ação de Contencioso pré-contratual com vista à anulação de ato de adjudicação	
2277/21.9BEPRT	VADECA - Facility Services, SA	Injunção - pelo não cumprimento de um contrato de fornecimento de bens ou serviços	613,06 €
1395.524	Maria Fernanda Maia Areia Ferreira	Ação Administrativa de Impugnação	
1395.525	Alpendre dos Sorridos, Lda	Ação "de nulidade" - com vista a declaração de nulidade do processo de toponímia	20 000,00 €
1395.528	Mário Manuel de Miranda Campos Cunha (e Outros)	Ação administrativa - peticiona a declaração da ilegalidade do ato administrativo	
TOTAL			5 164 892,58 €

15.3 – Ativos contingentes

Não existem ativos contingentes no período de 2022 em que se torna praticamente certo de que um influxo de benefícios económicos ou potencial de serviço ocorrerá e o valor do ativo pode ser mensurado com fiabilidade.

NOTA - 17 – ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE RELATO

No Relatório da Prestação de Contas do ano económico de 2021, pp 104 a 106, no tocante à criação de provisões resultantes dos processos judiciais pendentes, o que mais ênfase proporcionou, devido à dimensão de custos financeiros para o Município, foi o processo judicial entre a AdB (Águas de Barcelos) enquanto concessionária das redes públicas de abastecimento de água e tratamento de águas residuais (saneamento), e o Município de Barcelos, enquanto concedente.

A referida ação já transitada em julgado, mereceu a interposição de uma ação executiva, que se encontra pendente no Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga. E por estar pendente para execução à data do fecho das contas do ano económico de 2022, e, ainda, porque ocorreram factos relevantes, após data do



relato, resultantes das negociações entretanto retomadas entre a concessionária e concedente, e entende-se dar ênfase dos resultados alcançados nas negociações com especial destaque através da criação do ponto 6 deste relatório, para o qual remetemos especial atenção do dito ponto 6 – Factos Relevantes Ocorridos Após o Termo do Exercício.



NOTA - 18 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

18.1 – Ativo

Quadro 18.1A – Imparidade de Ativos geradores de caixa 2022

Ativo	Natureza	Quantia Bruta	Imparidade Acumulada	Quantia Recuperável	Modelo Utilizado	
					Justo Valor	Valor de uso
Cientes, contribuintes e utentes	AGC	2 808 027,43	2 017 211,76	790 815,67	0,00	0,00
Outros Devedores	AGC	4 991 731,43	4 991 731,43	0,00	0,00	0,00
Participações Financeiras	AGC	3 726 615,51	24 500,00	3 702 115,51	0,00	0,00



Imparidade de Ativos geradores de caixa 2021

Ativo	Natureza	Quantia Bruta	Imparidade Acumulada	Quantia Recuperável	Modelo Utilizado	
					Justo Valor	Valor de uso
Cientes, contribuintes e utentes	AGC	2 492 383,92	1 908 990,15	583 393,77	0,00	0,00
Outros Devedores	AGC	4 595 646,09	4 595 646,09	0,00	0,00	0,00
Participações Financeiras	AGC	3 726 615,51	24 500,00	3 702 115,51	0,00	0,00

Está reconhecido um Ativo de 755.000,00 € relativo à remuneração nos termos do contrato de gestão com a ex-Águas do Noroeste a que o Município terá direito.

Relativamente à ADB as retribuições anuais no âmbito do contrato de concessão, ascende no final de 2022, a cerca de 4.236.731,25 € (ver nota n.º 15).

Quadro 18.1B – Decomposição de saldos de Clientes, contribuintes e utentes

Ativo	2022	2021
Cientes	1 055,53	907,28
Contribuintes	1 696,44	1 206,76
Utentes	788 063,70	581 279,73
Cientes, Contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	2 017 211,76	1 908 990,15
TOTAL	2 808 027,43	2 492 383,92

Quadro 18.1C – Decomposição de saldos de Outras contas a receber

Ativo	2022	2021
Impostos e taxas imputadas ao período	14 082 055,41	13 476 956,45
Outros acréscimos de rendimentos	2 029 367,76	1 964 799,50
Outros Devedores	661,54	3 537,43
Total	16 112 084,71	15 445 293,38

18.2 – Património líquido

**Quadro 18.2 – Movimentos ocorridos nas contas da classe 5
"Património, Reservas e Resultados transitados" – 2022**

Designação da conta	Notas	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
51.1 - Balanço inicial		23 264 742,22	0,00	0,00	23 264 742,22
51.2 - Retificações ao balanço inicial		-75 997,60	0,00	0,00	-75 997,60
55.1 - Reservas legais	1	10 408 743,29	255 740,77	0,00	10 664 484,06
55.2.1 - Reservas livres		0,00	0,00	0,00	0,00
56.1 - Resultados transitados de períodos anteriores	1	92 179 880,87	4 979 666,59	255 740,77	96 903 806,69
56.2 - Regularizações	2	1 516 578,02	4 750 759,52	0,00	6 267 337,54
56.4 - Ajustamentos de transição para o SNC-AP		12 516 930,91	0,00	0,00	12 516 930,91
59.3 - Transferências e subsídios de capital	3	34 703 745,23	6 107 053,42	997 183,08	39 813 615,57
59.4 - Doações obtidas	4	449 803,19	4 255,12	0,00	454 058,31
59.7 - Transferência de ativos		0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL		174 964 426,13	16 097 475,42	1 252 923,85	189 808 977,70

1. Aplicação do resultado líquido do período: 4.979.666,59 € para resultados transitados e 255.740,77 € para reforço das reservas legais, conforme deliberado
2. Regularizações estabelecimentos escolares, descritos na nota 2.8.
3. Os aumentos correspondem aos valores de receita de capital de Subsídios ao Investimento e as diminuições correspondem à imputação dos subsídios ao investimento a rendimentos
4. Corresponde às doações efetuadas ao domínio público.

**Quadro 18.2 – Movimentos ocorridos nas contas da classe 5ª
Patrimônio, Reservas e Resultados transitados” – 2021**

Designação da conta	Notas	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
51.1 - Balanço inicial		23 264 742,22	0,00	0,00	23 264 742,22
51.2 - Retificações ao balanço inicial	1	241 960,00	0,00	317 957,60	-75 997,60
55.1 - Reservas legais	2	10 199 526,39	209 216,90	0,00	10 408 743,29
55.2.1 - Reservas livres		0,00	0,00	0,00	0,00
56.1 - Resultados transitados de períodos anteriores	2	89 092 611,37	4 192 766,44	209 216,90	93 076 160,91
56.2 - Regularizações		0,00	3 877 345,16	2 424 446,88	1 452 898,28
56.4 - Ajustamentos de transição para o SNC-AP		0,00	13 527 662,69	1 843 331,99	11 684 330,70
59.3 - Transferências e subsídios de capital	3	29 944 704,71	5 896 047,81	1 137 007,29	34 703 745,23
59.4 - Doações obtidas	4	263 973,83	185 829,36	0,00	449 803,19
59.7 - Transferência de ativos		0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL		153 007 518,52	27 888 868,36	5 931 960,66	174 964 426,22

1. Maioritariamente referente à inventariação de um ativo
2. Aplicação do resultado líquido do período: 3.983.549,54 € para resultados transitados e 209.216,90 € para reforço das reservas legais, conforme deliberado
3. Os aumentos correspondem aos valores de receita de capital de Subsídios ao Investimento e as diminuições correspondem à imputação dos subsídios ao investimento a rendimentos
4. Corresponde às doações efetuadas ao domínio público.
5. Regularizações estabelecimentos escolares.

18.3– Passivo

Quadro 18.3A-Decomposição dos saldos das contas de Financiamentos obtidos

Descrição	2022	2021
Financiamentos obtidos - Empréstimos de médio e longo prazo - exigível a médio e longo prazo - Superior a 5 anos	175 757,15	394 635,73
Financiamentos obtidos - Empréstimos de médio e longo prazo - exigível a médio e longo prazo - Igual ou inferior a 5 anos	3 441 193,25	4 098 799,72
TOTAL	3 616 950,40	4 493 435,45

Quadro 18.3B-Decomposição dos saldos das contas de Fornecedores

Descrição	2022	2021
Fornecedores C/C	3 052 269,39	2 332 423,12
Fornecedores de investimentos	1 634 761,61	1 420 785,77
TOTAL	4 687 031,00	3 753 208,89

Quadro 18.3C-Decomposição dos saldos das Outras contas a pagar

Descrição	2022	2021
Credores por acréscimos de gastos (Remunerações, energia, água, seguros, outros)	4 942 846,27	4 175 472,52
Outros credores (Freguesias, FAM, Outras Entidades)	212 743,76	487 288,05
Cauções (Empreitadas)	1 912 064,57	1 337 004,71
TOTAL	7 067 654,60	5 999 765,28

NOTA - 19 – BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

A entidade atribui os seguintes benefícios de curto prazo aos seus empregados: salários, contribuições para a segurança social, CGA, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal, ajudas de custo, despesas de representação, trabalho extraordinário e quaisquer outras retribuições previstas na Lei.

Estes benefícios são contabilizados no mesmo período temporal em que o empregado prestou o serviço, numa base não descontada por contrapartida de um passivo que se extingue com o respetivo pagamento.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período vence-se em 1 de janeiro de cada ano.

O Município de Barcelos não tem qualquer responsabilidade futura sobre fundos ou pensões.

O número de trabalhadores da entidade consolidante, a 31 de dezembro de 2022, era de 1429, sendo 1274 do Município como entidade individual e 155 da EMEC.

O seguinte quadro representa os gastos com pessoal:

Quadro 19.1 – Gastos com pessoal

Designação	2022	2021
Remunerações dos titulares de órgãos de soberania e membros de órgãos autárquicos	813 574,12	723 975,67
Remunerações do pessoal	19 692 234,08	17 918 810,96
Benefícios Pós-emprego	19 193,54	19 634,36
Indemnizações	143 783,63	135 249,25
Encargos sobre remunerações	4 613 888,99	4 243 941,06
Acidentes no trabalho e doenças profissionais	205 734,81	311 536,01
Outros gastos com o pessoal	677 347,43	696 008,06
Outros encargos sociais	582 783,46	626 518,17
TOTAL	26 748 540,06	24 675 673,54

NOTA - 20 – DIVULGAÇÕES DE PARTES RELACIONADAS

Nos quadros seguintes apresenta-se o grau de controlo exercido pelo Município de Barcelos sobre a sua participada e as transações entre partes relacionadas.

Quadro 20.1 – Listagem das entidades controladas

Designação da Entidade	Tipo de Entidade	Morada	Capital Social	Participação	% Controlo		Controlo Final
					Direto	Indireto	
Empresa Municipal de Educação e Cultura de Barcelos, E.M.	Empresa Municipal	Rua da Feiteira, n.º 10, Apartado 5002 4750-001 Abade de Neiva	250 000,00	250 000,00	100,00%		100,00%

Quadro 20.2 – Transações entre partes relacionadas

Entidade relacionada	Natureza do relacionamento	Transação			Saldo no fim do período (b)	Termos e condições
		Tipo	Quantia (a)	% no total das transações		
Empresa Municipal de Educação e Cultura de Barcelos, E.M.	Entidade Controlada	Atribuição de subsídio à exploração e cobertura de prejuízos	1 006 090,59		0,00	
		Aquisição de Fornecimentos e serviços externos	20 645,00		0,00	
		ERASMUS (Operações de Tesouraria)	62 090,31		0,00	
		Outros	53,04		6,63	

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top, a smaller one below it, and several initials and marks arranged vertically.

Quadro 20.3 – Pessoas chave da gestão do Município de Barcelos (Un.: Euros)

Nome	Órgão/Cargo	Remuneração líquida auferida	Período de responsabilidade	Morada
Mário Constantino Araújo Leite da Silva Lopes	Presidente da Câmara	36 401,30	- 01/01/2022 a 31/12/2022, com exceção da ausência à reunião de câmara: 15/07/2022	Rua da Fábrica, nº 1; 4740-141 Apúlia
Domingos Ribeiro Pereira	Vereador em regime de tempo inteiro	32 185,66	- 01/01/2022 a 31/12/2022	Travessa D. Diogo Pinheiro, nº 22, cx 201; 4750-282 Barcelos
Mariana Teixeira Batista Carvalho	Vereador em regime de tempo inteiro	29 499,31	- 01/01/2022 a 31/12/2022, com exceção da ausência à reunião de câmara: 03/01/2022; 11/04/2022, 14/04/2022, 26/04/2022, 03/10/2022	Rua 29 de Junho, nº 235; 4750-847 Via Fresca - inha S. Pedro
Maria Elisa Azevedo Leite Braga	Vereador em regime de tempo inteiro	30 495,58	- 01/01/2022 a 31/12/2022, com exceção da ausência à reunião de câmara: 29/11/2022	Rua Frei Pedro Poiares 63F, Ap 35; 4750-326 Barcelos
António Jorge da Silva Ribeiro	Vereador em regime de tempo inteiro	30 808,33	- 01/01/2022 a 31/12/2022, com exceção da ausência à reunião de câmara: 28/02/2022, 14/04/2022, 26/04/2022, 20/06/2022	Praceta Dulce de Montalvo, Bloco 1, 3º Direito Trás; 4750-283 Barcelos
Carlos Eduardo Vasconcelos Fernandes Ribeiro dos Reis	Vereador regime não permanência	0,00	- 01/01/2022 a 31/12/2022; com exceção da ausência à reunião de câmara: 31/01/2022; 31/03/2022, 26/04/2022, 09/05/2022, 23/05/2022, 14/11/2022, 29/11/2022	Ruas das Areias, nº 26, 3ºdt; 4455-596 Perafita
Maria Armandina Félix Vila-Chá Saleiro	Vereador regime não permanência	0,00	- 01/01/2022 a 31/12/2022, com exceção da ausência à reunião de câmara: 31/10/2022, 12/12/2022	Rua 25 de Julho, nº 30; 4905-019 Aldreu
Anabela Pimenta de Lima Deus Real	Vereador regime não permanência	0,00	- 01/01/2022 a 31/12/2022, com exceção da ausência à reunião de câmara: 28/02/2022, 31/03/2022, 09/05/2022, 23/05/2022, 04/07/2022, 03/10/2022, 29/11/2022	Travessa D. Diogo Pinheiro nº22, Apto 203 2º andar – 4750-282 Barcelos
Maria Isabel Neves de Oliveira	Vereador regime não permanência	0,00	- 01/01/2022 a 31/12/2022, com exceção da ausência à reunião de câmara: 14/03/2022, 09/05/2022, 23/05/2022, 20/06/2022, 17/10/2022, 29/11/2022	Rua de Santa Eulália, nº 977; 4775-205 Negreiros
Horácio Rodrigues de Oliveira	Vereador regime não permanência	0,00	- 01/01/2022 a 31/12/2022	Rua Fernando Magalhães, Edif. Barrocas, nº 68, 1º; 4750-290 Barcelos
Alexandre Miguel Gonçalves Maciel	Vereador regime não permanência	0,00	- Pede suspensão do mandato autárquico com início a 19/11/2021 que se mantém desde o período de 01/01/2022 a 19/05/2022, sendo substituído pelo Vereador Luis Alberto Gonçalves Machado	Rua Frei Pedro Poiares- Edifício Fersil 2, nº63-F, Andar 4º-41; 4750-326 Barcelos
Luis Alberto Faria Gonçalves Machado	Vereador regime não permanência	0,00	- 20/05/2022 a 31/12/2022, com exceção da ausência à reunião de câmara: 06/06/2022, 13/06/2022, 20/06/2022, 04/07/2022, 19/09/2022	Lugar dos Penedos, nº 55; 4755-063 Barcelinhos
Ilda Maria Fonseca Trilho Silva	Vereador regime não permanência	0,00	- Participação nas reuniões de câmara em substituição da Vereadora Maria Isabel Neves de Oliveira: 23/05/2022	Rua Tomé de Sousa nº 138, 6º andar; 4750-217 Arcozelo BCL
Odete Sofia da Silva Lomba de Araújo	Vereador em regime de tempo inteiro	0,00	- Participação nas reuniões de câmara em substituição da Vereadora Anabela Pimenta de Lima Deus Real: 31/03/2022, 26/04/2022, 09/05/2022, 23/05/2022, 04/07/2022, 03/10/2022	Rua Nossa Senhora do Rosário, nº965; 4755-582 Vilar de Figos
			- Participação nas reuniões de câmara em substituição da Vereadora Maria Isabel Neves de Oliveira: 20/06/2022, 17/10/2022, 29/11/2022	
			- Participação nas reuniões de câmara em substituição da Vereadora Maria Armandina Félix Vila-Chá Saleiro: 31/10/2022, 12/12/2022	
			- Participação na reunião de câmara em substituição da Vereadora Mariana Teixeira Batista Carvalho: 14/04/2022	

Consolidação de Contas | 2022

Município de Barcelos

70/79

Nome	Órgão/Cargo	Remuneração líquida auferida	Período de responsabilidade	Moada
Filipe Emanuel Ramires Pinheiro	Vereador regime não permanência	0,00	- Participação na reunião de câmara em substituição do Vereador Carlos Eduardo Vasconcelos Fernandes Ribeiro dos Reis: 29/11/2022	Avenida Divino S. Salvador nº705, 4750-413 Campo
Hélder Duarte Grácio Tomé	Vereador regime não permanência	0,00	- Participação na reunião de câmara em substituição do Vereador António Jorge da Silva Ribeiro: 14/04/2022, 26/04/2022, 20/06/2022 - Participação na reunião de câmara em substituição da Vereadora Maria Isabel Neves de Oliveira: 09/05/2022 - Participação na reunião de câmara em substituição da Vereadora Anabela Pimenta de Lima Deus Real: 29/11/2022	Rua João de Carapeços, nº 945, 4750-380 Carapeços
Nuno Evandro Serra Oliveira	Vereador em regime de tempo inteiro	19 096,89	- Participação na reunião de câmara em substituição da Vereadora Maria Elisa Azevedo Leite Braga: 29/11/2022	Travessa 25 de Abril, nº85, Apt. 51, 4740-398 Fão

Empresa Municipal de Educação e Cultura Barcelos

Nome	Cargo	Data (Início - Fim)
Jorge Manuel Oliveira da Cruz	Presidente	01-01-2022 a 31-12-2022
Francisco Félix Araújo Pereira	Vogal	01-01-2022 a 31-12-2022
Sara Cristina Rebelo Magalhães	Vogal	01-01-2022 a 31-12-2022

NOTA - 22 – INTERESSES EM OUTRAS ENTIDADES

Quadro 22 – Interesses em outras entidades

Designação da Entidade	N.I.P.C.	% Interesses	
		Propriedade Detidos	Direitos de Voto
Águas do Norte, S.A	509436595	1,44%	
Cooperativa Elétrica do Vale D'Este	500960577	1,67%	
Município, EM, S.A.	504635417	0,15%	
Resulima - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.	504475606	17,70%	
Fundo de Apoio Municipal	503694398	0,41%	
Associação de Municípios de Fins Específicos Quadrilátero Urbano	513319182	1)	
Associação de Municípios Portugueses do Vinho	508038430	1)	
Associação do Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular	503990698	1)	
Associação Nacional de Municípios Portugueses	501627413	1)	
Comunidade Intermunicipal do Cávado (CIM Cávado)	508779472	1)	
Fundação de Serralves	502266643	1)	
Turismo do Porto e Norte de Portugal	508905435	1)	
RECEVIN - Rede Europeia das Cidades do Vinho	Q1300281A	1)	
Agência Energia do Cávado	509401848	1)	
CIAB - Centro de Informação e Arbitragem de Braga	505214504	1)	
Associação Internacional de Cidades Educadoras	G1045605	1)	
Confraria do Vinho Verde	502228644	1)	
Associação Educacional, Social e Recreativa de Form Perm. Barcelos Sénior	510310729	1)	
ATAHCA – Associação de Desenvolvimento das Terras Altas do Homem Cávado e Ave	503408077	1)	
Associação Portuguesa de Cidades e Vilas de Cerâmica (AptCC)	514874201	1)	

1. Relativamente a estas entidades o Município contribui em termos gerais com uma quota anual ou nas despesas de funcionamento nos termos dos orçamentos aprovados.

No relacionamento com as entidades em que o Município participa e se faz representar, acontece pontualmente de serem apresentadas candidaturas a financiamento externo, designadamente comunitário, que beneficia especificamente um ou um grupo de Municípios, situação em que são chamados a contribuir com a parte relativa à contrapartida nacional.

NOTA - 23 – OUTRAS DIVULGAÇÕES

23.1 Decomposição de Fornecimento e serviços externos

Quadro 23.1 – Decomposição de fornecimentos e serviços externos

Designação	2022	2021
Serviços de saúde	34 696,70	35 120,00
Tratamento de RSU's	1 302 833,75	391 560,49
TGR - Taxa de Gestão de Resíduos	0,00	0,00
Iluminação Pública	2 244 913,97	1 978 262,67
Trabalhos especializados	2 022 692,38	1 574 062,37
Publicidade, comunicações e imagem	568 791,30	273 556,86
Vigilância e segurança	725 676,73	637 661,29
Honorários	211 983,13	187 170,05
Comissões	563 421,41	570 729,88
Conservação e reparação	295 732,52	340 981,26
Materiais de Consumo	401 946,41	422 456,50
Energia e fluidos	2 704 338,64	1 665 738,54
Deslocações e estadas	112 670,35	191 918,62
Transportes de pessoal e mercadorias	41 803,55	6 207,30
Transporte escolar	1 788 295,68	1 644 728,66
Rendas e alugueres	753 127,88	519 130,01
Comunicação	186 180,87	210 477,79
Seguros	238 251,42	210 363,72
Limpeza, higiene e conforto	208 740,62	314 308,67
Serviços desportivos	0,00	58 050,91
Refeições Escolares	3 219 770,52	1 952 940,48
Outros	1 932 425,25	604 101,44
TOTAL	19 558 293,08	13 789 527,51

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top right and several smaller ones along the right margin.

23.2 Decomposição de transferências e subsídios concedidos

Transferências e Subsídios Concedidos	2022	2021
Transferências correntes concedidas	8 901 335,09	5 854 850,03
Associações de Municípios	139 672,00	92 885,00
Freguesias	4 030 522,57	1 809 088,38
Empresas Locais	0,00	0,00
Associações eorg. Desportivas, recreativas e lazer	1 025 435,95	585 659,10
Associações Humanitárias e de Assistência Social	697 082,36	371 805,82
Outras Associações e Organizações	108 247,04	128 023,02
Associação de Educação e Cultura	1 534 481,30	1 478 295,86
COVID-19	172 495,14	247 210,91
Famílias	1 193 398,73	1 141 881,94
Subsídios correntes concedidos	1 627 528,08	1 237 746,89
Associações de Freguesias	0,00	2 356,58
Freguesias	0,00	0,00
Outros	1 627 528,08	1 235 390,31
Transferências de capital concedidas	8 943 804,02	11 675 006,87
Freguesias	7 955 469,21	10 586 967,01
Associações e org. desportivas, recreativas e lazer	152 590,21	472 795,60
Associações Humanitárias e de Assistência Social	406 667,10	435 379,43
Associações de Educação e Cultura	20 000,00	32 206,00
Outras Associações e Organizações	394 603,50	140 500,00
Famílias	14 474,00	7 158,83
TOTAL	19 472 667,19	18 767 603,79

23.3 Outras informações relevantes (art. 75 da Lei 73/2013, de 3 de setembro)

Quadro 23.3.1 – Endividamento Consolidado

Descrição	2022	2021
Financiamentos obtidos - Empréstimos de médio e longo prazo - exigível a médio e longo prazo - Superior a 5 anos	175 757,15	394 635,73
Financiamentos obtidos - Empréstimos de médio e longo prazo - exigível a médio e longo prazo - Igual ou inferior a 5 anos	3 441 193,25	4 098 799,72
TOTAL	3 616 950,40	4 493 435,45

Quadro 23.3.2 – Endividamento Consolidado Entidades

Código / Designação das Contas	Município de Barcelos	EMEC, E.M.	Grupo público consolidado
Financiamentos Obtidos	2 366 950,40	1 250 000,00	3 616 950,40
TOTAL	2 366 950,40	1 250 000,00	3 616 950,40

Quadro 23.3.3 – Montante das dívidas a terceiros apresentadas no balanço

Código / Designação das Contas (1)	Dívidas a terceiros a vencer nos próximos 5 anos		
	Município de Barcelos (2)	EMEC, E.M. (3)	TOTAL (4)= (2)+ (3)
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos	215 652,40	214 183,76	429 836,16
Fornecedores	2 963 098,36	89 171,03	3 052 269,39
Estado e outros entes públicos	586 385,51	145 264,78	731 650,29
Financiamentos obtidos	2 191 193,25	1 250 000,00	3 441 193,25
Fornecedores de investimentos	1 620 633,77	14 127,84	1 634 761,61
Outras contas a pagar	4 991 947,31	163 642,72	5 155 590,03
Outros passivos financeiros	1 058 408,94	0,00	1 058 408,94
TOTAL	12 568 910,60	1 876 390,13	15 503 709,67

Quadro 23.3.4 – Informação sobre Saldos e Fluxos financeiros

Tipo de fluxos 1	Município de Barcelos - EMEC, E.M.									
	Obrigações/pagamentos					Direitos/recebimentos				
	Saldo inicial 2	Obrigações constituídas no exercício 3	Anulações no exercício 4	Pagamentos do exercício 5	Saldo final 6=(2+3)-(4+5)	Saldo inicial 7	Direitos constituídos no exercício 8	Anulações do exercício 9	Recebimentos do exercício 10	Saldo final 11=(7+8)-(9+10)
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios	0,00	1 006 090,59	0,00	1 006 090,59	0,00	0,00	1 006 090,59	0,00	1 006 090,59	0,00
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações comerciais	0,00	20 645,00	0,00	20 645,00	0,00	0,00	20 645,00	0,00	20 645,00	0,00
Participações em numerário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em espécie	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	53,04	0,00	53,04	0,00	0,00	53,04	0,00	53,04	0,00
TOTAL	0,00	1 026 788,63	0,00	1 026 788,63	0,00	0,00	1 026 788,63	0,00	1 026 788,63	0,00

23.4 Outros

O Fiscal único do Município de Barcelos é a entidade Cruz Amaral e Associados SROC, Lda., sendo os honorários relativos aos anos 2022 e 2021 o montante de 14 612,40 euros (IVA incluído) anual.

Apesar do definido no SNCAP, a contabilidade de gestão ainda se encontra no processo de adaptação à NCP-27. Contudo foram apresentadas divulgações que demonstram a aplicação do normativo tanto quanto possível, não influenciando o apuramento dos gastos e rendimentos.

Não existem dívidas ao “Estado e outros entes públicos” em mora.

12 - AGREGAÇÃO DOS DADOS E DE ELIMINAÇÃO DAS OPERAÇÕES INTRA PERÍMETRO

	Entidade	Contas	Débito	Crédito	Fundamentação
Município / EMEC	Município	411113		250 000,00 €	1)
	EMEC	511	250 000,00 €		1)
	Município	419	250 000,00 €		2)
	Município	56		250 000,00 €	2)
	Município	61		18 590,00 €	3)
	EMEC	62		53,04 €	3)
	EMEC	711092	18 590,00 €		3)
	Município	720302	53,04 €		3)
	Município	60236		1 006 090,59 €	3)
	EMEC	7511321	1 006 090,59 €		3)
	Município	Pagamentos	1 006 090,59 €		4)
	Município	Pagamentos	20 645,00 €		4)
	EMEC	Recebimentos		20 645,00 €	4)
	Município	Recebimentos		19,89 €	4)
	EMEC	Pagamentos	19,89 €		4)
	EMEC	Recebimentos		1 006 090,59 €	4)

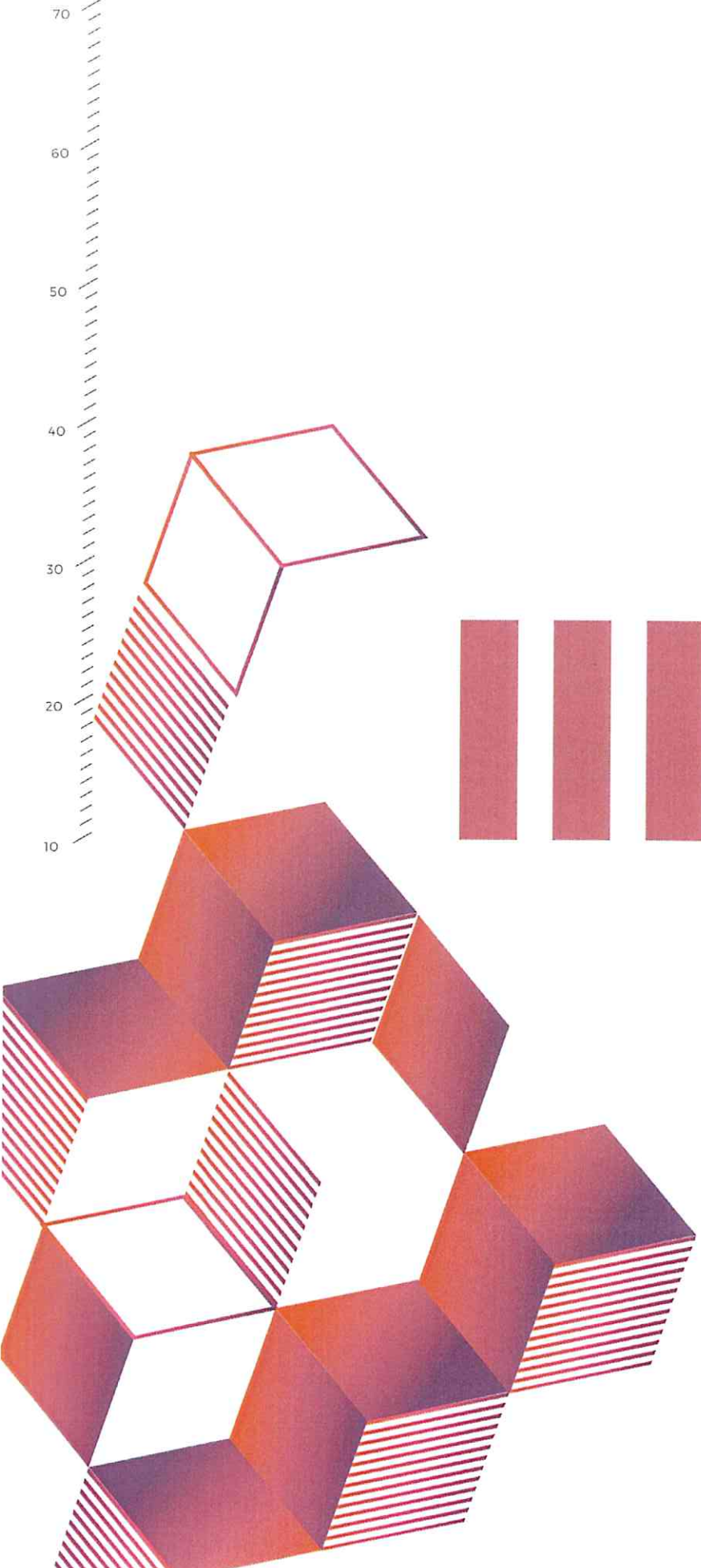
1) Eliminação das participações financeiras.

2) Anulação das provisões para cobertura do capital próprio negativo

3) Eliminação dos custos e proveitos relativos às operações efetuadas entre as entidades que integram o perímetro de consolidação.

4) Eliminação de recebimentos e pagamentos relativas às transações efetuadas entre entidades que integram o perímetro de consolidação.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top right and several smaller ones along the right margin of the table.



DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS CONSOLIDADAS



S.
 A.
 B.
 C.
 D.
 E.
 F.
 G.
 H.
 I.
 J.
 K.
 L.
 M.
 N.
 O.
 P.
 Q.
 R.
 S.
 T.
 U.
 V.
 W.
 X.
 Y.
 Z.

13 - DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE DESEMPENHO ORÇAMENTAL

Recebimentos			Pagamentos		
Rubrica	31/12/2022	31/12/2021	Rubrica	31/12/2022	31/12/2021
Saldo da gerência anterior	31 757 857,77	24 890 007,45			
Operações Orçamentais [1]	30 292 082,80	23 653 692,39			
Devolução do saldo oper. Orçamentais	,00	,00			
Operações de tesouraria [A]	1 465 774,97	1 236 315,06			
Recebimento do saldo devolvido por terceiras entidades	,00	,00			
Receita corrente	77 051 074,73	71 429 521,73	Despesa corrente	57 700 730,70	48 382 805,81
R1 Receita Fiscal	22 792 213,18	21 717 276,65	D1 Despesas com o pessoal	26 447 214,68	24 372 256,02
R11 Impostos diretos	22 792 213,18	21 717 276,65	D11 Remunerações Certas e Permanentes	20 016 483,30	18 562 282,09
R12 Impostos indiretos	,00	,00	D12 Abonos Variáveis ou Eventuais	892 487,35	649 904,46
R2 Contribuições para sistemas de proteção social e subsiste	2 948,30	,00	D13 Segurança Social	5 538 244,03	5 160 069,47
R3 Taxas, multas e outras penalidades	2 195 695,87	2 208 192,86	D2 Aquisição de bens e serviços	19 642 482,75	15 667 016,22
R4 Rendimentos de propriedade	2 870 946,96	3 442 373,42	D3 Juros e outros encargos	99 638,66	137 838,69
R5 Transferências e subsídios correntes	45 317 424,67	40 939 536,28	D4 Transferências e subsídios correntes	10 339 427,57	7 036 291,36
R5.1 Transferências correntes	45 317 424,67	40 939 536,28	D4.1 Transferências correntes	8 916 101,61	5 719 045,00
R5.11 Administrações Públicas	45 317 424,67	40 939 536,28	D4.11 Administrações Públicas	4 217 994,64	1 869 688,78
R5.11.1 Administração Central - Estado Português	44 280 992,25	40 158 277,03	D4.11.1 Administração Central - Estado Português	,00	,00
R5.11.2 Administração Central - Outras entidades	945 261,59	735 556,69	D4.11.2 Administração Central - Outras entidades	,00	,00
R5.11.3 Segurança Social	29 080,52	45 702,56	D4.11.3 Segurança Social	,00	,00
R5.11.4 Administração Regional	,00	,00	D4.11.4 Administração Regional	,00	,00
R5.11.5 Administração Local	62 090,31	,00	D4.11.5 Administração Local	4 217 994,64	1 869 688,78
R5.12 Exterior - UE	,00	,00	D4.12 Entidades do setor não lucrativo	3 669 156,53	2 695 540,38
R5.13 Outras	,00	,00	D4.13 Famílias	1 028 950,44	1 153 815,84
R5.2 Subsídios correntes	,00	,00	D4.14 Outras	,00	,00
R6 Venda de bens e serviços	3 701 686,34	3 075 959,82	D4.2 Subsídios correntes	1 423 325,96	1 317 246,36
R7 Outras receitas correntes	170 159,41	46 182,70	D5 Outras despesas correntes	1 171 967,04	1 169 403,52
Receita de capital	6 529 697,27	5 850 076,42	Despesa de capital	21 090 997,54	20 348 677,03
R8 Venda de bens de investimento	293 445,55	,00	D6 Aquisição de bens de capital	11 779 096,86	8 538 482,21
R9 Transferências e subsídios de capital	6 236 251,72	5 850 076,42	D7 Transferência e subsídios de capital	9 216 396,26	11 715 616,83
R9.1 Transferências de capital	6 236 251,72	5 826 498,25	D7.1 Transferências de capital	9 216 396,26	11 715 616,83
R9.11 Administrações Públicas	6 236 251,72	5 826 498,25	D7.11 Administrações Públicas	8 150 756,36	10 635 060,06
R9.11.1 Administração Central - Estado Português	6 236 251,72	5 826 498,25	D7.11.1 Administração Central - Estado Português	,00	,00
R9.11.2 Administração Central - Outras entidades	,00	,00	D7.11.2 Administração Central - Outras entidades	,00	,00
R9.11.3 Segurança Social	,00	,00	D7.11.3 Segurança Social	,00	,00
R9.11.4 Administração Regional	,00	,00	D7.11.4 Administração Regional	,00	,00
R9.11.5 Administração Local	,00	,00	D7.11.5 Administração Local	8 150 756,36	10 635 060,06
R9.12 Exterior - UE	,00	,00	D7.12 Entidades do setor não lucrativo	1 051 165,90	1 073 397,94
R9.13 Outras	,00	,00	D7.13 Famílias	14 474,00	7 158,83
R9.2 Subsídios de capital	,00	,00	D7.14 Outras	,00	,00
R10 Outras receitas de capital	,00	23 578,17	D7.2 Subsídios de capital	,00	,00
R11 Reposições não abatidas aos pagamentos	140 480,59	29 437,48	D8 Outras despesas de capital	95 504,42	94 577,99
Receita efetiva [2]	83 721 252,59	77 309 035,63	Despesa efetiva [5]	78 791 728,24	68 731 482,84
Receita não efetiva [3]	190 000,48	803 500,00	Despesa não efetiva [6]	1 070 098,39	2 742 662,38
R12 Receita com ativos financeiros	,00	,00	D9 Despesa com ativos financeiros	3 486,28	94 942,03
R13 Receita com passivos financeiros	190 000,48	803 500,00	D10 Despesa com passivos financeiros	1 066 612,11	2 647 720,35
Soma [4]=[1]+[2]+[3]	114 203 335,87	101 766 228,02	Soma [7]=[5]+[6]	79 861 826,63	71 474 145,22
Operações de tesouraria [B]	1 297 521,00	743 330,19	Operações de tesouraria [C]	668 449,61	513 870,28
			Saldo para a gerência seguinte	36 436 355,60	31 757 857,77
			Operações orçamentais [8]=[4]-[7]	34 341 509,24	30 292 082,80
			Operações de tesouraria [D]=[A]-[B]-[C]	2 094 846,36	1 465 774,97
			Saldo global [2] - [5]	4 929 524,35	8 577 552,79
			Despesa primária	78 692 089,58	68 593 644,15
			Saldo corrente	19 350 344,03	23 046 715,92
			Saldo de capital	-14 561 300,27	-14 498 600,61
			Saldo primário	5 029 163,01	8 715 391,48
			Receita total [1] + [2] + [3]	114 203 335,87	101 766 228,02
			Despesa total [5] + [6]	79 861 826,63	71 474 145,22

[Handwritten signatures and initials]

14 - DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES POR NATUREZA

Rubrica	LIQUIDAÇÕES	31-12-2022	30-12-2021	Rubrica	OBRIGAÇÕES	31-12-2022	30-12-2021
	Receita corrente	7 799 174,12	7 563 220,45		Despesa corrente	1 423 974,70	750 199,52
R1	Receita Fiscal	0,00	455 324,24	D1	Despesas como pessoal	663 148,31	375 131,94
R1.1	Impostos diretos	0,00	455 324,24	D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	292 977,85	298 591,86
R1.2	Impostos indiretos	0,00	0,00	D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	10 859,30	13 305,59
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsiste	0,00	0,00	D1.3	Segurança Social	359 311,16	63 234,49
R3	Taxas, multas e outras penalidades	277 010,93	283 247,86	D2	Aquisição de bens e serviços	669 449,06	345 190,06
R4	Rendimentos de propriedade	4 992 187,32	4 598 084,49	D3	Juros e outros encargos	0,00	0,00
R5	Transferências e subsídios correntes	0,00	2 168,61	D4	Transferências e subsídios correntes	91 319,05	29 819,24
RS.1	Transferências correntes	0,00	2 168,61	D4.1	Transferências correntes	91 319,05	29 819,24
RS.1.1	Administrações Públicas	0,00	2 168,61	D4.1.1	Administrações Públicas	0,00	18 162,84
RS.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	2 168,61	D4.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00
RS.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	D4.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00
RS.1.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	D4.1.1.3	Segurança Social	0,00	0,00
RS.1.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	D4.1.1.4	Administração Regional	0,00	0,00
RS.1.1.5	Administração Local	0,00	0,00	D4.1.1.5	Administração Local	0,00	18 162,84
RS.1.2	Exterior - U E	0,00	0,00	D4.1.2	Entidades do setor não lucrativo	81 068,71	8 650,00
RS.1.3	Outras	0,00	0,00	D4.1.3	Famílias	10 250,34	3 005,40
RS.2	Subsídios correntes	0,00	0,00	D4.1.4	Outras	0,00	0,00
R6	Venda de bens e serviços	2 462 849,40	2 155 462,36	D4.2	Subsídios correntes	0,00	0,00
R7	Outras receitas correntes	67 126,47	68 932,89	D5	Outras despesas correntes	58,28	58,28
	Receita de capital	0,00	0,00		Despesa de capital	937 271,77	303 766,87
R8	Venda de bens de investimento	0,00	0,00	D6	Aquisição de bens de capital	833 983,97	60 704,45
R9	Transferências e subsídios de capital	0,00	0,00	D7	Transferência e subsídios de capital	94 887,80	243 062,42
R9.1	Transferências de capital	0,00	0,00	D7.1	Transferências de capital	94 887,80	243 062,42
R9.1.1	Administrações Públicas	0,00	0,00	D7.1.1	Administrações Públicas	51 137,80	235 579,33
R9.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	D7.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00
R9.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	D7.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00
R9.1.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	D7.1.1.3	Segurança Social	0,00	0,00
R9.1.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	D7.1.1.4	Administração Regional	0,00	0,00
R9.1.1.5	Administração Local	0,00	0,00	D7.1.1.5	Administração Local	51 137,80	235 579,33
R9.1.2	Exterior - U E	0,00	0,00	D7.1.2	Entidades do setor não lucrativo	43 750,00	7 483,09
R9.1.3	Outras	0,00	0,00	D7.1.3	Famílias	0,00	0,00
R9.2	Subsídios de capital	0,00	0,00	D7.1.4	Outras	0,00	0,00
R10	Outras receitas de capital	0,00	0,00	D7.2	Subsídios de capital	0,00	0,00
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	0,00	0,00	D8	Outras despesas de capital	8 400,00	0,00
	Receita efetiva [2]	7 799 174,12	7 563 220,45		Despesa efetiva [5]	2 361 246,47	1 053 966,39
	Receita não efetiva [3]	0,00	0,00		Despesa não efetiva [6]	0,00	0,00
R12	Receita com ativos financeiros	0,00	0,00	D9	Despesa com ativos financeiros	0,00	0,00
R13	Receita com passivos financeiros	0,00	0,00	D10	Despesa com passivos financeiros	0,00	0,00
	Receita Total [4] = [1]+[2]+[3]	7 799 174,12	7 563 220,45		Receita Total [7] = [5]+[6]	2 361 246,47	1 053 966,39

[Handwritten signature]

Este documento contém 79 páginas.

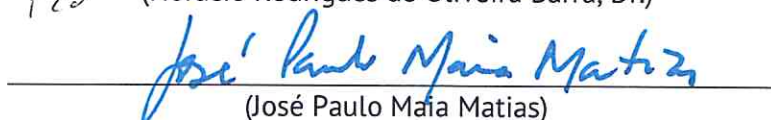
ASSINATURAS

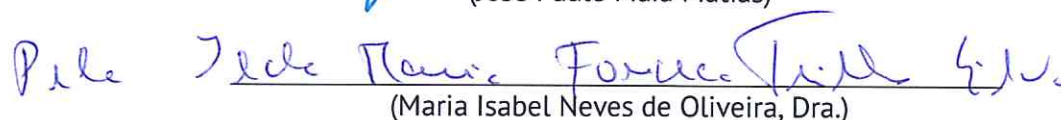
O Presidente da Câmara


 (Mário Constantino Araújo Leite da Silva Lopes, Dr.)

Os Vereadores

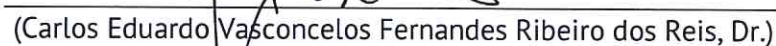

 (Horácio Rodrigues de Oliveira Barra, Dr.)


 (José Paulo Maia Matias)

Pela 
 (Maria Isabel Neves de Oliveira, Dra.)


 (Mariana Teixeira Baptista de Carvalho, Dra.)

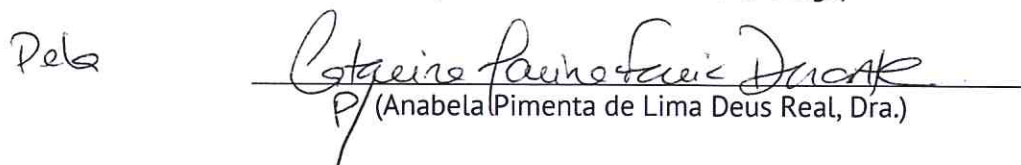
(Alexandre Miguel Gonçalves Maciel, Dr.)


 (Carlos Eduardo Vasconcelos Fernandes Ribeiro dos Reis, Dr.)


 (Maria Armandina Félix Vila-Chã Saleiro, Dra.)


 (António Jorge da Silva Ribeiro, Dr.)


 (Maria Elisa Azevedo Leite Braga)

Pela 
 (Anabela Pimenta de Lima Deus Real, Dra.)



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do MUNICÍPIO DE BARCELOS (o Grupo), que compreendem o balanço consolidado em 31/12/2022 (que evidencia um total de 269.996.003,64 euros e um total de património líquido de 190.844.591,00 euros, incluindo um resultado líquido de 1.035.613,21 euros), a demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a demonstração consolidada das alterações no património líquido, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas nos pontos 1. a 3. na secção "Bases para a opinião com reservas", as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do MUNICÍPIO DE BARCELOS em 31/12/2022, o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP).

Bases para a opinião com reservas

1. Encontra-se em curso o processo de análise e inventariação dos bens do Município de Barcelos, nomeadamente no que respeita aos bens em curso, aos bens objeto da transferência de competências do Estado para o Município e à atualização do cadastro e da vida útil dos edifícios e outras construções de acordo com as orientações previstas na Portaria n.º 189/2016, de 14 de julho. Apesar dos trabalhos desenvolvidos, dos quais resultaram regularizações nas demonstrações financeiras consolidadas (não tendo sido reexpressos os valores comparativos, conforme descrito na nota 1.2 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas), este processo ainda não se encontra concluído. Assim, não nos é possível antecipar as conclusões destes trabalhos e consequentemente quantificar o seu efeito no ativo, no património líquido e no resultado líquido.
2. O Município de Barcelos não terminou a análise dos direitos, obrigações e eventuais responsabilidades emergentes dos contratos de concessão de serviços, de forma a dar cumprimento à Norma de Contabilidade Pública 4. Por este motivo, desconhecemos o impacto que esta conclusão poderá provocar nas demonstrações financeiras consolidadas.
3. No âmbito do litígio judicial com ADB - Águas de Barcelos, S.A., cuja evolução se encontra descrita na nota 15 do Anexo às demonstrações financeiras consolidadas, existe uma provisão para processos judiciais em curso relativa a esta ação, no montante de 59.000.000 euros. Este valor teve por base um acordo, que não chegou a ser concretizado. Entretanto, foram encetadas novas negociações que culminaram, em fevereiro de 2023, num acordo que prevê, entre outras condições, uma indemnização a liquidar pela Entidade no valor de 18.000.000 euros. Assim,



enquanto este último acordo não estiver concretizado e o processo não estiver concluído, não podemos emitir opinião acerca do valor estimado para a provisão respetiva.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas" abaixo. Somos independentes do Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com o SNC-AP;
- elaboração do relatório consolidado de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras consolidadas.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;



- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras consolidadas representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório consolidado de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre as demonstrações orçamentais consolidadas

Auditamos as demonstrações orçamentais consolidadas anexas do Grupo que compreendem a demonstração consolidada do desempenho orçamental e a demonstração consolidada de direitos e obrigações por natureza, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

O Órgão de gestão é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais consolidadas no âmbito da prestação de contas do Grupo. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do SNC-AP.

Em nossa opinião, as demonstrações orçamentais consolidadas anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do SNC-AP.

Sobre o relatório consolidado de gestão

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas nos pontos 1. a 3. na secção "Bases para a opinião com reservas" do Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas, e exceto quanto à matéria referida no parágrafo seguinte, o relatório consolidado de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor



CRUZ, AMARAL & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e demonstrações orçamentais consolidadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Conforme referido na nota 23.4 do Anexo às demonstrações financeiras consolidadas, o Grupo não tem completamente implementado o sistema de contabilidade de gestão, pelo que não apresenta as divulgações necessárias para dar cumprimento ao exigido pela NCP 27, do SNC-AP.

Trofa, 26 de junho de 2023

Cruz, Amaral & Associados, SROC, Lda

Representada por

Sebastião Campos Cruz, ROC